

História social de elites

Créditos das fotografias da capa:

1. Diretoria da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, 1912. Monografia empresarial de 50 anos do Banco Agrícola Mercantil S.A. CEDOC-UNISC.
2. Músicos fundadores do Centro-Musical Porto-Alegrense, 1920. Arquivo do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul.
3. Membros do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (1936). Acervo da família Vieira Rocha.
4. Reunião de maçons em Santa Cruz do Sul, década de 1920. Acervo do Sport Club Corinthians. CEDOC-UNISC.
5. Maioria Liberal na Assembléia Provincial em 1889. Excavações Historicas – Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul – Compilação Posthuma. Olympio Duarte. Porto Alegre, 1933. IHGRGS.

Flavio M. Heinz
(Organizador)

História social de elites



2011

© Dos autores – 2011
flavio.heinz@puhrs.br

Editoração: Oikos

Revisão: Luís M. Sander

Capa: Flávio Wild

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermond S. A.

Conselho Editorial:

Antonio Sidekum (Ed. Nova Harmonia)
Arthur Blasio Rambo (UNISINOS)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (UNISINOS)
Elcio Cecchetti (ASPERSC)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
Luis H. Dreher (UFJF)
Marluza Harres (UNISINOS)
Martin N. Dreher (IHSL e CEHILA)
Milton Schwantes (UMESP)
Oneide Bobsin (EST)
Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Esta publicação apresenta resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto PROCAD-NF/CAPES “Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar”, reunindo equipes do PPGH-PUCRS, PPGS-UFS e PPGCP-UFPR.

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau – Cx. P. 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
www.oikoseditora.com.br
contato@oikoseditora.com.br

H673 História social de elites / Organizador Flavio M. Heinz. – São Leopoldo:
Oikos, 2011.
168 p.; 16 x 23cm.
ISBN 978-85-7843-209-6
1. Elite. 2. História social – Elite. 3. História. I. Heinz, Flavio M.
CDU 316.344.42

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930)	11
<i>Ernesto Seidl</i>	
“Um negócio entre famílias”. A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)	28
<i>Jonas Moreira Vargas</i>	
A transformação do universo das elites no Brasil pós-1930: uma crítica sociológica	56
<i>Adriano Codato</i>	
Promotores em uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias dos membros do Ministério Público do RS atuantes no Estado Novo	74
<i>Marcelo Vianna</i>	
O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul	97
<i>Andrius Estevam Noronha</i>	
Os agentes do Cinema Novo e os seus “antagonistas”: ensaio prosopográfico	114
<i>Ricardo De Lorenzo</i>	
Viver da Música no Brasil: trajetória e estratégias do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)	134
<i>Julia da Rosa Simões</i>	
Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo <i>Who’s who</i> em pesquisa prosopográfica	154
<i>Flavio M. Heinz</i>	
Sobre os autores	167



Apresentação

Há cinco anos, na apresentação de uma obra coletiva que havia organizado sobre a pesquisa em história de elites e os usos da prosopografia¹, expus ao leitor a ambição que orientara aquela empreitada, a saber, a de oferecer a estudantes e profissionais da área “balanços historiográficos densos e estudos pontuais que sugerissem ‘modelos’ para se pensar a aplicabilidade do método [prosopográfico]”. A ideia era sustentar, do ponto de vista teórico-metodológico e historiográfico, as vantagens de se fazer uma história e uma micro-história social de elites. Nestes cinco anos, um grande número de pesquisadores em História e Ciências Sociais incorporou, se não o método, pelo menos um “viés” quantitativo de tipo prosopográfico em suas pesquisas sobre elites. Seria demasiado atribuir esse fato ao impacto de um livro – o movimento do campo profissional dos historiadores (ou aquele dos cientistas sociais) e a definição da agenda de pesquisa da área possuem seus próprios e complexos caminhos –, mas é certo que a sistematização ali proposta encontrou leitores interessados e dispostos a uma inflexão metodológica que ajudaria a reposicionar a investigação sobre elites no campo de uma história social renovada e vibrante. Rede, campo, estratégia, mediador, formação, agente, carreira, recurso, capital, repertório, profissão, comparação e espaço são apenas alguns dos topônimos desta nova geografia da pesquisa histórica e social sobre o poder e seus agentes.

Os textos aqui reunidos expõem a riqueza deste momento. Eles são, em boa medida, fruto da crescente aplicação do modelo da história social de tipo prosopográfico para a pesquisa de coletividades institucionais, profissionais ou políticas. Também refletem certo estágio – incipiente, é verdade – do diálogo interdisciplinar entre História, Ciência Política e Sociologia. Contudo, é preciso destacar que o presente volume é já tributário deste incipiente diálogo. Com efeito, parte significativa das discussões aqui replicadas foi travada no interior de grupos de pesquisa associados, desde o final

¹ HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

de 2009, no projeto PROCAD-NF/CAPES “Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar”. Este projeto reúne equipes dos programas de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

Os textos

O primeiro dos textos deste volume, de Ernesto Seidl, *Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930)*, concentra sua análise na carreira de dois militares de alto nível, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. O autor demonstra a existência de uma extensa rede que os conectava ao mundo do poder social e político nos períodos em análise e como essa rede influenciou decisivamente em suas trajetórias de sucesso profissional. Ao cotejar carreiras, Seidl mostra com precisão como a corporação militar, longe de apoiar-se numa lógica essencialmente profissional e meritocrática, logo autônoma, esteve permanentemente sujeita às injunções da política e de um complexo sistema de relações de poder.

O tema proposto por Jonas Vargas, no texto seguinte, apoia-se numa perspectiva semelhante. Em “*Um negócio entre famílias*” – *A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*, o autor nos mostra, apoiado em farta documentação, a dinâmica do sucesso da franja superior da elite regional nas duas últimas décadas do Império. Investigando esta “elite da elite regional”, cujo diferencial foi exatamente o de ter podido estender seu poder para além das fronteiras provinciais e ingressar no universo restrito e altamente prestigioso da política na Corte, o autor expõe de forma irretocável o papel decisivo que as redes familiares, a camaradagem escolar e o prestígio social tiveram em sua projeção e consagração.

Em *A transformação do universo das elites no Brasil pós-30: uma crítica sociológica*, Adriano Codato expõe uma reflexão de tipo bastante diverso das anteriores. Realizando um formidável esforço de sistematização teórica e historiográfica, o autor busca compreender a natureza das modificações nas elites políticas e administrativas do país a partir do Estado Novo. No modelo proposto por Codato, a mudança nos perfis sociais e profissio-

nais da elite brasileira é a chave para a compreensão da reconfiguração da política no país. Na contramão de explicações essencialistas que povoam o imaginário (e a ciência) sobre o campo do poder e seus agentes no Brasil, o cientista político lança um olhar propriamente histórico sobre a dinâmica do Estado e sua configuração interna, atentando para a necessidade de se buscar compreender o movimento, as identidades e o perfil das elites pós-30 sob a luz da nova dinâmica institucional do regime varguista.

O texto seguinte, *Promotores em uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias dos membros do Ministério Público do RS atuantes no Estado Novo*, de Marcelo Vianna, exemplifica, sem que este tenha sido um objetivo previsto no livro, o modelo proposto por Codato. Ministério Público e promotores, instituição e agentes, são exemplares do processo em curso de redefinição do perfil de atuação profissional das elites do Estado. A trajetória do Ministério Público no sentido de seu “fechamento” institucional e de sua crescente autonomização, as novas competências requeridas, os eventos marcantes (concursos) e os tipos de investimento de carreira que se popularizam entre promotores e candidatos a promotor, à época, são as balizas desse processo. Apresentando densa pesquisa empírica e tratamento rigoroso dos dados, o trabalho de Vianna expõe de forma categórica o caráter “fundacional” do processo em que instituição e agentes estiveram envolvidos ao longo do Estado Novo.

O próximo texto, de Andrius Noronha, *O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul)*, recupera passo a passo o roteiro da pesquisa da tese de doutorado realizada pelo autor, destacando algumas etapas tecnicamente relevantes e desafiadoras da pesquisa prosopográfica, em especial aquelas da delimitação do grupo a ser estudado e do tratamento de sua diversidade geracional.

Os dois textos seguintes, *Os agentes do Cinema Novo e seus “antagonistas”*: ensaio prosopográfico, de Ricardo De Lorenzo, e *Viver da música no Brasil: trajetória e estratégias do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)*, de Julia Simões, remetem a um universo em primeira impressão um pouco mais distanciado do universo da política e do Estado, até aqui explorado. Digo em primeira impressão porque ambos os autores terminam por recuperar de certa forma a incidência da política e do político em suas análises. O

elemento comum destes textos é o de destacar “elites” ou grupos profissionais do campo artístico.

Esta é uma direção possível e cada vez mais frequente dos trabalhos em história social de elites: a inclusão das dinâmicas de emergência, consolidação ou desestruturação de grupos profissionais como objetos legítimos da pesquisa histórica. Assim, ao cotejar os cineastas do Cinema Novo e o grupo de cineastas que denomina seus “antagonistas”, De Lorenzo realiza uma operação metodológica sofisticada, contrapondo dois perfis coletivos de cineastas e mostrando como a dimensão do sucesso ou da notoriedade está associada, para além da simples validação estética, a uma série de outras variáveis, como as “conexões” com a imprensa e o “acesso” ao financiamento estatal.

Por sua vez, os músicos do Centro Musical Porto-Alegrense analisados por Simões se oferecem à lente da micro-história social como o fariam certas elites profissionais circunscritas a um determinado quadro institucional, como os médicos de uma faculdade ou os engenheiros de uma escola politécnica. O que atrai o historiador social à análise desse grupo de músicos é a capacidade de se mergulhar numa coletividade mais ou menos coesa, mais ou menos delimitada, de uma trajetória plena de historicidade, detentora de esquemas de produção simbólica e de reprodução profissional específicos. No caso em tela, a autora reconstitui de forma elegante e precisa o *timing* infeliz que combina a trajetória declinante de uma atividade profissional e a crescente imposição, interna e externa, de sua institucionalização. Tal como no texto já citado de Vianna, Simões descobre nos músicos porto-alegrenses das primeiras décadas do século XX, em seu movimento em direção à associação, uma ótima oportunidade para a realização de uma história social de profissão e de instituição.

Por fim, um pequeno esboço metodológico de minha autoria, *Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo Who's Who em pesquisa prosopográfica*, evoca o uso destas fontes biográficas padronizadas que são os dicionários biográficos e os anuários sociais para a elaboração de biografias coletivas de elites ou grupos profissionais.

Boa leitura a todos.

Flavio M. Heinz

Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930)

Ernesto Seidl

Se as noções de hierarquia institucional e de mérito são moeda corrente nos estatutos do Exército brasileiro desde meados do século XIX, as evidências empíricas coletadas ao se examinarem as carreiras profissionais do alto oficialato militar até o final da Primeira República trazem à tona de modo contundente a discrepância entre princípios formais e realidade objetiva na estruturação daquela carreira. Sem dúvida, a configuração do Exército no período oferece caso exemplar de um amálgama combinando simultaneamente princípios meritocráticos atrelados à lógica escolar, à universalidade das regras e ao cumprimento previsto de etapas de carreira com outros baseados, sobretudo, no prestígio social e em relações de reciprocidade pessoal¹.

Embora a literatura acadêmica, de horizontes variados, faça múltiplas referências a este tipo de situação, com frequência em termos bastante gerais com respeito a um Estado patrimonial, neopatrimonial ou estamental, a uma burocracia ou cultura burocrática *à brasileira*, ou ainda, mais genericamente, a uma *cultura brasileira* – avessa a regras formais e essencialmente personalista –, são menos comuns estudos que tentem dar conta empiricamente da questão². Além disso, como destaca Garcia Jr. (1993, p. 89), “o clientelismo é frequentemente descrito como uma sobrevivência de práticas políticas tradicionais, destinadas a desaparecer quando o Estado nacio-

¹ Este artigo dá continuidade a discussões sobre a formação de elites institucionais no Brasil iniciadas em Seidl (2002, 2008a, 2008b, 2009, 2010).

² Um dos poucos exemplos é o trabalho de Coradini (1997) sobre as elites da Medicina.

nal é instalado”. Por essa ótica, a coexistência entre instituições públicas racionais e de caráter universal (representação política e burocracias administrativas), situadas no topo do Estado, e o particularismo das clientelas locais é interpretada como um momento de transição.

A perspectiva assumida neste texto evita qualquer discussão acerca de um suposto caráter *transitório* (logo, *evolutivo*) dos padrões de funcionamento do Estado e de suas instituições no Brasil. Muito menos se trata de adotar posturas normativas face a evidências de falta/presença de determinados elementos na ordem política do país: racionalidade, meritocracia, liberalismo, clientelismo, patrimonialismo, favoritismo... O ponto de interesse da discussão aqui proposta está na possibilidade de apreensão de parte das lógicas sociais e culturais operantes na esfera do Estado através do estudo das engrenagens de constituição de uma determinada elite ao longo de um período histórico de progressiva modernização do aparato de administração estatal.

Com este tipo de expediente, acredita-se ser possível avançar algo na compreensão de uma série de processos que compõem o que se convencionou chamar de construção do Estado nacional. É com essa perspectiva, portanto, que o exame dos itinerários sociais e profissionais dos membros do generalato do Exército brasileiro entre 1850 e 1930 empreendido neste estudo ganha sentido. Entre outros aspectos, permite que se enfrentem questionamentos sobre práticas sociais, concepções e significados em jogo na interação de atores e de grupos que são a carne e o osso de instituições burocráticas e de corporações profissionais do Estado. Esse é o tipo de problemática encarada, por exemplo, ao se objetivarem as condições de realização de uma *carreira* de êxito – ou de formação de uma elite, se assim se preferir – no Exército.

Optou-se neste trabalho pela apresentação de dois casos de carreiras militares bem-sucedidas³. Ambos situam-se entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, porém se desenvolvem em contextos distintos de fortes mudanças ideológicas e político-institucionais,

³ A investigação envolveu um conjunto de 56 carreiras de generais do Exército nascidos no estado do Rio Grande do Sul.

como a “crise do Império”, a afirmação do “republicanismo” e as disputas em torno da adoção de modelos burocrático-organizacionais. Nos dois casos, a análise procura objetivar os patrimônios de recursos disponíveis para os agentes em diferentes etapas e contextos de seus itinerários em conexão com as estratégias de carreira adotadas e com o acionamento de repertórios marcados por relações de reciprocidade e filiações a grupos políticos.

General Medeiros Mallet (1840-1907): a herança militar e as vantagens de um “bom nome”

Filho do renomado marechal Emílio Luiz Mallet, barão de Itapevi e futuro patrono da Artilharia do Exército brasileiro, nascido na França mas de carreira transcorrida no Brasil imperial, João Nepomuceno era o mais novo dentre quatro irmãos. Pelo lado paterno, sua família descendia de “antiga nobreza feudal e guerreira da França, sendo seus ancestrais os Sires de Graville, destacados barões feudais da Alta Normandia” (Almeida, 1961, p. 147). Seu avô era armador de navios, proprietário de um estaleiro em Dunquerque e “possuidor de fortuna”, mas perdera tudo por ocasião da revolução nas Antilhas. Nessas condições, transferiu-se com a família para o Brasil em 1818 e “logo tratou de adquirir terras na baixada fluminense, para plantação de cana-de-açúcar”. No ano seguinte, sua esposa, “dama de ilustração incomum” e “irmã do naturalista Pierre Denys de Montfort”, fundou o Colégio Mallet, “que funcionou, com bom êxito, por muitos anos” (ibid, p. 175). “Este estabelecimento, [...], tornou-se logo famoso e, em suas salas de aula, passou a abrigar as meninas das mais importantes famílias da Corte” (ALVES, 1979, p. 44).⁴

Remonta a esse período o estabelecimento de relações da “família” Mallet com o imperador e seus círculos mais próximos, as quais seriam

⁴ A principal fonte utilizada sobre as origens familiares, o itinerário escolar e os primeiros anos de carreira de Mallet foi a biografia produzida sobre seu pai, membro do panteão militar nacional (Alves, 1979, p. 44). Estas informações foram complementadas com outras relativas ao conjunto de sua carreira, os laços com a política e suas tomadas de posição, disponíveis de modo esparso em Almeida (1961), Banha (1984), Beloch & Abreu (1984), Bento (1976, 1994, 1995), Cunha (1966), Lago (1942), Magalhães (1958), McCann (2009), Malan (1988) e Silva (1940).

mantidas e reforçadas pelos familiares ao longo de todo o Império. Através da maçonaria, Jean Antoine, avô de João Nepomuceno, entrara em contato com o Príncipe Regente, vindo a se tornar “seu amigo”, assim como de outras “einentes personalidades da época”. Inicialmente, “essa amizade iria refletir-se sobre o Colégio, não tardando que começasse a receber bolsistas da Casa Imperial” (ibid, p. 44). Porém, ainda muitos outros benefícios seriam dispensados em seu nome.

Emílio Luiz, filho de Jean Antoine, havia iniciado os estudos na França e na Bélgica, onde cursara as primeiras letras e humanidades, vindo posteriormente a ingressar na Escola Militar de Saint-Cyr e a concluir o curso de Matemática. No Brasil, antes de ingressar nas fileiras do Exército, começara a trabalhar como professor no Colégio fundado por sua avó. No entanto, não demoraria a lhe surgir a “oportunidade de seguir o seu caminho”. Sua entrada na carreira que o levaria ao mais alto posto militar deu-se a partir de um convite direto do imperador, o qual, “ao prestigiar o casal Mallet com sua presença em uma festa de formatura”, conheceu o jovem professor Emílio pessoalmente, “muito alto, extrovertido e bem falante”. “Sabendo de sua vocação para a carreira das armas desde a França, convidou-o logo a juntar-se ao florescente exército brasileiro, em vias de organização” (ibid, p. 44 e segs.), o que se deu de fato em 1822, quando Emílio assentou praça como 1º cadete⁵.

Designado para servir no extremo sul do país na Campanha da Cisplatina (1825-1828), após o final da guerra Emílio casou-se em Bagé com Joaquina Castorina de Medeiros, filha do coronel e “abastado fazendeiro” Antônio Medeiros da Costa. Ao ser demitido do Exército em 1831, por efeito da lei que impedia a permanência de estrangeiros nas fileiras da instituição, passou então a administrar uma das fazendas de seu sogro naquela cidade, inicialmente com a produção de alfafa e em seguida montando

⁵ Adotado em Portugal no século XVII, o título de cadete conferia aos filhos da nobreza o direito a ingressar na carreira das armas com a honra de oficiais, abrindo-lhes assim privilégios negados a outros grupos sociais. Transplantado para o Brasil, sofreu modificações significativas em seu conteúdo e usos. Originalmente destinado aos jovens que tivessem comprovada sua ascendência nobre, o título de cadete rapidamente passou a ser alvo de camadas menos restritas da população. Mais detalhes em Cidade (1961), Cunha (1966) e Seidl (2010).

uma olaria. Em pouco tempo tornou-se “figura de destaque” local e “na comunidade é reconhecido como elemento de cultura superior, com a mente orientada para o progresso e a civilização” (ibid., p. 74). Do matrimônio houve quatro filhos: os três homens foram militares e a filha casou com um coronel “possuidor de muitas terras”. Os dois irmãos mais velhos não tiveram o mesmo “êxito militar” que João Nepomuceno, filho mais novo da família. Um deles, Pedro Félix, deixou o Exército no posto de capitão, porém logo assumiu o Comando Superior da Guarda Nacional em São Gabriel, no posto de tenente-coronel. Era também proprietário da “antiga fazenda do Itapevi” e “destacado membro do Partido Liberal nas regiões de Cacequi, São Vicente e Rosário”. Casou com Bernardina Leocádia dos Santos, filha do coronel Serafim José dos Santos, proprietário de terras no Uruguai. Seu outro irmão, Júlio Antônio, chegou ao posto de major.

De modo semelhante à entrada de seu pai na carreira das armas, também João Nepomuceno teve a possibilidade de prosseguir seus estudos e ter contato direto com a vida na Corte imperial a partir do uso do capital de relações acumulado pelo grupo familiar. Tendo iniciado os estudos em Bagé, onde frequentou o curso primário e parte do secundário “com real proveito”, foi levado pelo pai ao Rio de Janeiro em princípios de 1856, com destino ao Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara, onde “ficou aos cuidados do velho amigo da família”, ex-presidente da província de Santa Catarina e marechal João Carlos Pardal, seu futuro sogro. Seguindo a “vocação militar, vinda de gerações na família”, João Nepomuceno teve seu ingresso como praça em 1857. Em paralelo, após 20 anos de afastamento do Exército, a esta altura seu pai já havia sido readmitido ao oficialato.

Ao lado das ligações com o imperador, sem dúvida um dos maiores trunfos de que dispunham os “Mallet” em meio ao conjunto de relações apresentadas – determinante no “sucesso” das carreiras tanto do pai quanto do filho, ambos militares que chegaram ao topo da hierarquia do Exército –, era a “amizade” entre Emílio Luiz e o militar e líder político Osório (futuro marechal, senador e ministro da Guerra). Esta remontava ao tempo em que Emílio Luiz viera servir no Rio Grande do Sul – “onde se conheceram e se tornaram grandes amigos” quando ainda eram oficiais nos primeiros postos – e era igualmente transpassada por uma relação de parentesco indireto e de compadrio. Osório era casado com Francisca Fagundes, filha

de Zeferino Fagundes de Oliveira, fazendeiro e juiz de Paz de Bagé, o qual era concunhado do coronel Antônio de Medeiros (sogro de Mallet), pois suas esposas eram irmãs. A noiva de Osório era, portanto, prima-irmã da esposa de Emílio Luiz Mallet e este foi seu *padrinho de casamento*.

Como foi possível constatar para parcela muito expressiva dos oficiais do Império, a constituição de uma aliança matrimonial entrelaçando “famílias de militares” detinha espaço importante entre as estratégias de reprodução social e de ampliação do capital social com base na “família”⁶. Assim como nos casos de seu pai e irmãos, os dois matrimônios de João Nepomuceno permitiram-lhe acumular gama crescente de relações dentro e fora do meio militar. Em seu primeiro casamento, desposara a filha do então coronel e futuro marechal João Carlos Pardal, “amigo antigo de seu pai e de infância do Imperador”, o qual, entre outros cargos importantes, fora presidente da Província de Santa Catarina, diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Secretário do Conselho Supremo Militar e governador das Armas da Corte. Desse enlace resultaram três filhos: João Carlos, escritor e jornalista; Emília, que casou com o coronel Francisco de Castilhos Jacques; e Ana, que casou com o marechal Antônio Geraldo de Souza Aguiar. Em suas segundas núpcias, em 1880, novamente João Nepomuceno uniu-se à família de um militar de alta patente. Casou com Maria Carolina Veloso Pederneiras, filha do marechal gaúcho Inocêncio Veloso Pederneiras (barão de Bojuru), ex-Comandante da Escola Militar de Porto Alegre e por duas vezes eleito deputado.

Tendo realizado seus estudos militares e obtido os cursos de Engenharia Geográfica e Militar, de Artilharia e ainda o “título” de “Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas”, João Nepomuceno também teve a oportunidade de ir ao campo de batalha durante a Guerra do Paraguai, onde serviu no posto de capitão junto a seu pai e ao general Osório. Este último, ao ser escolhido para assumir o Ministério da Guerra em 1878, tratou em seguida de convidar o então major João Nepomuceno para seu

⁶ Quanto à utilização de estratégias matrimoniais e suas relações com a reprodução social, ver Desrosières (1978), Charle (1987) e Bourdieu (1980, 1989, 1994). Sobre grupos familiares e carreiras no Exército, consultar Seidl (2002).

Gabinete, pois “Osório, a cujas ordens servira no Paraguai, muito o apreciava, pela inteligência e valor pessoal e desejava também assim prestar uma homenagem ao velho Emílio Luiz Mallet, ainda brigadeiro e a quem confiara o comando da fronteira Quaraí-Livramento” (ALMEIDA, 1961, p. 194). Ainda além disso, o ministro, “que sempre procurou recompensar a todos os bravos do Paraguai”, elevou-o ao posto de tenente-coronel, “por merecimento”. Com a morte de Osório em 1879, o presidente do Conselho de Ministros, que o substituiu na pasta da Guerra, nomeou o tenente-coronel Mallet segundo comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, na capital federal.

Embora oriundo de grupo familiar “aristocrático”, filho de um marechal do Exército e barão do Império com fortes vínculos na Corte, o contexto político e as experiências no Exército – em especial o fato de servir no Paraguai – favoreceram em João Medeiros Mallet uma orientação afinada com o tom de sua geração. Politicamente, era considerado um “republicano histórico”; do ponto de vista militar, apresentava uma postura profissionalizante e modernizadora. Sua passagem como ministro da Guerra, aos 59 anos de idade, foi marcada por esforços para reformular a organização e o treinamento da corporação (McCann, 2009, p. 106-117).

Tendo tomado parte nas deliberações do Clube Militar no período que antecedeu o golpe de 1889, e sendo “amigo” de Pedro II – pois, como visto, herdara um conjunto de relações com a Coroa que remontavam ao avô paterno, sabendo entretê-las e ampliá-las –, Mallet foi incumbido pelo grupo de “proclamadores” de falar com o imperador deposto para que embarcasse na mesma noite do golpe republicano. Como ocorreu com muitos outros oficiais no início da República, Mallet foi imediatamente alçado a um posto político, sendo nomeado governador do Estado do Ceará e graduado coronel por “serviços relevantes ao regime”. Poucos anos mais tarde, já no posto de general e envolvido na agitação política contra o governo do marechal Floriano Peixoto, assinou o “manifesto dos 13 generais”, sendo então reformado “por motivos políticos”. Dois anos mais tarde, porém, revertia à ativa, vindo pouco tempo depois a ocupar cargos de alto escalão, como o de ministro do Supremo Tribunal Militar e o de ministro da Guerra.

General Bertoldo Klinger (1884-1969): um “jovem turco” entre a técnica e a política

O estudo da trajetória de Bertoldo Klinger revela condições sociais de realização “profissional” que diferem em certa medida daquelas apresentadas pelo conjunto de altos oficiais examinados. Os principais recursos e estratégias utilizados para a ascensão à condição de elite do Exército continuaram a ser basicamente o uso de relações personificadas com membros da elite militar e com agentes ligados às esferas mais altas do poder político, relações estas geralmente acumuladas através do grupo familiar. No entanto, o que há a ser destacado em seu caso é a forma como tais recursos, em combinação com outros mais específicos, foram obtidos e mobilizados, configurando uma situação particular.

Contrariamente ao que ocorre na maioria dos casos estudados, em que, de modo geral, já de início os agentes detinham montante relativo de capital social herdado, cuja estrutura fundamental se baseava em relações do grupo com agentes próximos ao poder político e à burocracia estatal, o caso de Klinger tem-se situação algo diversa. Ao passo que a maior parte das trajetórias dos componentes da elite estudada seguia a direção que ia da utilização de relações com agentes socialmente bem posicionados – políticos e militares de alta patente em especial – à sua reconversão em trunfos militares e outros (cargos político-administrativos, títulos de nobreza), vê-se em seu caso, marcado pela ausência relativa de um capital sólido de relações e de notoriedade, investimento muito grande na aquisição de recursos de natureza escolar e cultural, orientado desde cedo pelos pais, e a adoção de estratégias de carreira mais arriscadas. Assim, à medida que seus “sucessos” e, em particular, sua concepção marcante frente à “profissão” permitiam-lhe acumular certo prestígio militar, teve a possibilidade de desenvolver gradativamente “boas” relações internas e externas à instituição, as quais seriam fundamentais para seu progresso futuro. Por fim, ao atingir uma posição de maior prestígio no seio do Exército, deu-se seu envolvimento mais direto com a “política”, como no “movimento de 30” e na revolução paulista de 1932, de onde resultaram tanto sua promoção ao generalato quanto sua reforma precoces.

Um dos indícios mais evidentes do esforço empreendido por Bertoldo Klinger na obtenção de recursos culturais e escolares, mas também da

transmissão doméstica de um determinado capital cultural pelos pais e sua forte orientação ao filho para os estudos⁷, encontra-se em suas disposições à escrita e, de modo geral, a atividades ligadas à literatura e ao jornalismo. Ao longo da vida, produziu quantidade extraordinária de material escrito, chegando a um total de 24 livros, entre traduções de obras alemãs e participação em coletâneas e outros, e mais de 140 artigos, incluindo notas, editoriais e traduções. Suas *Narrativas autobiográficas*, que serviram como principal fonte para este trabalho, são compostas de sete longos volumes e foram editadas entre 1944 e 1953, cada volume correspondendo a um posto seu na hierarquia militar. Além disso, Klinger defendia uma *Ortografia Simplificada Brasileira*, por ele criada em 1940, cuja ideia central era “simplificar” e “racionalizar” a língua portuguesa, estabelecendo para cada fonema apenas um único grafema. Toda sua publicação a partir daquela data, incluindo a *autobiografia*, foi escrita de acordo com aquelas regras.

Bertoldo Klinger nasceu em Rio Grande, extremo sul do Rio Grande do Sul, em 1884, filho de um imigrante austríaco e de uma descendente de alemães. Seu pai trabalhou como agricultor (“colono”) e professor até 1883, tornando-se então proprietário de uma cervejaria e ampliando em breve o negócio com a produção de malte. Em 1891, pouco depois da promulgação da Constituição que permitia a nacionalização dos imigrantes, foi nomeado capitão da Guarda Nacional, chegando ao posto de major e também vindo a ocupar o cargo de conselheiro municipal. Alguns anos mais tarde, Antônio Klinger fechou suas duas fábricas e se transformou em representante de uma poderosa cervejaria, sediada em Pelotas e pertencente a seus dois cunhados, ao mesmo tempo em que abria uma fábrica de sabão e de velas, depois transformada em fábrica de gelo. Além dos cunhados, outros parentes próximos possuíam cervejarias em Porto Alegre e São Lourenço. Pelo ramo materno, Bertoldo descendia da “família” Ritter, a quem mais tarde, quando já reformado, Klinger dedicará uma (última) obra intitulada *Uma família Ritter no Brasil desde 1846*, na qual escreve que, em um século de existência no país, esta já “somava 385 famílias, com cerca de 2.000 pessoas”.

⁷ A respeito das relações entre a posição social dos agentes, a transmissão do capital cultural e o incentivo familiar ao investimento em diferentes recursos escolares e culturais, ver Bourdieu (1966 e 1979).

A ênfase nos estudos, desde pequeno, foi um dos traços marcantes de sua infância e adolescência, o que futuramente lhe traria benefícios importantes na carreira que vislumbrava. Em casa, falava alemão com os pais e tomou aulas particulares para aperfeiçoar a língua, tendo também recebido um “bom ensino” de francês. Fez os estudos básicos em dois “colégios alemães” e um “francês”, em Rio Grande, onde permaneceu até os 15 anos de idade, quando então entrou para a Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo. Atraído pelo Exército “desde que era criança”, sem “jamais ter pensado em outra profissão”, teve seu ingresso na carreira em 1899. Segundo Klinger, esse lhe “foi facilitado [...] porque me apresentei carregado de ‘preparatórios’, pois aos treze anos e quatorze fizera, com bom êxito, na delegacia da instrução pública, [...], exames de português, francês, alemão, geografia, história, aritmética, álgebra e geometria”. Além disso, “essa bagagem me permitiu fazer em dois anos o curso daquela escola, que normalmente era de três” (KLINGER, 1944, p. 18). De “estatura muito baixa”, temendo não ser aceito no Exército, levou consigo duas “cartas de recomendação” – cuja origem não revela –, uma ao comandante da Escola e outra a um capitão professor.

Uma vez aceito, destacou-se rapidamente em meio aos colegas, recebendo o prêmio de “melhor aluno da Escola”. Deu continuidade aos estudos militares na Escola da Praia Vermelha, mas foi excluído em 1904 por tomar parte na Revolta da Vacina, quando foi preso e, em seguida, anistiado. Transferido para o Realengo, pôde então concluir os cursos de Engenharia e de Estado-Maior. Terminada sua formação como oficial, após servir em diversas comissões de engenharia, “surge-lhe a oportunidade” de tomar parte em um grupo de oficiais que estagiariam na Alemanha, conseguindo uma vaga.

A partir deste estágio, do qual “tirou grande proveito pela familiaridade com a língua” e “recebeu grandes elogios de seus superiores alemães”, a “carreira” de Klinger seria pautada pela constante defesa da utilização de esquemas organizacionais e avanços técnico-bélicos importados da Alemanha. Ao retornar do estágio, juntamente com outros oficiais fundou e foi redator-chefe da revista militar *A Defesa Nacional*, futuro principal meio de divulgação daqueles princípios. Ao lado de uma defesa da adoção das técnicas e materiais empregados pelo exército alemão, colocavam igualmente ênfase na aplicação da lei do recrutamento por sorteio, na ampliação do

ensino militar secundário e superior e na “modernização” do Exército como um todo⁸.

Valendo-se habilmente desse trunfo, Klinger dedicaria grandes esforços em divulgar suas posições com respeito à “identidade militar” e às “tarefas do Exército nacional”, especialmente através de artigos na revista e em jornais. Inicialmente centrado em defender as técnicas e os armamentos alemães, à medida que adquiriu maior notoriedade e alcançou postos mais elevados na hierarquia passou a tomar posições mais explícitas e marcadas frente aos mecanismos de ascensão militar e ao “universo da política”. Em suma, dado o desfavorecimento imposto por suas condições sociais, cujos recursos tinham pouco valor objetivo no interior da esfera militar, Klinger tendia a adotar estratégias de maior risco, como fica claro em seu incessante questionamento das regras que regulavam a carreira de oficial. Com efeito, não há nada de fortuito no fato de ele se opor com tanta veemência a mecanismos que valorizavam recursos dos quais não dispunha, ou seja, aqueles com base em relações pessoais e materializados no “favoritismo”, “filhotismo”, “apadrinhamento” e outros equivalentes. Em contrapartida, lançava-se na “luta”, como dizia, pela valorização do “oficial de tropa” e do “serviço arregimentado”, da “instrução” e “preparação técnica” e daquilo que chamava de “religião” e “higiene” do “trabalho”.

A intensidade das “críticas” e “comentários” de Klinger à “realidade” do Exército, crescente a partir da criação de *A Defesa Nacional*⁹, teve impacto forte sobre sua posição no interior da instituição. Em 1918, ao se pronunciar contrário à escolha de ministros civis para pastas militares e ao contrato de uma missão militar francesa que seria encarregada de promover uma reorganização institucional, teve seu nome excluído do quadro de promoções para o período. Particularmente quanto à Missão Francesa, mesmo integrando a comissão de oficiais encarregada de recebê-la, manifestou fortes restrições a

⁸ Pela influência da doutrina alemã em suas argumentações, os oficiais agrupados em torno da revista passaram a ser chamados de *jovens turcos*, em alusão aos militares turcos que, depois de estagiarem na Alemanha, introduziram reformas políticas e militares em seu país. Ver mais a respeito em McCann (1984, 2009).

⁹ Foi redator-chefe da revista de 1913-1915 e de 1918-1920. Também escrevia com regularidade na imprensa civil, “mais assiduamente na ‘Gazeta de Notícias’, graças às relações que o nosso companheiro de redação Pantaleão Pessoa estabelecera com o simpático secretário Cândido Campos [...]” (Klinger, 1946, p. 141).

seus objetivos. A este posicionamento seguiu-se seu envio como adido militar ao Peru, afastando-o temporariamente do centro das discussões militares.

De volta ao Brasil em 1922, opôs-se ao levante *tenentista* eclodido no Rio de Janeiro e no Mato Grosso, constituindo-se aos poucos em um de seus maiores opositores. Segundo o oficial gaúcho, este movimento não ia além da expressão de “interesses meramente pessoais” perpassados por “ambições de caráter político”. No entanto, ao mesmo tempo em que condenava o envolvimento de militares com a “política” em um dado plano, sustentava-o em outro, “mais elevado”, “pessoalmente desinteressado”. E para isso, aproximando-se cada vez mais de uma posição nitidamente *militarista*, no sentido da concepção de um oficialato militar como fração social e politicamente privilegiada a participar da política nacional, Klinger procedia em seus textos a uma redefinição da concepção de “política”, dividindo-a entre “verdadeira política” e “politicagem”. Da primeira, e exclusivamente desta, deveriam ocupar-se por excelência os militares, posto que seriam “melhor preparados” para executar as tarefas de “interesse nacional”, “sem particularismos” e “interesses de outra natureza”.

Ao tentar definir os limites do legítimo e do ilegítimo quanto à participação dos militares na “política”, por meio de categorias como *defesa e interesse nacional, politicagem e verdadeira atividade política*, Klinger passava também a afirmar a “vocação” das Forças Armadas para o papel de liderança do país, identificando-as com os “mais altos valores da nação”. Entretanto, ainda que apresentasse tais concepções, seu envolvimento mais direto em movimentos de cunho político só se daria no período próximo às mudanças ocorridas em 1930, das quais foi um dos protagonistas. Até lá, seria procurado em diversas oportunidades para liderar levantes e conspirações contra a situação política em vigor, notadamente pelos líderes *tenentistas* Joaquim e Juarez Távora, com quem manteria contato ao longo de anos. Por suspeita de colaboração com os rebeldes que ocuparam São Paulo por três semanas em 1924, Klinger foi julgado e preso, embora negasse a acusação, afirmando somente ter sido procurado durante a fase conspirativa¹⁰.

¹⁰ Em suas *memórias*, de três volumes, Juarez Távora afirma que a participação de Klinger foi bem mais expressiva, pois ele teria integrado o estado-maior do general Isidoro Lopes, seu conterrâneo.

Nesse período, viria a aumentar suas atividades jornalísticas, iniciando colaboração no periódico *O Jornal*, mediante “recomendação sua ao Dr. Chateaubriand” feita pelo major Leitão de Carvalho, e também retornando à redação de *A Defesa Nacional*. Com respeito a suas atividades no que denomina a “frente” da imprensa, Klinger escreve que “de qualquer modo eram ainda, a bem dizer, serviço militar: com a pena, utilizando a mais ampla publicidade, eu prolongava e aumentava a minha atuação profissional, com tendências de doutrinação, para além e acima do estreito raio das minhas funções militares” (id., 1950, p. 101-102). De fato, amplamente conhecido por suas publicações, estas lhe forneciam canal importante de contato com os principais líderes políticos do país. Em 1929, recebeu o convite de Assis Chateaubriand para conversar com Osvaldo Aranha e Afrânio de Melo Franco – dois líderes oposicionistas pertencentes à Aliança Liberal – e apoiar a chapa Getúlio-João Pessoa. Inicialmente avesso à ideia, meses mais tarde, após entendimento promovido por seu “velho amigo” general Malan, um dos subchefes do Estado-Maior do Exército, assumiu a chefia do Estado-Maior do 1º Grupo de Regiões Militares (sediado no Rio), comandado pelo general gaúcho João de Deus Menna Barreto, a quem Klinger diz ter convencido a aderir ao movimento.

Uma vez realizada a destituição do então presidente Washington Luís e dominada a situação pelos “revolucionários”, Bertoldo Klinger passou a comandar o Estado-Maior das autodenominadas “forças pacificadoras”, isto é, os contingentes da capital comprometidos com o golpe, e foi também nomeado chefe de Polícia do Distrito Federal. Porém, em pouco tempo viria a romper com os “ideais” da revolução, segundo ele “traídos” em nome de todos os vícios que sempre condenara, mas principalmente a aplicação de regras externas na gestão das carreiras de oficiais do Exército, como ocorreu com as rápidas promoções de oficiais “revolucionários” e, em particular, no caso dos primeiro-tenentes promovidos “por merecimento”¹¹.

Ele próprio fez parte da primeira leva de generais escolhidos pelo novo governo – ao lado de Góis Monteiro, ainda tenente-coronel em 1931,

¹¹ Desde a introdução do regulamento do Exército de 1850, as promoções até o posto de capitão deveriam ser exclusivamente regidas pelo princípio da antiguidade, subentendida a posse do curso das armas.

promovido a coronel e general no espaço de dois meses (!) –, tornando-se um dos mais jovens generais do Exército brasileiro de toda a República, aos 47 anos de idade. Em seguida à promoção, foi nomeado para servir em Mato Grosso (segundo ele, um *Far West*), como “forma de afastá-lo do centro do poder”, demonstrando-se então cada vez mais hostil à corrente hegemônica dos “tenentes”.

Quando no Mato Grosso, estabeleceu contatos no Rio de Janeiro com oficiais igualmente contrários ao *tenentismo* e ao Governo Provisório, os quais organizaram a *União da Classe Militar* (UCM), para “defender o reforço da disciplina e o afastamento das forças armadas da vida política”. A partir desse núcleo, formaram-se os primeiros entendimentos entre correntes militares dissidentes e as forças paulistas que também combatiam o governo central e defendiam a devolução da autonomia estadual e a reconstitucionalização do país, liderados pelo general gaúcho Isidoro Dias Lopes. Klinger aderiu ao movimento e assumiu o comando das “forças constitucionalistas” que desencadearam sua ação em São Paulo em 1932, episódio relatado no livro-depoimento *Nós e a ditadura – a jornada revolucionária de 1932*, escrito em colaboração com outros futuros generais.

Com a derrota da revolução, Klinger foi preso e exilado em Lisboa, onde, juntamente com outros oficiais “constitucionalistas”, criou um conselho de generais para reorganizar o movimento. Depois do exílio, dedicou-se com intensidade à literatura, redigindo suas *memórias*, traduzindo publicações alemãs e ainda realizando estudos genealógicos da família materna e uma nova ortografia para a língua portuguesa.

Considerações finais

A perspectiva assumida na pesquisa que deu origem a este trabalho apostou na capacidade de se compreender as lógicas de funcionamento de parte do Estado brasileiro a partir de uma de suas corporações mais fundamentais. Mais do que isso, procurou também captar em alguma medida parte das relações entre determinados grupos sociais e conjuntos de oportunidades ofertadas pela estrutura estatal em período de franca expansão institucional.

Como demonstrado, a baixa autonomia da carreira militar frente à lógica da política, do pertencimento familiar e das relações personalizadas permite entender as fortes ambiguidades, tensões e aparentes absurdos gestados dentro de um espaço oficialmente regido pelo princípio do mérito e da racionalidade burocrática. É por essa via, portanto, que ganham inteligibilidade investimentos, lances e apostas de agentes sociais para quem as noções de *profissão* e de *carreira militar* jamais se limitaram às meras definições regimentais produzidas pelo Estado. Embora produzidas com a racionalidade do mérito, estas foram majoritariamente interpretadas e consumidas em favor de grupos já beneficiados por origens sociais mais elevadas e por inserções em redes de relações privilegiadas.

Os dois casos aqui sumariamente apresentados parecem dar indicações suficientes sobre a estrutura de constrangimentos que pautava as carreiras no Exército entre o segundo Império e o final da República Velha. Em que pese se enquadrarem em momentos históricos diferentes, os itinerários dos oficiais refletem a combinação de determinantes que mesclam concepções profissionais e princípios ideológicos variados e, em parte contraditórios, como a oposição meritocracia *versus* privilégio, ou universalismo *versus* particularismo, sem falar das lutas pela definição do *militar* e de seu “papel na sociedade”.

Destaque-se, inclusive, que em mais de uma conjuntura a própria afirmação de um *profissionalismo militar* – entendido como vocação ao exercício do comando do país e/ou capacidade de interpretar a *nação*, como foi também o caso de outros grupos de *intelectuais* (PÉCAUT, 1990) –, serviu ao oficialato como móvel de luta contra outros grupos dirigentes na busca de espaço no poder. Da mesma forma, a mobilização de frações do Exército em torno de princípios de legitimação variados, como o abolicionismo e o republicanismo, a meritocracia e a modernidade técnica, que ganharam voz através de clubes, grupos e revistas, é um dos melhores exemplos dos instrumentos manipulados por um grupo social forjado pelo próprio Estado nas lutas por prestígio e autoridade dentro do espaço do poder no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Porto Alegre: Globo, 1961-1966. 4 v.
- ALVES, Joaquim Victorino Portela Ferreira. *Mallet – o patrono da artilharia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.
- BANHA, Paulo da Motta (coord.). *História do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, 1984. 4 v.
- BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar (1807-1953)*. Porto Alegre, 1994 e 1995, 2 v.
- _____. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. L'école conservatrice: Les inégalités devant l'école et la culture. *Revue Française de Sociologie*, v. 7, n. 3, p. 325-347, 1966.
- _____. *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, p. 2-3 jan. 1980.
- _____. Les trois états du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, p. 3-6, nov. 1979.
- _____. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 105, p. 3-12, déc. 1994.
- CHARLE, Christophe. *Les élites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.
- CIDADE, F. de P. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.
- CORADINI, O. L. Grandes famílias e elite "profissional" na Medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, n. 3, p. 425-426, 1997.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira – Cadetes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966.
- DESROSIÈRES, Alain. Marché matrimonial et structure des classes sociales. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 20-1, p. 97-107, 1978.
- GARCIA Jr., Afrânio R. Reconversion des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. *Études Rurales*, Paris, n. 131-132, p. 89-106, 1993.

- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944, 1946, 1948, 1949, 1950, 1951, 1953. 7 v.
- KLINGER, Bertoldo et al. *Nós e a ditadura – a jornada revolucionária de 1932*. S. 1., s. n., 1933.
- KLINGER, Bertoldo. *Sê! & se...* Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1962.
- LAGO, Laurênio. *Generais da República (15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1943)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- _____. *Os generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil – anotações para a história*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. The formative period of twentieth-century Brazilian Army thought. *The Hispanic American Historical Review*, v. 64, n. 4, p. 737-765, nov. 1984.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SEIDL, Ernesto. A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. *História*, v. 29, n. 2, p. 71-94, 2010.
- _____. A espada como “vocação”: as “grandes famílias” e o Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). *Teoria & Sociedade*, n. 9, p. 45-65, 2002.
- _____. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 31, p. 263-290, 2009a.
- _____. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 199-220, 2008a.
- _____. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008b.
- _____. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 27, p. 145-164, 2007.
- SILVA, A. P. M. da. *Os generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1940. 2 v.

“Um negócio entre famílias” A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)

Jonas Moreira Vargas

Nos últimos anos, uma série de estudos vem demonstrando, a partir de uma rigorosa pesquisa empírica, a importância das elites provinciais no processo de construção do Estado imperial e sua atuação no interior do sistema político monárquico.¹ O presente estudo segue o caminho destas novas análises. O objetivo é investigar o topo da elite política rio-grandense, onde um número pequeno de indivíduos concentrou boa parte dos principais cargos e, portanto, o acesso direto ao mundo político da Corte. Este núcleo político era composto pelos conselheiros e ministros de Estado, os senadores e os deputados gerais. A ocupação de cargos nestas instituições fazia parte de um arranjo estratégico de famílias da elite, num projeto que envolvia a busca por riqueza, status social e poder político, além da diversificação da atuação de seus membros tanto em postos de mando locais quanto nacionais. Neste sentido, a cúpula do governo imperial era formada por membros de famílias enraizadas nos mais distantes municípios do país, de onde as mesmas dirigiam a política local, influíam nas eleições e agiam intensamente no interior dos canais de mediação que constantemente se abriam entre as paróquias e a Corte.²

O recorte temporal se justifica por dois motivos. Em 1868, o Partido Progressista foi extinto e seus componentes se distribuíram entre os partidos Conservador e Liberal. Portanto, o período entre 1868 e 1889 favorece

¹ Ver, por exemplo, Graham (2001), Dolhnikoff (2005), Martins (2007). Para uma autora sintonizada com estas ideias e que também defende a existência de um “Império negociado” ver Dantas (2009). Gouvêa (2008) também destacou “a extraordinária importância dos espaços políticos intermédios – regionais e locais” nesta dinâmica política, por meio do estudo da participação das elites regionais na Assembleia Provincial fluminense.

² Devidamente aprofundadas em Vargas (2010).

uma melhor comparação entre ambos os partidos.³ Outro fator importante é que após a Guerra do Paraguai o Rio Grande do Sul ampliou sua importância política em nível nacional. Entre 1878 e 1889, a província teve mais ministros de Estado do que em todas as décadas anteriores somadas, o que estimula ainda mais a investigação dos fatores que levaram esta geração a penetrar no rígido núcleo da política central.

Apresentando a elite política

A seleção dos cargos políticos aqui analisados excluiu os vereadores e deputados provinciais, por ocuparem espaços de influência local e provincial, e os presidentes de Província, porque a grande maioria dos que ocuparam o cargo era formada por políticos de outras províncias nomeados pelo governo central. Tais particularidades não contribuem para a proposta da presente análise, pois dizem pouco sobre quem compunha o topo da elite política no Rio Grande do Sul, ou seja, ocupava os principais cargos de mediação política entre a província e a Corte e possuía uma forte relação eleitoral com as famílias das elites locais.⁴

O Conselho de Estado, órgão que Joaquim Nabuco chamou de o “cérebro da monarquia”, era um espaço reservado aos políticos mais experientes do Império e que, a partir de uma convocação do imperador, deliberavam sobre assuntos de caráter nacional, muito embora questões provinciais e até mesmo locais também acabassem minando as reuniões. Ao contrário dos ministros de Estado, mas assim como os senadores, os conselheiros, uma vez nomeados pelo imperador, exerciam seu cargo de maneira vitalícia.⁵ Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve somente um conselheiro de Estado.

³ Esta polarização dominou o panorama político provincial até meados de 1889, quando, pela primeira vez, o Partido Republicano Rio-Grandense obteve mais votos que o Conservador nas eleições provinciais (FRANCO, 1996). Mas antes disto, seu eleitorado dificilmente ultrapassou os 10% da província e nenhum membro do PRR acessou os cargos aqui analisados (VARGAS; SACCOL, 2010).

⁴ No entanto, para uma análise dos deputados provinciais ver Vargas (2010). Ainda esta por ser feito um estudo sobre os presidentes da Província. Considerações iniciais foram realizadas em Vargas (2008).

⁵ Embora este órgão de poder tenha sido estudado por vários autores, recomendo Martins (2007).

Os ministros de Estado eram os agentes do Poder Executivo imperial. Antes de 1847, o imperador os escolhia livremente, e após esta data, ele passou a indicar somente o presidente do Conselho de Ministros, que, por sua vez, distribuía as pastas aos seus correligionários. Até 1861, as pastas ministeriais eram as seguintes: Guerra, Marinha, Justiça, Fazenda, Negócios Estrangeiros e Império. Após esta data, somaram-se a Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O número de rio-grandenses a ocuparem algum ministério durante o período estudado foi de oito políticos.

Assim como o Conselho de Estado, o Senado era uma das instituições mais conservadoras e elitistas do regime monárquico brasileiro. Primeiro, porque o mandato era vitalício e reunia os líderes políticos mais experientes da época. Segundo, porque eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice sufragada pelos eleitores provinciais. Cada província possuía uma representação proporcional à sua população. Ao Rio Grande do Sul eram reservadas três cadeiras. Apenas para comparação, Minas Gerais possuía 10 senadores, Bahia e Pernambuco possuíam seis cada, São Paulo e Ceará quatro e o Rio de Janeiro três.⁶ Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve oito senadores.

Os deputados gerais exerciam mandatos de quatro anos, mas como em várias ocasiões as Câmaras foram dissolvidas, muitos não completaram sua legislatura. Como demonstrou Miriam Dolhnikoff, este era o espaço privilegiado para a atuação das elites provinciais. Para tornar-se um deputado geral, o candidato não dependia de uma seleção tão rigorosa quanto um senador, ministro ou conselheiro de Estado. Sua entrada neste círculo restrito dava-se depois de meses de negociações nos seus distritos eleitorais e era consagrada após uma vitória em pleitos bastante disputados. O Rio Grande do Sul tinha direito a seis cadeiras por legislatura e teve 29 deputados gerais durante o período analisado.

Ao comporem o topo da elite política no Rio Grande do Sul, os mesmos passaram a ter acesso direto aos diversos recursos materiais e imateriais que emanavam do mundo da Corte. Portanto, ao se inserirem na elite política imperial, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados

⁶ A melhor obra sobre o Senado nas últimas décadas da Monarquia é a de Leite (1979).

na província, puderam ampliar ainda mais as suas clientelas regionais, re-produzindo a desigualdade socioeconômica dentro da própria província e garantindo a permanência da sua posição de elite. Portanto, ao ocuparem altos cargos políticos, a sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e de conceder favores aumentou muito o seu poder (VARGAS, 2010). Neste sentido, dentro do mundo da política, eles passaram a ocupar um papel central.

Os políticos que ocuparam altos cargos na Corte, independentemente da província que representavam, não devem ser vistos somente como os responsáveis por dirigir os negócios da nação. A expectativa dos seus familiares, das suas clientelas e dos seus eleitores e aliados políticos possuía um peso igual ou maior do que as suas obrigações para com o governo imperial.⁷ Neste sentido, todos eles recebiam a função de diminuir o abismo espacial e temporal que separava as suas paróquias de origem da Corte. Esta distância constituía-se num obstáculo por onde somente alguns poucos indivíduos conseguiam transitar com distinção e dele obter ganhos. Ao romperem com a barreira que dividia estes dois mundos, eles tornavam-se *mediadores*, interligando as suas “aldeias” com a capital do país.⁸ Tal façanha oferecia aos mesmos um acesso mais qualificado ao núcleo político do Império e lhes conferia o poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (títulos, favores e prestígio social) para as suas províncias, servindo de informantes tanto aos seus co-provincianos como ao governo central.

A análise da elite política

O conjunto de características que possibilitava a um indivíduo ultrapassar o mundo da paróquia e ingressar no mundo da Corte deve ser com-

⁷ Para uma análise mais aprofundada ver, por exemplo, Graham (1997) e Martins (2007).

⁸ De acordo com Sydel Silverman, o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, onde aquele está necessariamente inserido neste. Seria como um município dentro de um estado ou uma aldeia dentro de um reino, por exemplo. No entanto, para uma melhor utilização do termo, Silverman deixa claro que o mediador é um indivíduo que reúne em si (portanto é atributo exclusivamente pessoal e não transmissível) a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional (SILVERMAN, 1977, p. 293-304).

preendido de forma dinâmica, como fruto do investimento econômico de suas famílias e do manejo das redes de relações políticas em que o mesmo estava inserido. Desde o século XVIII, o surgimento de lideranças militares nas muitas guerras em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido e a importância da economia pecuarista e charqueadora foram traços estruturais desta sociedade e deixaram profundas marcas em sua elite política e nobiliárquica. É sob a luz destes fatores que devemos entender as estratégias das famílias de elite para buscar o exercício dos principais cargos, o que será analisado adiante. Somados às origens sociais e geográficas, estes fatores ajudavam a condicionar a trajetória dos mesmos e influíam em suas escolhas nas áreas da formação educacional, da profissão e das opiniões políticas, entre outras. Também é necessário ressaltar que as mesmas escolhas estavam intimamente relacionadas às mudanças conjunturais de ordem política e socioeconômica ocorridas ao longo de suas vidas e que, portanto, não estavam determinadas desde a sua infância.⁹

Somando todos os que ocuparam os cargos mencionados, e tendo em vista que alguns deles acumularam um ou mais destes, temos 34 indivíduos.¹⁰ Entre os mesmos, oito foram senadores, oito foram ministros e um foi conselheiro de Estado. Como quatro senadores também foram ministros e o único conselheiro também foi ministro e senador, o topo desta elite (conselheiros, ministros e senadores) reunia 12 indivíduos. Eles pertenciam ao alto escalão da elite política rio-grandense e estavam hierarquicamente acima dos outros 22 que foram somente deputados gerais. Esta distinção exige uma abordagem em separado. Para fins analíticos, chamarei o escalão político superior de o *Grupo dos 12*. Como somente um político foi conselheiro de Estado, irei analisar apenas os ministros e senadores, pois o estudo de apenas um conselheiro, no caso Gaspar Silveira Martins, seria quase um ensaio biográfico. Entretanto, este solitário conselheiro também foi ministro, senador e deputado geral. Portanto, ele não deixará de ser

⁹ O método prosopográfico é a principal referência para a análise dos dados a seguir. Para maiores detalhes sobre o método ver Stone (2011), Heinz (2006) e Charle (2006). Realizei comentários mais aprofundados em Vargas (2010).

¹⁰ As informações que ajudaram a compor os dados aqui analisados foram extraídas de dicionários biográficos, publicações especializadas e fontes documentais diversas. O repertório das mesmas foi melhor explicitado em Vargas (2010).

analisado com o restante do grupo. Talvez muitos dos equívocos da historiografia rio-grandense sobre este tema sejam fruto exatamente de uma análise exclusivista do papel de Silveira Martins.¹¹

Ministros e senadores

Dos oito ministros, apenas o general Manuel Luís Osório (marquês do Herval) não possuía curso superior. Ele assumira a pasta da Guerra (1878-1879) mais pelo seu prestígio militar do que por sua carreira parlamentar – que era completamente inexpressiva.¹² José Antônio Corrêa da Câmara, o visconde de Pelotas, outro militar nacionalmente respeitado, formou-se na Escola Militar de Porto Alegre (1855), vindo a ocupar a mesma pasta da Guerra (1880). Gaspar Silveira Martins (ministro da Fazenda em 1878), Henrique Francisco d'Ávila (ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1883) e Antônio Ferreira Vianna (ministro do Império e da Justiça em 1888-1889) formaram-se em Direito na Faculdade de São Paulo e na mesma turma (1855). Outros dois bacharéis foram escolhidos ministros – Francisco Antunes Maciel (ministro do Império em 1883-1884), que se diplomou em Montevidéu, no início da década de 1870, e José Francisco Diana (ministro de Estrangeiros em 1889), também formado em São Paulo, em 1868. O último ministro da lista foi Antônio Eleutério de Camargo (ministro da Guerra em 1885), diplomado em Engenharia Militar no Rio de Janeiro, em 1856. É possível, portanto, perceber que quatro destes políticos formaram-se no ano de 1855, sendo três em Direito e na mesma turma. Isto evidencia que as redes sociais desta elite podiam começar desde a juventude, ampliando-se ao longo do tempo, quando os seus colegas de faculdade já ocupavam postos importantes em nível nacional.

¹¹ Sobretudo a respeito da elite política monárquica ser basicamente formada por estancieiros da região da Campanha, o Partido Liberal ser hegemônico naquela região e com exceção de Silveira Martins os outros serem meros políticos de aldeia. Para maiores detalhes, ver Vargas (2010).

¹² O que não significa que Osório não participasse do mundo da política. Agindo fora do mundo dos parlamentos e articulando a poderosa rede de relações que possuía entre os estancieiros, ele foi fundamental na reorganização do Partido Liberal nos fins da década de 1850, sempre trabalhando pela eleição de seus candidatos (VARGAS, 2010).

Quanto aos senadores pelo Rio Grande do Sul, entre 1868 e 1889, têm-se os seguintes políticos: Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (1843-1880), José de Araújo Ribeiro, o visconde do Rio Grande (1848-1879), Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1870-1875), Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1880-1881), Manuel Luís Osório (1877-1879), José Antônio Corrêa da Câmara, o visconde de Pelotas (1880-1889), Gaspar Silveira Martins (1880-1889) e Henrique d’Ávila (1882-1889). Destes oito senadores, os últimos quatro já foram citados anteriormente por terem sido também ministros de Estado. É importante considerar que, destes senadores, cinco já eram adultos quando estourou a Revolta dos Farrapos (1835-1845). Os mesmos participaram da Guerra seja como autoridades administrativas (Araújo Ribeiro e Fernandes Braga), seja como militares (Caxias, Pelotas e Osório). Um detalhe importante é que todos eles estiveram do lado legalista, o que indica que eram fiéis à Coroa desde longos anos. Este era um fator fundamental para serem escolhidos na lista tríplice pelo imperador, em vista da vitaliciedade do cargo. Além disso, Osório, Pelotas e Caxias tiveram importantes participações nas lutas contra Rosas, na década de 1850, e Solano Lopez, na década de 1860 – o que reforça sua ligação com os interesses políticos da Coroa. Já Araújo Ribeiro e Fernandes Braga eram formados em Coimbra, o que o inseria no grupo de bacharéis estudado por José Murilo de Carvalho (2003) e que contribuiu significativamente com a construção do Estado imperial.

Tendo apresentado o topo desta elite, agora é possível analisá-la conjuntamente. A terça parte dos membros do *Grupo dos 12* estava alinhada ao Partido Conservador (Braga, Araújo Ribeiro, Caxias e Ferreira Vianna). Isto evidencia a hegemonia política que os liberais exerceram na província e que já foi enfatizada por outros autores (PICCOLO, 1974; CARNEIRO, 2000). Entre os ministros de Estado, somente Ferreira Vianna era conservador. O predomínio dos liberais entre os ministros fica mais evidente ao se considerar que Vianna construiu toda a sua carreira fora da província onde nascera.¹³ Esta informação é bastante significativa, pois revela que, quando

¹³ Natural de Pelotas, Antônio Ferreira Viana (1834-1905) formou-se em Direito em São Paulo, em 1855, sendo promotor público no Rio e deputado geral pela mesma Província em diversas legislaturas.

os conservadores assumiam o poder na Corte e organizavam a lista dos possíveis ministros lembrados para ocuparem as pastas, não chamavam seus correligionários sul-rio-grandenses para o governo. Este fenômeno pode ser reflexo dos períodos de relativa fraqueza em que o Partido Conservador encontrou-se no Rio Grande do Sul. Além disso, a violenta cisão interna do partido em 1870 (entre lobos e cordeiros) e a oposição que muitos conservadores rio-grandenses fizeram ao Gabinete Rio Branco (1871-1875) podem ter acabado com qualquer chance dos mesmos serem convocados para algum ministério.¹⁴

Com relação à instrução educacional, 92% dos membros do grupo possuíam formação superior, constituindo-se em exceção apenas o general Osório. A grande maioria era formada em Direito, sendo cinco em São Paulo, dois em Coimbra e um em Montevideú. A ausência completa de bacharéis formados em Recife é um demonstrativo de que esta faculdade exerceu um papel secundário na formação dos principais membros da elite política do Rio Grande do Sul. Os outros três membros diplomados haviam estudado na Escola Militar do Rio de Janeiro. A partir destes dados, é possível inferir a profissão seguida pelos mesmos. Em números, têm-se seis advogados, três militares, um diplomata, um engenheiro e um desembargador. Muitos dos advogados também atuavam no jornalismo político. O destaque é a total ausência dos médicos e dos padres, profissionais presentes em outras elites políticas da época, mas que não conseguiram superar os militares e advogados nas disputas eleitorais da Província.¹⁵

No século XIX, não era raro os membros das elites terem seus rendimentos provenientes de outras ocupações econômicas. Portanto, além de poderem exercer mais de uma profissão, muitos deles também eram grandes proprietários de terra. Geralmente estas atividades econômicas eram compartilhadas com membros de sua família. O alto nível de educação e as profissões escolhidas permitem inferir que os mesmos pertenciam a famílias da elite econômica da província, pois o investimento na formação superior

¹⁴ Sobre esta cisão ver Piccolo (1974) e Carneiro (2000). Para argumentos que mostram a força do Partido Conservador na campanha ver Vargas (2010).

¹⁵ A presença dos médicos e padres no topo da elite política imperial foi demonstrada por Carvalho (2003).

era bastante custoso. Neste sentido, a origem social dos políticos analisados pode ser indicada pela atividade econômica e/ou a profissão dos seus pais. Pelo menos seis membros do *Grupo dos 12* vinham de famílias de ricos estancieiros, ou seja, a metade deles eram pecuaristas. Quanto aos outros, um era filho de um charqueador que também criava gado, outro de um rico comerciante e três de oficiais militares, cujo patrimônio fundiário não parecia ser de monta. O caso mais interessante foi o de Antônio Eleuthério de Camargo. Filho de um policial de poucas posses, conseguiu sentar praça no Exército, sendo encaminhado à Escola Militar. Formado em Engenharia, tornou-se redator-chefe do jornal liberal *A Reforma*, onde seguiu fielmente o seu chefe Silveira Martins, e, depois de ser deputado por vários mandatos, tornou-se ministro da Guerra, em 1885. Sua trajetória revela que havia espaços para a ascensão social, em investimentos que conjugassem a meritocracia com o patronato dos grandes líderes políticos.¹⁶

A análise do local de nascimento complementa a da origem social e ajuda a revelar quais regiões estavam mais propensas a formarem jovens capazes de ingressar no topo da elite política, uma vez que o mais comum eram as carreiras se iniciarem desde a juventude nas próprias academias de ensino superior do Império. Analisando os seus dados biográficos percebe-se que $\frac{3}{4}$ deste grupo provinham de um eixo mais próximo ao litoral (Rio Grande [um], Pelotas [dois], Conceição do Arroio [um], Jaguarão [dois] e Porto Alegre [três]). Daqueles dois rio-grandenses que não provinham deste eixo, pelo menos um migrou definitivamente até ele para construir sua carreira: o já mencionado Eleuthério de Camargo, natural de Uruguaiana. Gaspar Silveira Martins também migrou para Porto Alegre, mas nunca abandonou suas bases econômicas em Bagé. Caxias foi o único político nascido em outra província: Rio de Janeiro. Portanto, pode-se afirmar que os membros do *Grupo dos 12* não eram, na sua grande maioria, filhos de estancieiros da região da Campanha.¹⁷ Muitos dos pais destes políticos realmente eram criadores de gado, porém suas propriedades se localizavam

¹⁶ Neste sentido, as trajetórias do general Osório e de Florêncio Carlos de Abreu e Silva também são elucidativas (VARGAS, 2010).

¹⁷ Mesmo que se considere Jaguarão com um perfil geoeconômico semelhante ao da Campanha, somente 1/3 dos políticos pertenceriam a esta região.

nos municípios mais próximos do complexo charqueador pelotense, e não na fronteira oeste da província.

Investigando a carreira política dos membros do *Grupo dos 12*, percebem-se alguns indicadores em destaque. Existia uma espécie de hierarquia política que parece ter condicionado a carreira de alguns, tendo sido contornada por outros. Antes de eleger-se ao Senado ou receber uma pasta ministerial, nove destes políticos haviam exercido mandatos de deputados provinciais e, posteriormente, de deputados gerais, ingressando no *Grupo dos 12* após adquirir uma certa experiência na política parlamentar. Apenas três romperam com esta tendência e foram exatamente aqueles que construíram suas carreiras no campo de batalha – Osório, Caxias e Pelotas.

Quanto à faixa etária necessária para o ingresso no *Grupo dos 12*, não houve um padrão rígido de recrutamento, mas alguns comentários merecem ser feitos. Caxias, com 40 anos, e Araújo Ribeiro, com 48, ingressaram no *Grupo dos 12* na década de 1840. Todos os outros 10 foram recrutados após 1868 – nosso marco temporal. Entre os dois mais jovens estão o citado Caxias (40 anos) e Florêncio de Abreu (40 anos). O mais velho a ingressar no *Grupo dos 12* foi Manuel Osório, que se elegeu senador aos 69 anos. O segundo e o terceiro mais velhos foram Antônio Braga (65 anos) e o visconde de Pelotas (56 anos). Percebe-se, portanto, que, dos três políticos mais velhos a ingressarem no *Grupo*, os dois principais militares sul-rio-grandenses estão presentes. Se reduzirmos esta análise apenas aos oito ministros, Osório e Pelotas constituem-se nos dois políticos com maior idade (bem acima da média de 44 anos apontada por Carvalho [2003]) trazendo uma outra excepcionalidade para as suas carreiras. Entre os oito senadores, somente dois não foram presidentes de Província: novamente Pelotas e Osório. Isto revela ainda mais a inexperiência político-administrativa de suas “meteóricas” carreiras políticas, muito diferentes daquelas construídas pelos bacharéis em Direito.

Portanto, os militares tiveram uma presença notável neste grupo, pois eles compuseram a metade dos membros que conseguiram acumular uma cadeira no Senado com uma pasta ministerial. Este se constituiu num traço característico da Província. O Rio Grande do Sul, junto com Santa Catarina, foi uma das únicas províncias que teve senadores militares nas duas últimas décadas da monarquia, ou seja, num momento em que os mesmos

vinham sendo institucionalmente afastados desta elite.¹⁸ Outro fator importante é que o Ministério da Guerra foi a única pasta em que os rio-grandenses conquistaram um destaque em nível nacional.¹⁹ Portanto, a caminhada política dos militares até a Corte encontrou obstáculos diferentes dos enfrentados pelos bacharéis em Direito. Numa província onde as guerras foram quase que endêmicas, os altos oficiais nutriram um alto prestígio social. A conversão do mesmo em capital político lhes possibilitou ascender diretamente ao *Grupo dos 12*, e tal façanha foi facilitada após da Guerra do Paraguai, onde os rio-grandenses tiveram papel marcante (VARGAS, 2010). O mesmo não ocorreu com os advogados, que tiveram que cumprir um longo “estágio” na Câmara dos Deputados até chegarem ao topo daquela elite política.

Os deputados gerais

Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve 29 deputados gerais. Cabe ressaltar que eram reservadas aos sul-rio-grandenses seis cadeiras por legislatura e que muitos destes 29 deputados foram eleitos mais de uma vez ao longo destes 20 anos. Além disso, sete destes 29 deputados conseguiram ascender ao *Grupo dos 12*. Com relação à filiação partidária dos mesmos, verifica-se um equilíbrio maior que no *Grupo dos 12*, pois foram 13 deputados conservadores e 16 liberais, embora estes últimos tenham acumulado mais mandatos. O índice de deputados gerais com formação superior é praticamente o mesmo que o dos membros do *Grupo dos 12*, pois somente dois deles não tinham diploma. Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá,

¹⁸ Conforme Carvalho (2003), tanto os militares quanto os magistrados, a partir da Lei eleitoral de 1855, foram sofrendo uma série de restrições quanto às suas candidaturas, pois se acreditava que o sucesso do processo de profissionalização das Forças Armadas e do Judiciário deveria afastar seus membros da política.

¹⁹ O Rio Grande, durante todo o período imperial, teve 13 ministros (6 % do total). Destes, sete ocuparam a pasta da Guerra, o que indica que os membros da elite política desta província eram mais lembrados e recrutados para a Corte quando os assuntos eram desta competência. Entre 1832 e 1889, 52 homens ocuparam o Ministério da Guerra, sendo 11 da Corte, sete do Rio Grande do Sul, sete de Portugal e sete baianos, apenas para citar as principais regiões representadas (o restante estava distribuído pelas outras províncias).

comerciante e banqueiro conhecido nacionalmente, e Joaquim Pedro Salgado, coronel da Guarda Nacional de Porto Alegre e empregado público da Fazenda Provincial, tinham contra si este indicador, que reduzia as chances dos candidatos.

Quanto ao curso de formação superior dos mesmos, percebe-se que 20 deputados eram bacharéis em Direito, isto é, 69% do grupo. Destes, 13 formaram-se em São Paulo, cinco em Recife, um em Olinda e um em Montevideu.²⁰ Portanto, apesar de Recife ter tido importância na constituição deste grupo, fica evidente que a Academia Paulista exerceu a maior influência na formação da elite política rio-grandense. Completando o grupo temos um formado na Escola Militar, dois formados em Engenharia e quatro em Medicina – todos no Rio de Janeiro. Isto indica que, apenas ao irem estudar fora de sua Província, quase 1/3 deles já havia frequentado a Corte, retornando para suas províncias com uma rede de relações sociais bastante ampla. Com relação à profissão, tem-se, portanto, um grande predomínio das carreiras jurídicas, com destaque para os advogados, que somavam 17 indivíduos (59% dos deputados). O restante estava composto por quatro médicos, três magistrados, dois engenheiros, um empregado público, um banqueiro e um militar. Portanto, é possível perceber que, neste espaço de poder político, os médicos conseguiram penetrar com mais facilidade, mas, quando enfrentavam os advogados e militares nas eleições para o Senado, eles eram derrotados. Tal tendência parece revelar que o potencial eleitoral dos mesmos não encontrava dimensões provinciais, mas apenas distritais, o que pode ser consequência do caráter mais localizado do exercício de sua profissão.

A origem social dos deputados gerais é praticamente a mesma dos senadores e ministros. Dos 29 deputados, obtiveram-se informações para 20 deles. Destes, pelo menos 10 tinham pais estancieiros, três charqueadores, dois comerciantes. Outros quatro eram filhos de militares e um de magistrado. Alguns estancieiros também eram oficiais da Guarda Nacional e outros militares também criavam gado. É possível que entre os nove sem informações seguras também haja criadores de gado. No que diz respeito

²⁰ O curso jurídico de Olinda transferiu-se para Recife em 1854.

aos locais de nascimento, apenas três deputados gerais eram naturais de outras províncias. É importante destacar a ínfima representação (apenas dois deputados) do que poderia ser considerado como “metade norte” da província na época: Antônio Antunes Ribas, representante de Santo Ângelo, era advogado formado em São Paulo e também foi jornalista.²¹ Egídio Barbosa de Oliveira Itaquí era advogado formado pela mesma faculdade. Abriu banca em Itaquí, onde permaneceu por muitos anos até mudar-se para a capital, também à procura de melhores oportunidades profissionais e políticas. Esta pouca representatividade pode ter contribuído para a grande adesão da região ao republicanismo, algo que se tornou mais evidente no início do século XX.²²

É possível verificar que 11 deputados (38%) eram naturais do eixo Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, o que evidencia que este grupo da elite política tinha fortes raízes nos centros mais urbanizados e financeiramente mais desenvolvidos da província. Além disso, muitos deles tinham laços de parentesco com estancieiros, negociantes e charqueadores nestas localidades, isto quando eles próprios não o eram. Pode servir como exemplo o advogado conservador Ildefonso Simões Lopes, irmão do coronel João Simões Lopes, visconde da Graça – rico charqueador em Pelotas.²³ Francisco Antunes Maciel e Francisco Carlos de Araújo Brusque, pelo lado liberal, e João Jacintho de Mendonça e seu filho Joaquim Jacintho de Mandonça, pelo conservador, foram outros pelotenses que apresentaram o mesmo tipo de ligações familiares. Próximo a Pelotas, em Jaguarão, estavam os advogados Henrique Francisco d’Ávila e José Francisco Diana – estancieiros e sócios em uma empresa bancária. Outro deputado vinculado a esta região foi o visconde de Mauá, que, apesar de ter nascido em Arroio Grande,

²¹ Ribas também advogou em Cruz Alta, cidade maior e onde certamente conseguia melhores rendimentos, e posteriormente migrou para Porto Alegre, talvez com o mesmo fim. Por laços de matrimônio, sua família ligou-se ao poderoso clã dos Pinheiro Machado, que possuíam terras em São Luiz Gonzaga – município vizinho.

²² Ver, por exemplo, Love (1975); Félix (1987); Franco (1996).

²³ Também era um dos chefes conservadores de maior prestígio. Comandante da Guarda Nacional em Pelotas, também foi presidente da Província em 1871, época em que o irmão ocupava uma cadeira na Câmara.

mudou-se jovem para a Corte, onde fez carreira comercial e fixou sua residência.

Outra parcela deste grupo possuía um perfil mais urbano, muito embora se entrelaçasse com famílias de proprietários de terra. O médico Luís da Silva Flores e o advogado Florêncio de Abreu, ambos liberais, eram homens com fortes raízes em Porto Alegre, assim como o conservador e também médico José Bernardino da Cunha Bittencourt. O militar Manuel Marques de Souza, conde de Porto Alegre, ao casar-se com a filha do Barão de Saican, aproximou-se de uma fortuna bastante significativa, apesar de ser toda ela constituída fora do país.²⁴ O médico Joaquim Pedro Soares clinicava em Porto Alegre e era casado com a filha de João Dias de Castro, estancieiro em Piratini e presidente da Província em uma ocasião.

Na região central-colonial do Rio Grande do Sul, encontramos um parlamentar natural de Cachoeira e três de Rio Pardo, sendo estes últimos três conservadores. Paulino Rodrigues Fernandes Chaves era magistrado e filho do senador Pedro Chaves. Inocêncio Veloso Pederneiras e Antônio Alves Guimarães Azambuja eram aparentados e pertenciam a famílias de estancieiros de Rio Pardo, onde possuíam fortes bases políticas. O liberal Felisberto Pereira, advogado e empregado público, construiu a sua carreira profissional e política em Porto Alegre.

Dos 29 deputados, sete (24%) eram naturais da região da campanha, índice menor que os do eixo litorâneo acima descrito. Joaquim Pedro Salgado nasceu em Alegrete, mas migrou para Rio Pardo e, posteriormente, para Porto Alegre, onde se estabeleceu definitivamente. Suas relações com a Campanha perderam-se ao longo da vida, tanto que sempre se elegeu pelo distrito eleitoral da capital. Caso idêntico foi o do engenheiro Antônio Eleuthério de Camargo, citado anteriormente. Nascido em Uruguaiana, ele passou a concentrar os seus investimentos políticos muito mais na capital do que naquela região. Fernando Osório nasceu em Bagé, mudou-se menino para Pelotas, onde construiu toda a sua carreira como advogado e

²⁴ José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça (barão de Saican) era brigadeiro do Exército. Por ser primogênito de sua família, herdou "bens vinculados ou de Morgado na Europa, consistindo em sete Fazendas sitas, parte do Reino de Portugal, e parte em Olivença, no Reino de Espanha, e uma casa na praça de Elvas" (CARVALHO, 1937, p. 216).

jornalista e vinculou-se a famílias de charqueadores deste município. Entretanto, dois deputados conservadores mantiveram-se advogando em suas terras na Campanha, formando um forte núcleo deste partido. O advogado Severino Ribeiro Carneiro Monteiro era neto de Bento Manoel Ribeiro e filho de Vitorino Monteiro, barão de São Borja, com estâncias em Quaraí e Alegrete. Tornou-se chefe político conservador entre 1877 e 1886. Seu aliado foi o advogado Francisco da Silva Tavares, filho de importante família de estancieiros em Bagé.

Estas trajetórias revelam que muitos dos nascidos na região da Campanha (Salgado, Eleuthério, Silveira Martins, Fernando Osório) migravam para outras localidades, onde puderam encontrar melhores oportunidades de ascensão profissional, por exemplo. Portanto, assim como no *Grupo dos 12*, muitos poucos homens possuíam uma base política essencialmente na Campanha. Porto Alegre concentrava quase 1/3 do local de atuação profissional dos deputados gerais, assim como o eixo econômico próximo às charqueadas de Pelotas (incluindo Jaguarão e Rio Grande). Além disso, estes homens concentravam suas atividades nas áreas urbanas, mas sem se desconectar dos distritos rurais, onde estavam suas famílias e seu eleitorado. Obviamente havia advogados que também eram estancieiros, mas certamente as suas propriedades eram administradas por familiares ou terceiros.

Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Cruz Alta e Alegrete concentravam quase 70% dos locais de atuação profissional dos deputados gerais. Tornar-se conhecido era algo fundamental para um jovem que almejasse ingressar na carreira política, e as grandes cidades da época, com seus jornais, cafés, teatros e praças, eram um espaço privilegiado. O uso da imprensa e da máquina pública era fundamental na circulação de informações e no fortalecimento de uma candidatura. É importante mencionar que, apesar destes indivíduos não possuírem suas bases na região da Campanha, eles necessitavam do apoio dos estancieiros daquela região para conquistar seus votos, o que era feito através da troca de centenas de cartas, como já demonstrei em outros trabalhos (VARGAS, 2010).

Os índices apresentados evidenciam a importância de um diploma de curso superior na aquisição de altos cargos políticos. Somados os deputados gerais com os membros do *Grupo dos 12*, verifica-se que 22 (65%) eram bacharéis em Direito, sendo que 18 exerciam a advocacia. Entre os

mesmos, somente 8% não possuíam formação superior. Este índice é bastante baixo se comparado com o dos indivíduos que foram deputados provinciais, mas não conseguiram eleger-se à Câmara dos Deputados. Entre os mesmos, o índice de políticos sem formação chegou a 45%, entre 1868 e 1889. Portanto, esta comparação já esboça uma desigualdade de recursos necessários para entrar na disputa por espaços dentro da alta política, pois nem todas as famílias podiam investir nos estudos dos filhos. Para os não diplomados havia oportunidades na Assembléia Provincial e no preenchimento de cargos paroquiais (juiz de paz, delegado de polícia e vereador, por exemplo). Esta era a clivagem política mais significativa, pois como demonstrei, o perfil socioeconômico e educacional dos deputados gerais era praticamente o mesmo do *Grupo dos 12*. Contudo, ambos os grupos não estavam socialmente desconectados. Geralmente, grandes políticos tinham parentes sem formação superior ocupando os cargos paroquiais, de onde exerciam forte influência eleitoral e compunham uma peça fundamental na estratégia política da família (MARTINS, 2007; VARGAS, 2010).

Além disso, as famílias de algumas regiões estavam mais propensas a encaminhar os seus filhos para estudos superiores do que as de outras. Investigando a naturalidade de 113 rio-grandenses enviados para estudar Direito em São Paulo, entre 1832 e 1889, constatei que 22 (20%) eram da região da Campanha e 26 de Porto Alegre (23%). Mas a maior parte provinha do principal complexo charqueador da província, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande (37%).²⁵ Estes dois últimos grupos somavam 60% da amostra. Porto Alegre (com 26 estudantes) e Pelotas (com 22) eram os municípios que mais tinham bacharéis em Direito formados em São Paulo. O planalto norte da Província era representado por apenas 5% dos estudantes, o que ajuda a explicar também a sua pouca representatividade dentro da elite política rio-grandense no período.²⁶

Portanto, algumas regiões tinham maiores possibilidades de formar mediadores entre a província e a Corte, como Porto Alegre e Pelotas, por

²⁵ Trata-se dos estudantes para os quais conseguimos estas informações. Entre 1832 e 1889, formaram-se 163 rio-grandenses. Para maiores detalhes ver Franco (2001, p. 107-129).

²⁶ Fator que se inverteria completamente ao longo do século XX. Para maiores detalhes ver Heinz (2006).

exemplo. Não é coincidência que estas localidades também fossem as que apresentavam uma maior concentração de riqueza.²⁷ Pode-se concluir, pois, que havia uma relação direta entre riqueza familiar, formação superior e conquista de altos cargos políticos. Neste sentido, o diploma e o parlamento ampliavam o círculo de relações sociais da família, possibilitando uma melhor captação de recursos materiais, a ampliação das clientelas e a aliança com outras famílias poderosas por meio dos casamentos e batismos dos filhos. Portanto, apesar do investimento custoso, a educação superior trazia importante retorno para as famílias dispostas a executá-lo. O general Osório, por exemplo, dispendeu uma fortuna para formar os seus três filhos homens²⁸, o que lhe foi retribuído anos depois com alianças familiares significativas, calcadas em uma poderosa engenharia de matrimônios que tinha nos filhos um importante elo de ligação política e econômica com outras famílias de elite.²⁹

Família, nobreza e clientelismo

Portanto, fatores externos ao mundo da política estavam intimamente relacionados com o mesmo, muitas vezes condicionando-o e sendo condicionados por ele. Portanto, uma análise individualizada destes agentes corre o risco de oferecer uma imagem equivocada sobre esta elite política. O deslocamento do foco da análise para as famílias como unidades básicas

²⁷ Porto Alegre e Rio Grande concentravam os principais negociantes do litoral da Província, e Pelotas um núcleo charqueador com ascendência sobre Jaguarão.

²⁸ Na década de 1860, Osório queixava-se a um amigo das despesas necessárias com o estudo dos filhos. “Para o próximo verão, tornarei a pedir licença a fim de ir a minha fazenda desfrutar dos meus gados, para pagar o que devo e as despesas que fizerem meus quatro filhos nos estudos. Em 1864, também hei de pedir licença para levar um deles a estudar em São Paulo, se antes, em guerra, os *castelhanos* não me comerem os gados pela terceira vez, deixando-me sem recursos”. Carta de Manuel Osório a Luis Bello, 29.01.1862 (OSÓRIO, 1894, p. 675; grifos no original).

²⁹ Os filhos de Osório possibilitaram, através de laços matrimoniais, a ligação de sua família com as dos Barões de Jarau e do Butuí, que figuravam entre os charqueadores mais ricos de Pelotas, e às famílias Antunes Maciel e Silva Tavares com membros na elite aqui analisada. Tanto Osório, quanto o seu filho Fernando, faziam parte do grupo dos 34 mediadores, que também incluíam outros parentes seus.

da política oitocentista oferece um maior dinamismo ao objeto investigado e enriquece a compreensão do sistema político monárquico. Assim, por trás de cada deputado havia familiares e uma rede de aliados apoiadores. As carreiras políticas eram profundamente dependentes desta rede de relações. Somente os políticos mais experientes, como senadores e conselheiros (muito devido à sua vitaliciedade), podiam gozar de um pouco mais de autonomia, mas ainda assim continuavam vinculados aos seus parentes e clientes provinciais, que buscavam recompensar.³⁰

Portanto, investigando mais profundamente a trajetória dos 34 mediadores políticos, percebi que outros fatores também ajudavam a explicar o seu sucesso dentro da alta política. Um deles era a íntima relação estabelecida com famílias da elite política de fora do Rio Grande Sul. Destes 34 políticos, pelo menos 29 apresentaram algum tipo de ligação direta com as elites de São Paulo, do Rio de Janeiro e/ou de outras províncias. Aqueles que não possuíam tais vínculos na sua família, uma vez na Corte, tratavam de estabelecê-los. Foi o caso de Silveira Martins, que se casou com a irmã de um colega da Faculdade de Direito de São Paulo, cujo pai era um importante advogado na Corte. Posteriormente, Gaspar também juntou sua família com a do mineiro Lafayette Rodrigues Pereira (senador, ministro e conselheiro de Estado).

Foi quando estudava em São Paulo que Francisco da Silva Tavares enamorou-se da filha de um fazendeiro paulista, o mesmo que aconteceu com Ildefonso Simões Lopes – irmão de um dos charqueadores mais ricos de Pelotas, o visconde da Graça. Ambos acabaram unindo suas famílias às elites do centro do país. Na faculdade de Recife, Severino Carneiro Monteiro arquitetou o casamento de um colega com a sua irmã, moça que vivia no distante município de Alegrete com os pais – barão e baronesa de São Borja. E Henrique d'Ávila, que também era colega de Silveira Martins na faculdade, anos mais tarde casou a sua filha com um professor da referida instituição.

As amizades adquiridas durante as longas estadas nas províncias do centro e na Corte também aproximavam estes mediadores rio-grandenses

³⁰ Ver, por exemplo, Graham (1997), Martins (2007) e Vargas (2010).

das elites centrais. No fim da vida, Antônio Eleuthério de Camargo, por exemplo, encontrava-se pobre e, “para não morrer de fome, entregou-se ao trabalho profissional”.³¹ As redes sociais que adquiriu no centro do país, onde havia cursado Engenharia e sido ministro e deputado, certamente foram acionadas naquela situação e, em 1891, um banco da cidade de São Paulo o contratou para o cargo da diretoria, salvando a ele e a sua família. Na década de 1880, o deputado geral Felisberto Pereira da Silva enfrentou importante oposição política no Rio Grande do Sul. Na ocasião, os amigos que fez no centro do país o acolheram, confiando-lhe altos cargos administrativos na Corte. Posteriormente, ele acabou “assumindo a direção de uma grande empresa industrial” (PORTO ALEGRE, 1976, p. 64; TEIXEIRA, 1920, p. 322-323; 342).

Como se pode ver, boa parte destas relações só se concretizava porque as academias funcionavam como centro de integração e socialização destas elites; daí a importância dos estudos superiores para o sucesso na política, cujas redes sociais ajudavam a explicar o próprio ingresso naquele mundo. Foi o caso de José Diana, que foi colega de faculdade e companheiro de quarto do filho do general Osório e por este trazido para dentro da política. Posteriormente, Diana tornou-se sócio de uma empresa bancária juntamente com Henrique d’Ávila, que também era compadre do general citado. Os três foram ministros de Estado, e estas diferentes redes de relações davam uma coesão de interesses econômicos e políticos ainda mais significativos a esta elite política.

Os casos citados indicam que estes mediadores não possuíam seu poder centrado apenas na sua província. É possível perceber que a sua relativa facilidade em conectar-se ao mundo da Corte também era fruto da presença de parentes e amigos naquele lugar, ou seja, de uma rede social bem estabelecida fora do Rio Grande do Sul.³² Em junho de 1872, por exem-

³¹ Casos de políticos que tiveram suas fortunas arruinadas não foram raros. Senadores e deputados não recebiam salários. A política tinha seu preço e o endividamento era um perigo constante (VARGAS, 2010).

³² Além disso, outros mediadores eram naturais de outras províncias, o que por si só os vinculava com o centro, como o duque de Caxias. Alguns migraram para a Corte sem deixar de manter vínculos com o Rio Grande do Sul, como o visconde de Mauá. Também havia aqueles magistrados e demais burocratas que, ao exercerem seus cargos no centro do país, estreitavam seus

plo, o visconde da Graça escreveu ao barão de São Borja enviando notícias: “O Sr. Rio Branco acha-se por modo tal compenetrado do risco que corre-mos na próxima eleição que não só quer candidato o meu irmão, como autorizou-me a entender-me diretamente consigo.”³³ Esta carta é bastante reveladora, pois mostra que o chefe do Gabinete trocava correspondências com charqueadores da distante Pelotas, expressando quem ele gostaria que o Rio Grande enviasse à Corte como deputado geral. Tal atitude deve ser vista como algo compreensível, uma vez que os governantes necessitavam de uma maioria parlamentar dócil para pôr em prática os seus projetos. O exemplo pode ser dado na missiva que Silveira Martins enviou a Osório em 1865. “Fui ao Rio, falei com os *nossos amigos*, e a grande conveniência é mandar liberais à Câmara; eu conto quase infalível o meu triunfo, mas V. Ex. sabe que nesses negócios não há certeza.”³⁴

Uma vez dentro do “círculo dos grandes”, estes indivíduos buscavam favorecer seus correligionários, familiares e clientes. Portanto, relações sociais mais abrangentes e que extrapolavam os membros do grupo e suas unidades familiares fortaleciam ainda mais a sua posição política e ajudavam a explicar a sua ascensão. Mas estes vínculos também existiam no interior do próprio grupo aqui analisado. Dos 34 mediadores, 14 (42%) possuíam ligações de parentesco consanguíneo ou por compadrio com membros do próprio grupo. Tais vínculos revelam a existência de uma concentração ainda maior entre estas famílias, unindo diferentes regiões da província por intermédio das próprias malhas de parentesco. Este fenômeno reduzia ainda mais o acesso ao mundo da alta política e constrangia os interessados em obter favores do governo central a terem um bom entendimento com estas famílias.

Desta forma, uma vez dentro deste círculo, a distribuição de favores para amigos, parentes e clientes era quase instantânea. Ao assumir o minis-

laços com a elite política imperial. Quando o general Osório faleceu, seus três filhos adultos encontravam-se na Corte a serviço, o que revela a expansão da família junto ao centro político do Império (Inventário do Marquês do Herval. Livramento. Cartório da Provedoria. Processo n. 23. maço 1, estante 86, APERS).

³³ Carta de João Simões Lopes. Pelotas, 23.06.1872. Arquivo do Barão de São Borja. Lata 450, pasta 9, carta 6 – IHGB.

³⁴ Carta de Silveira Martins a Manoel Osório, 09.09.1865 (OSÓRIO, 1922, p. 93; grifos meus).

tério da Guerra em 1878, as primeiras medidas do general Osório foram direcionadas ao favorecimento dos amigos e familiares. Fez do genro vice-presidente da Província, do filho mais velho deputado, do cunhado comandante da Guarda Nacional e diretor do Banco da Província. Seu padrinho de casamento foi alçado ao Comando da Fronteira de Quaraí e Livramento e, posteriormente, das Armas da Província. Outros parentes, como os Flores, receberam secretarias provinciais, além de outros amigos que foram igualmente beneficiados (VARGAS, 2010).

Silveira Martins, por sua vez, entregou a secretaria da Fazenda ao compadre e a presidência da Província a um antigo colega de faculdade. Os outros rio-grandenses nomeados ministros fizeram o mesmo. O advogado Henrique d’Ávila, que também foi colega de Silveira e compadre de Osório, foi nomeado ministro em 1883, logo após ter presidido a Província, comandado a Guarda Nacional no município de Jaguarão e sido eleito senador. Ao assumir a pasta da Agricultura, os jornais da Corte especulavam sobre quais seriam os primeiros favorecidos de D’Ávila: “Conta-nos que vão ser resolvidos sem demora, talvez hoje mesmo, as importantes questões da barra do Rio Grande do Sul, estrada de ferro D. Pedro I, e desobstrução do Rio Jaguarão.” Os profetas acertaram, pois D’Ávila, logo que assumiu os trabalhos, tratou de investir em recursos e contratos para estas obras.³⁵ O também jaguarenses José Diana, sócio de Henrique D’Ávila numa empresa bancária e que possivelmente também tinha interesses nas obras citadas, tornou-se ministro anos depois.

Mas os campos de batalha também uniam estes homens da elite. Corrêa da Câmara, que lutou com Osório no Paraguai, tornou-se seu amigo e, assim como ele, foi ministro e senador. Sua ascensão política levou um cunhado e outro compadre à Assembleia Provincial. E mesmo após abandonar a pasta da Guerra, ele continuava tirando proveito da época em que possuía tal poder político. Nas cartas que o visconde escreveu da Corte para a sua esposa, esta relação fica clara: “Saí de casa levando duas visitas e de volta encontrei outras esperando-me, que só agora me deixaram. Mu-

³⁵ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 08, 10 e 11 de janeiro de 1878. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

dava de roupa quando entrava o Ministro da Guerra, com quem muito precisava falar sobre negócios do Exército [...].”³⁶ Dias mais tarde, ele revelava: “Não sei se te disse que o referido Ministro da Guerra mora neste mesmo hotel e, dando-se comigo, ouve-me sempre no que tem relação com o Exército.”³⁷

Em outras vezes, a captação de recursos se dava na forma de títulos nobiliárquicos, como fez o advogado Francisco Antunes Maciel ao assumir o Ministério do Império, de 1883 a 1884. Membro de uma família de ricos estancieiros e charqueadores, ele fez do primo Francisco Antunes Gomes da Costa o barão do Arroio Grande (1884), do seu irmão Leopoldo Antunes Maciel o 2º barão de São Luís (1884) e de outro parente, Aníbal Antunes Maciel, o barão de Três Serros (1884). O próprio Francisco tratou de conquistar um título para si próprio antes dos seus três parentes, consagrando-se barão de Cacequi, em 1883.³⁸

Na sociedade brasileira dos oitocentos, um título de nobreza consagrava uma família, pois tal concessão era fruto de um reconhecimento, por parte do imperador, por serviços prestados à Coroa e à nação. Em nível local, as famílias abençoadas com tal honraria ascendiam a outro patamar na escala hierárquica de sua “aldeia”. O investimento em títulos de nobreza também representava um retorno imaterial das perdas materiais efetuadas pelo portador do título. Não é à toa que a enxurrada de títulos concedidos aos rio-grandenses coincide com o período posterior à Guerra do Paraguai (Gráfico 1), onde muitos militares e oficiais da Guarda Nacional arriscaram suas vidas e de seus filhos, despendendo sua fortuna.³⁹

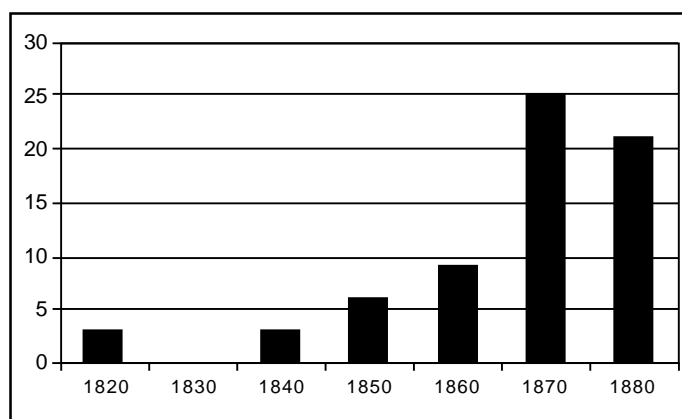
³⁶ Carta de 18.06.1884 (CÂMARA, 1979, p. 23).

³⁷ Carta de 11.06.1884 (CÂMARA, 1979, p. 25).

³⁸ Francisco da Silva Tavares, que também era um dos 34 mediadores, fez o mesmo para a sua família na região da Campanha.

³⁹ Como demonstrou Carvalho (2003), a libertação de sua escravaria também era um motivo que favorecia o recebimento do título, mas, no caso aqui analisado, grande parte dos nobres o recebeu por ter participado na Guerra do Paraguai (VARGAS, 2010).

Gráfico 1
Concessão de títulos de nobreza de 55 rio-grandenses (1825-1889)⁴⁰



Do total de 58 nobres rio-grandenses que receberam títulos entre 1825 e 1889, 37 tiveram relação direta com Guerra do Paraguai, sendo que pelo menos 30 participaram efetivamente no campo de batalha, enquanto os outros sete contribuíram emprestando dinheiro ao governo. Destes 30 nobres, 17 haviam lutado também na Guerra contra Rosas e 16 contra os rebeldes farrapos. Engana-se quem pensa que estes nobres guerreiros formavam um grupo à parte da elite política aqui analisada. Estudar cada um destes grupos de maneira isolada é perder a dimensão social que permeava as relações políticas provinciais, pois os ocupantes dos principais cargos políticos e estes oficiais nobilitados se entrelaçavam nas mesmas famílias. Além disso, muitos nobres também eram políticos, o que acentuava ainda mais a sua ligação com os deputados, senadores e ministros. Dos 58 nobilitados, 23 (40%) ocuparam algum cargo político de importância (quatro ministros, dois senadores, dois ministros que também foram senadores, 4 deputados gerais, 11 deputados provinciais e dois presidentes de Província). Somando apenas ministros, senadores e deputados gerais, temos que 10 nobres frequentaram a Corte como representantes políticos da Província.

⁴⁰ Não foi possível identificar o ano da titulação para 3 nobres. Para uma análise mais aprofundada e de como o gráfico foi elaborado ver VARGAS (2010). Especialmente o capítulo terceiro.

cia.⁴¹ Dos 35 nobres restantes, ou seja, aqueles que não eram políticos, três tinham filhos deputados e cinco tinham genros igualmente deputados.

A relação das famílias nobilitadas com a formação educacional superior também foi nítida. Destes 58 nobres, 20 enviaram seus filhos para estudar nas academias do Império. Dos 38 restantes, 10 não o fizeram porque não tiveram filhos homens, sobrando 28 indivíduos. Destes 28, só consegui informações seguras para 23 deles. Portanto, 23 nobres ricos (40%) tiveram filhos homens e não os mandaram estudar fora da Província, ao contrário de 20 titulares. O que diferenciava estas famílias? Dos 20 nobres que enviaram os filhos para estudar fora, pelo menos 13 escolheram as academias de Direito do Império, enquanto quatro preferiram formar seus filhos em Medicina e outros quatro numa Escola Militar.⁴² Para dois pais não foi possível identificar tal informação. No entanto, quando se somam todos os filhos destes 20 pais nobres (um total de 33), a diferença do bacharelismo em Direito aumenta bastante: 20 jovens formaram-se advogados, quatro militares, quatro médicos e dois engenheiros.⁴³ A partir destes indicadores, é possível dizer que as famílias nobres investiam mais numa carreira jurídica dos seus filhos, convergindo com as demais elites provinciais da época (CARVALHO, 2003).

Portanto, o envio do filho para estudar no centro do país parecia fazer parte de um *projeto familiar*, onde uma das principais metas era estabelecer (ou reforçar) uma intervenção mais qualificada no mundo da alta política. Isto fica mais claro quando investigamos a atuação política dos pais nobres que enviaram seus filhos e dos que não enviaram. Dos 20 nobres que mandaram seus filhos estudar fora, 10 (50%) já eram políticos, enquanto que entre os 23 que não mandaram, somente sete (30%) eram políticos. Mas, ao se observar o tipo de cargo ocupado pelos mesmos, estas diferenças ficam mais evidentes. Entre os sete políticos que não mandaram seus filhos, só um foi deputado geral, enquanto que entre os 10 que mandaram

⁴¹ Além disso, estes indicadores convergem com o que apontou José Murilo de Carvalho, ou seja, de que os barões não faziam parte da elite política imperial de maneira significativa, mas sim os viscondes, condes e marqueses Carvalho (2003, p. 257-258).

⁴² Dois pais enviaram seus filhos para estudar em academias diversas.

⁴³ Para três jovens não foi possível localizar o curso de formação.

há quatro senadores e um ministro (sendo que dois senadores também foram ministros). Ou seja, muitas das famílias que enviaram seus filhos para estudar fora da Província possuíam um projeto de intervenção política e aproximação com a Corte mais ambicioso e melhor estabelecido, enquanto as que não mandaram não possuíam um projeto nestas dimensões. Melhor dizendo, as famílias que não mandaram seus filhos estudar fora estavam mais isoladas na Província e em suas paróquias do que aquelas que enviaram. O filho diplomado estava investido de um dos atributos necessários para tornar-se um mediador, o que poderia ser utilizado para captar recursos diversos para a família, incluindo os próprios títulos de nobreza – que eram reconvertidos na busca de novos recursos. Ainda é possível argumentar que aqueles jovens cujos pais já possuíam algum tipo de ligação com o centro do país viam as suas possibilidades de sucesso na Corte aumentar, o que restringia ainda mais o círculo de famílias de onde estes mediadores surgiam.

Os dados analisados até aqui ajudam a revelar que havia uma nítida hierarquia entre as famílias dos 58 nobres selecionados. Aquelas que enviaram filhos para estudar fora estavam mais próximas do mundo da Corte. Entre estas 20 famílias estão os Osório, os Antunes Maciel, os Corrêa da Câmara, os Braga, os Silva Tavares, os Simões Lopes, os Ferreira Porto e os Ribeiro de Almeida. Entre 1868 e 1889, estas oito famílias, somando os seus laços de compadrio e matrimônio, congregavam sozinhas seis senadores (75% do total), quatro ministros (50% do total) e 12 deputados gerais (42% do total). Além disso, com exceção dos Ribeiro de Almeida, dos Braga e dos Corrêa da Câmara, as outras estavam ligadas entre si por estreitos laços de parentesco. Pode-se dizer, portanto, que a alta política rio-grandense, nas últimas décadas do Império, era um verdadeiro negócio entre famílias e que as mesmas simplesmente controlavam um dos mais importantes canais de mediação (se não o mais importante) entre a província e o Centro: o mundo da alta política.

Concluindo, as escolhas nas carreiras profissionais, as estratégias políticas e de nobilitação, a visão de mundo, entre outros aspectos da vida social, possuíam um nítido caráter familiar. A política vivenciada em casa, desde a juventude, era elementar no processo de iniciação, e a convivência com as redes de relações sociais estabelecidas pelos pais e familiares era de

fundamental importância para a execução dos primeiros passos. Pertencer a uma família com um projeto de intervenção político mais ambicioso possibilitava maiores sucessos na carreira, mas não os garantia. Por conterem relativa insegurança, as redes de relações estabelecidas pelos candidatos desde a sua juventude acadêmica até a fase adulta eram fundamentais para assegurar o retorno dos investimentos previamente realizados. São elas que ajudam a explicar por que alguns indivíduos conseguiram ascender até o *Grupo dos 12* e outros não, uma vez que os deputados gerais pertenciam aos mesmos estratos sociais e tinham a mesma educação superior que os ministros e senadores.

Neste sentido, muitos outros aspectos ajudavam a tornar estas elites mais coesas. É bastante significativo que entre os quatro únicos membros do topo desta elite política que acumularam os cargos de ministro e senador, encontravam-se dois compadres (Henrique d'Ávila e Osório), dois colegas de faculdade (Silveira Martins e o próprio d'Ávila) e dois companheiros do campo de batalha (Osório e o visconde de Pelotas), demonstrando que os mesmos não defendiam interesses políticos semelhantes apenas porque eram do Partido Liberal, mas também porque relações sociais externas ao mundo dos parlamentos os aproximavam. A ascensão de um tendia a favorecer a do outro. Ao ocuparem estes altos cargos, eles retribuíaam aos aliados de longa data, contribuindo para a cristalização das hierarquias sociais locais e a desigualdade de oportunidades que explicavam as suas próprias trajetórias de exceção.

Referências bibliográficas

- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: sua vida política*. Porto Alegre: IEL, 1979. v. III.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, p. 40-47, nov. 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

_____. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre: CEMJUG, p. 107-129, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira: Rio de Janeiro (1820-1850). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 119-137, maio 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Construindo uma nação no Brasil do século XIX. *Revista Diálogos*, Maringá: DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. "A velha arte de governar": um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1894. 1º v.

_____. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1976.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California, 1977. p. 293-304.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, v. 19, n. 39, p. 115-137. ISSN 0104-4478. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Editores Leite Rieiro & Maurício, 1920. v. 1

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VARGAS, Jonas M.; SACCOL, Tassiana M. P. “Pai monarquista, filho republicano”: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). In: *Anais da VIII Mostra de Pesquisa do APERS: produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Corag/APERS, 2010. p. 225-249.

A transformação do universo das elites no Brasil pós-1930: uma crítica sociológica

Adriano Codato

O objetivo deste ensaio é destacar a centralidade do processo de transformação dos perfis sociais e profissionais das elites para determinar a configuração do mundo político brasileiro entre 1930 e 1945.

Na primeira parte, procuro construir a justificativa para esse tipo de abordagem, que vincula, em termos explicativos, as características do regime político e as formas do Estado às características de uma dada elite. Tomo como pretexto para essa discussão o caso do destino das classes dirigentes de São Paulo nesse período da história nacional.

Na segunda, resumo – e ponho em dúvida – a validade das várias interpretações sobre a dinâmica do universo das elites no Brasil depois de 1930. Proponho, então, um modelo diferente para explicar as ligações entre a reestruturação completa do espaço político e as transformações nas propriedades sociais e profissionais dos agentes políticos após a Revolução de 1930 e, em especial, depois do Golpe de 1937.

Elites regionais e governo nacional

Em 1932, São Paulo foi à guerra contra a União em nome de uma nova ordem constitucional. Seu objetivo era a devolução da autonomia estadual, comprometida pela “aventura de outubro” (a Revolução de 1930), pela inesperada e indesejada centralização política e pela “invasão” tenenista¹. Em editorial, o diário *O Estado de S. Paulo* lamentava os adiamentos

¹ O título do livro de Renato Jardim equivale a um programa político completo: *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*. Ver Jardim, 1932.

seguidos de uma Assembleia Constituinte, reprovava o fato do estado ainda não ser governado por um civil, paulista e “democrático”, e se perguntava, dramaticamente: “Haverá na história política de algum povo tragédia mais dolorosa do que a tragédia de São Paulo?”².

No discurso que fez aos representantes do *Clube 3 de Outubro* em Petrópolis, Getúlio Vargas respondeu às queixas da oligarquia paulista e repetiu mais uma vez que a Constituição da República Nova viria, mas só depois do “saneamento dos costumes políticos” nacionais e de uma completa “reforma da administração” pública. Essa obra de “reconstrução moral e material da Pátria” requeria, entretanto, não transigir aos “reacionários de todos os tempos”, que exigiam “um registro de nascimento a cada Interventor local”. O único propósito deles, segundo o Ditador (para retomar a expressão científica dos tenentes e implicante dos paulistas), era “voltar ao antigo mandonismo” (VARGAS, 1938, vol. II, p. 18 e 17, respectivamente)³. Quatro meses depois dessa oração, os “reacionários de todos os tempos”, unidos na Frente Única Paulista, fizeram a própria Revolução. Menotti Del Picchia, porta-voz do espírito generoso dos combatentes, concedeu uma parte da razão aos idealistas da Aliança Liberal que assumiram o poder no Palácio do Catete em outubro de 1930. Disse ele: o regime ditatorial bem poderia, naquele momento, ser útil ou adequado, como queria o Sr. José Américo de Almeida – mas em outras unidades da federação. São Paulo “não pode viver senão sob o regime da lei” (DEL PICCHIA, 1932, p. 241).

Em 1945, boa parte da elite política paulista – muitos daqueles “reacionários de todos os tempos” – abrigou-se em um dos dois partidos nacionais herdeiros do “Ditador”. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, São Paulo contava com uma bancada de 38 representantes (contando também os cinco suplentes que exerceram mandato). Desses, quase metade pertencia ao Partido Social Democrático (18 deputados) e sete estavam filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (um senador, seis deputados). O PSD possuía em suas fileiras alguns próceres do Partido Republicano Paulista:

² *Apud* Borges, 1979, p. 173. A frase é de janeiro de 1932.

³ O discurso é de 4 de março de 1932. Para o “Ditador”, v. Leite, 1966, p. 290 e *passim*.

Silvio de Campos, Cirilo Júnior e Costa Neto; incluía alguns chefes do Partido Democrático: Antonio Feliciano e Sampaio Vidal; e abrigava dois notáveis do Partido Constitucionalista: Horácio Lafer e Novelli Júnior⁴. O integrante mais famoso do PTB, vice-presidente de honra do partido, aliás, era o ex-perrepista Marcondes Filho⁵. Além disso, dos pessedistas, nada menos que 12 deles haviam servido no Estado Novo. Dos petebistas, cinco ocuparam algum cargo na máquina política “varguista”⁶. Conclusão: praticamente 70% da facção PTB/PSD da bancada estadual havia embarcado na ditadura de 1937 (Codato, 2008). O próprio Getúlio Vargas, como se recorda, foi eleito pelo estado de São Paulo, mas renunciou ao posto para ocupar a cadeira de senador pelo PSD do Rio Grande do Sul.

O que aconteceu nesse intervalo entre a Revolução e a Constituição? Como foi possível desarticular as poderosas organizações políticas estaduais (os vários Partidos Republicanos, por exemplo), trocar quase todas as lideranças políticas nacionais, federalizar as grandes questões sociais e converter a ideologia do liberalismo oligárquico em estatismo autoritário?

Pode-se objetar que, com o fim do Estado Novo, esse processo, se não foi natural, já era esperável, pois teria havido uma *renovação geracional* da elite: novos políticos (isto é, políticos mais jovens), em novos partidos, criados somente em 1945, justamente contra as máquinas políticas oligárquicas e depois de um longo hiato institucional. Todavia, a taxa de “anti-

⁴ Cirilo Júnior e Antonio Feliciano integraram o Departamento Administrativo do Estado de São Paulo. Cirilo foi conselheiro do DAESP desde que foi criado até o fim do Estado Novo. Antonio Feliciano entrou em 1941 para só sair em 1945.

⁵ Alexandre Marcondes Machado Filho começou a carreira política como secretário particular de Bernardino Campos, nada menos que o presidente do estado de São Paulo. Com a candidatura avalizada por esse último, torna-se vereador em São Paulo (1926-1928) pelo Partido Republicano Paulista e imediatamente líder da bancada situacionista na Câmara dos Vereadores de São Paulo (1926). Em 1927, funda e dirige o *São Paulo Jornal*, órgão mais popular do PRP. É eleito para dois mandatos consecutivos de deputado federal (1927-1929; 1930). Fica no posto até outubro de 1930. Com a Revolução, perde o mandato, tem seu periódico empastelado pelos revoltosos, abandona a política e volta a exercer a advocacia. Só volta a ocupar cargos públicos quando é convidado por Getúlio Vargas para ser vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP) em 1939.

⁶ Para informações detalhadas das atividades políticas dessa turma durante o Estado Novo, ver Codato, 2008, Tabela 4.

guidade” do grupo PSD/PTB de São Paulo não era baixa. Quase 40% dos seus constituintes tinham idades acima dos 51 anos⁷.

É verdade que o *transformismo*⁸ da classe política não foi privilégio dos paulistas. Mas seria um tanto difícil adivinhar que depois do levante de 9 de Julho democráticos, peceístas e perrepistas⁹ estariam, apenas alguns anos mais tarde, alinhados com Vargas.

Inimigos íntimos, afinal foi em São Paulo que o “getulismo” encontrou maior resistência política e ideológica antes de 1937 e depois de 1945 (basta lembrar as dificuldades para o fortalecimento dos partidos “populistas” [PSD, PTB] e a penetração das ideias trabalhistas no estado), o controle político das oligarquias, a costura de novas lealdades partidárias e o processo de pacificação social parecem mais compreensíveis quando se deixam em segundo plano algumas oposições abstratas do tipo “federalismo *versus* centralismo”, para descrever a organização constitucional dos poderes estatais (cf. CAMARGO, 1996, p. 300-362), ou “cooptação *versus* representação”, para explicar a natureza da transformação no universo das elites (cf. SCHWARTZMAN, 1982), e se incorporam à análise social dois requisitos: *a questão concreta da redefinição das regras de concorrência e confluência no espaço político* (i.e., os sucessivos regimes políticos entre 1930 e 1945) e *a questão histórica da reforma do perfil social das elites políticas estaduais*.

A Revolução de 1930 e o conflituoso período político que se seguiu a ela – Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937),

⁷ Para ser exato, 37,5%. Por outro lado, a maior parte dos constituintes de outros estados (somados todos os partidos) era até mais jovem e ficava na faixa dos 41 a 50 anos (36% contra 29% dos paulistas). Dados extraídos de (e alguns calculados por mim) Braga, 1998, v. II, p. 652-700. A respeito das faixas de idade dos constituintes por partidos na ANC, ver Braga, 1998, v. I, Tab. 9, p. 66. Para uma organização didática dos números, ver Codato, 2008.

⁸ Por “transformismo” quero designar aquilo que Antonio Gramsci definiu com precisão: não apenas a passagem de *indivíduos*, em geral parlamentares (transformismo “molecular”), ou de *grupos* inteiros de um campo político (ou ideológico) a outro, mas um fenômeno mais complexo: a assimilação, “decapitação” e destruição das elites de um grupo inimigo por uma elite mais poderosa. Assim, o transformismo é a *fabricação* “de uma classe dirigente cada vez mais ampla, [...] com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 286 e p. 63, respectivamente).

⁹ Partidários do Partido Democrático (PD), Partido Constitucionalista (PC), que sucedeu o Democrático, e Partido Republicano Paulista (PRP), respectivamente.

Estado Novo (1937-1945) – marcaram um importante processo de conversão no mundo das elites políticas brasileiras. Esse parece ser, ao que tudo indica, um dos problemas-chave dessa temporada. Como isso se deu? Qual a sua natureza? Que mecanismo tornou possível essa conversão? E qual é, em última análise, o seu significado para a compreensão da política nacional e do processo de construção do Estado nacional?

Muito embora a documentação histórica para esse período (arquivos privados, correspondências pessoais, documentos oficiais, depoimentos de protagonistas, etc.) trate quase exclusivamente das disputas políticas intrar-regionais e inter-regionais, não existem tantos estudos sobre os *políticos profissionais* como se poderia esperar. Os “atores políticos”, para falar na terminologia dessa literatura, são tema quase sempre de biografias, memórias ou autobiografias, e o que conta, no caso, são os feitos e fatos da história de um indivíduo, suas amizades, inimizades, aspirações, frustrações, mais que a *estrutura política* na qual esses agentes estão inseridos. Essa ocorrência se deve possivelmente mais à metodologia de estudo ou mesmo à natureza das fontes de sociólogos e historiadores do que a opções teóricas¹⁰. Todavia, quatro perguntas simples sobre os profissionais da política, tomados um como grupo de elite, quase nunca são postas: quem são?; de onde vêm?; o que fazem?; como pensam?

Para formar uma visão de conjunto da transformação do perfil das elites ou uma visão particular da dinâmica política de cada unidade da federação *após 1937*, o período mais misterioso, o ideal seria poder abordar três ou mais casos exemplares (Pernambuco, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo)¹¹. Até hoje, a quantidade de variáveis mobilizadas para radiografar a estrutura da elite política, o volume de informações exigido para tanto, aliados à dispersão das fontes (e a barafunda da maior parte dos arquivos públicos), tornaram inviáveis um exame da lógica política específica dos diferentes estados e, na sequência, a comparação entre eles.

¹⁰ Para exemplificar minha suposição, ver Camargo, 1984.

¹¹ Penso aqui num trabalho como o de Love e Barickman, que cotejaram as informações sobre as elites políticas e sociais de três estados (Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo) a partir dos estudos do próprio Joseph Love, de John D. Wirth e de Robert M. Levine sobre as lideranças regionais no Brasil entre 1889 e 1937. Ver Love e Barickman, 2006, p. 77-97.

Somem-se a esses empecilhos práticos dois preconceitos usuais presentes na maior parte dos estudos da área – esses, sim, possivelmente, a razão efetiva. De um lado, o caráter centralizador e a política nacionalista do Estado Novo contribuíram para que houvesse, por um bom tempo, grande desinteresse pela dimensão *regional* do regime¹², já que se supunha que as ocorrências da política estadual fossem tão só atualizações tardias do que acontecia no nível nacional. O “autoritarismo” do governo, definido nesse nível de generalidade, serviu assim tanto como razão quanto como desculpa. De outro, o tratamento padrão que em geral se dispensou ao período posterior à Revolução de 1930, entendido a partir de categorias sociais ou econômicas sempre muito genéricas (“dinâmica de classes, formas de produção, estágios de desenvolvimento”, etc.)¹³, relegou a um segundo plano não apenas a “política regional”, mas a própria *política institucional*.

Isso posto, a justificativa desse tipo de pesquisa – uma investigação aprofundada sobre o modo e a direção da transformação do universo das elites no Brasil pós-1930 – deveria se deslocar, por exemplo, para um *problema historiográfico* muito pouco ou quase nunca examinado: as relações entre Getúlio Vargas e a “oligarquia paulista”, para ficarmos num caso exemplar¹⁴. Esse problema, cujo interesse é indiscutível, deve ser lido, todavia, numa chave mais geral que a histórica, já que essas relações podem ser concebidas a partir de diferentes registros. Ou seja: não como *relações interpessoais* (entre o “Ditador” e os “Oligarcas”), e sim numa *perspectiva sociológica*: como *relações entre grupos de elite* rivais – um grupo de elite nacional e

¹² Para o argumento, ver Gertz, 1991, p. 112. Uma exceção notável é Colussi, 1996.

¹³ A observação é de Schwartzman, 1983, p. 367-368. Para uma explicação do argumento, ver Schwartzman, 1982, p. 26 e segs. e em especial p. 36-37.

¹⁴ Ver, a propósito da falta de trabalhos monográficos sobre o tema, Woodard, 2006, p. 83-107. Woodard comove-se diante da lacuna deixada pelos pesquisadores acadêmicos que, ao evitarem estudar a administração de Armando de Sales Oliveira (“honesta, meritocrática e modernizante”), ou a campanha presidencial de 1937, terminaram por projetar sobre a historiografia do período a “mitologia getulista” (p. 87). Essa ausência, detectada por Woodard, é real e no mínimo surpreendente, visto que a historiografia do Brasil republicano foi dominada pela história de São Paulo ou mais exatamente, por temas da história do complexo agroexportador: republicanism, federalism, política dos governadores, política cafeeira, industrialização, urbanização, o movimento operário, etc. Sobre essa constatação, v. Janotti, 1990, p. 91-101. Para uma evidência empírica do fenômeno, ver Marson, Janotti e Borges, 1999, p. 141-170.

outro grupo de elite regional. As relações complexas entre Getúlio Vargas e a classe dirigente paulista podem também ser percebidas, no *estilo da Ciência Política*, como *relações interinstitucionais*, isto é, como relações entre instituições políticas federais e instituições políticas estaduais. A escolha desses diferentes pontos de vista deve afetar seja a estratégia de análise, sejam as conclusões.

De toda forma, quando se assume uma perspectiva mais geral, é importante ter presente que se trata de uma única e mesma questão fundamental: “Getúlio Vargas *versus* a oligarquia paulista”, e as contruções textuais de mesmo tipo são a forma mais didática e mais direta (ou “empírica”) de representar a contraposição inicial entre um modelo agroexportador e um modelo urbano-industrial, o grande litígio do período. Para utilizar a fórmula de Przeworsky e Teune (1970), pode-se, conforme a estratégia de análise adotada, *converter*, num primeiro momento, *nomes próprios em variáveis mais abstratas*. Esse conflito entre dois caminhos de desenvolvimento capitalista (agrário e industrial), que não é apenas “econômico”, como se desconfia, é central em qualquer relato ou explicação dos desdobramentos de 1930, já que estipula limites para a influência de variáveis mais específicas (e.g., agentes sociais, posições institucionais, facções de elite, etc.). Ele não pode ser, contudo, a explicação inteira do problema.

Esse período de transição capitalista deve ser lido igualmente (e, do meu ponto de vista, principalmente) a partir das ocorrências históricas implicadas no processo de acomodação das diferentes facções da elite ao novo arranjo institucional. Num segundo momento, trata-se, então, de *reconverter variáveis estruturais em nomes próprios*. Assim, o estudo das transformações na estrutura e na dinâmica do universo da elite política sob o Estado Novo, por exemplo, pode funcionar, como Putnam indicou, “como uma espécie de sismógrafo para detectar mudanças políticas mais profundas” (1976, p. 43).

Na segunda parte do ensaio, pretendo revisar as interpretações disponíveis sobre esse assunto e propor não mais, como aqui, um ponto de vista e uma agenda de questões, mas um modelo de análise.

Instituições políticas e identidades estratégicas

A literatura dedicada a esse problema, sejam os estudos de História Política, sejam os ensaios de Sociologia Política, procurou quase sempre circunscrever as formas de renovação da classe dirigente no pós-1930 conectando e confundindo essa questão com o enigma do predomínio ou não de uma nova fração da classe dominante. Para não cair nas tentações do “politicismo”, a controvérsia em torno do destino do *pessoal político* que nos governou por 40 anos consecutivos durante a I República foi separada e descartada, ou simplesmente submetida à questão sempre mais importante da posição, do papel e da sorte da “burguesia industrial” e das condições da sua hegemonia (ou ausência de).

Há pelo menos quatro teses disponíveis para compreender a natureza e o significado desse grande deslocamento das forças políticas e/ou sociais que terminou, como se recorda, na “deflação política do País”, para utilizar a inspirada expressão de Francisco Campos, e na conseqüente marginalização política das classes dirigentes dos estados, a de São Paulo principalmente. Apresento-as de maneira muito esquemática e procuro fazer sua crítica.

A primeira tese enfatizou o processo de *substituição* de um tipo de elite (agrária) por outro (industrial) no pós-1930. Camargo anotou que

a partir de 1932/33, gradualmente, as lideranças se renovam. Velhas oligarquias são substituídas por novas oligarquias. Muitos dos antigos “revolucionários”, no decorrer de lutas sucessivas, são alijados ou se afastam [...] Outros permanecem [...] chegou-se, afinal, entre 1932 e 1937, a uma renovação geracional das elites políticas e à indispensável homogeneidade interna, moldadas pelo intervencionismo e pela centralização política (CAMARGO, 1983, p. 38-39).

A segunda tese sugere, ao contrário, a ocorrência de um *realinhamento* dos interesses dominantes (agroexportadores e urbano-industriais) num universo relativamente fechado e inelástico. Há uma troca de posições entre os grupos dominantes sem que haja nem exclusão de antigos interesses político-econômicos em nome de novos interesses, nem transformação das estruturas de dominação. De acordo com a hipótese de Martins, “o universo das elites amplia-se antes pela justaposição de novas elites às antigas do que pela eliminação das fontes de poder destas últimas” (MARTINS, 1976, p. 26). Os parâmetros históricos desse processo são bastante conhecidos:

qualquer mudança devia ser contida nos limites da manutenção da estrutura de propriedade da terra. Tais limites, de resto, não eram nem postos em risco, nem contestados em [19]30 por nenhuma força social com capacidade política para fazê-lo – inclusive, ou, sobretudo, não eram contestados pelos interesses vinculados à industrialização. É essa circunstância que justamente vai possibilitar a coalizão de interesses diferenciados (agrários, urbanos e industriais) em torno dos anseios de “modernização” política já claramente explicitados no curso da década de 20 (MARTINS, 1983, p. 675-676.)¹⁵.

Uma variante dessa explicação enfatizou os limites que esse arranjo social produziu e seu impacto sobre o processo de constituição do poder do Estado nacional (*State building*). O conservantismo atávico que caracterizou a estratégia de modernização política e a natureza autoritária do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil só foram possíveis em razão dos “padrões de interação” dos setores da elite entre si e com o aparelho do Estado.

A posição privilegiada do Estado e a natureza da coalizão no poder que se consolida depois de 1930 são os elementos-chave para uma compreensão do processo modernizante que tem lugar com Vargas. Embora percam a exclusividade da representação, as elites agrárias não são alijadas do poder. No novo arranjo político, elas dividem o poder com as elites industrializantes, sob o patrocínio de um Estado significativamente autônomo. [...] Apesar de grandes transformações sociais, o lugar das elites agrárias na coalizão de poder foi sempre preservado. [...] os proprietários rurais demonstraram grande habilidade para se adaptarem à mudança e lograram estabelecer alianças conservadoras com as elites industriais emergentes (REIS, 1982, p. 340 e p. 344).

A quarta tese, dedicada apenas aos grupos políticos, chamou, por sua vez, a atenção para a *depuração* sucessiva que as frequentes crises políticas ao longo de toda a década de 1930 promoveram nesse universo. Na visão dos autores, o processo político, iniciado com a Revolução, mas cada vez mais autônomo em relação a ela e conduzido por forças políticas cada vez mais diferentes daquelas que dirigiram ou participaram do episódio de Outubro, levou

a um alijamento de importantes segmentos das elites civis e militares. Uma forte evidência deste processo de depuração é o fato de que, quando da ins-

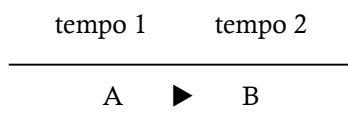
¹⁵ Diniz sustentou também a mesma ideia: a “reformulação da estrutura de poder” não se dá pela “substituição das elites tradicionais pelas novas elites em ascensão, mas pela acomodação entre os diferentes atores em confronto” (DINIZ, 1991, p. 83-84).

talação do Estado Novo, parcela expressiva dos atores vitoriosos em 30, e que haviam assumido de imediato postos de comando, encontrava-se marginalizada do poder. Longe de ser aleatória, no entanto, esta rotatividade se deu em função da própria hierarquização dos objetivos programáticos do novo regime (PANDOLFI e GRYSZPAN, 1997, p. 8).

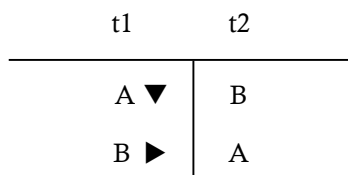
Os esquemas a seguir resumizam essas explicações:

**Figura 1:
Modelos de análise da transformação
do universo da elite no Brasil pós-1930**

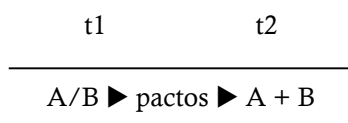
Explicação 1: RENOVAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO



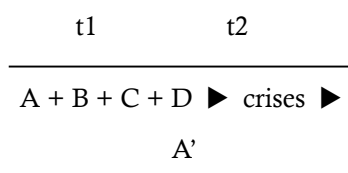
Explicação 2: RENOVAÇÃO POR REORDENAMENTO



Explicação 3: RENOVAÇÃO POR COALIZÃO



Explicação 4: RENOVAÇÃO POR DEPURAÇÃO



Existem, a meu ver, três defeitos nesses quatro modelos. As hipóteses de Martins (1976; 1983) e de Reis (1982) pecam pela generalidade com que enfrentam o problema político e pelo foco privativo nas classes (ou nos “grupos econômicos”, ou nas “elites” sociais). A hipótese de Pandolfi e Grynszpan (1997) peca pelo oposto: pela especificidade da explicação e pelo foco apenas na dinâmica dos agentes políticos, observados exclusivamente a partir da cena política, sem que se considere, por exemplo, a dinâmica estatal e/ou social. A hipótese de Camargo (1983) não chega a ser um meio-termo entre a duas, mas um exagero de ambas: sugere uma mudança radical na elite política, graças à renovação geracional, e uma substituição fundamental da fração hegemônica, graças às mudanças econômicas, sem chegar a relacionar explicativamente as duas operações.

O “caso de São Paulo”, para retomar um dito consagrado no período (Coaracy, 1931), até pode situar-se dentro de um ou dois desses desenhos, desde que se observe *apenas* o resultado final do processo político (o predomínio de uma “nova” classe dirigente a partir de 1945-1946) e que ele seja definido tão somente *em função* dos grupos que passaram a beneficiar-se da nova política econômica de Estado (a “nova” classe dominante). Mas, além de não esclarecer como uma ou outra coisa foi possível, nem indicar em que medida uma novidade poderia estar ligada à outra, sendo os políticos e os partidos políticos paulistas tão fortes até inícios dos anos 1930 (pelo menos) e a economia do estado nada menos do que a base da economia nacional inclusive bem depois disso, aquelas quatro teses, imagino eu, não iluminam o que ocorreu com a *classe política* seja antes, seja depois de 1937. Não resolve tampouco dizer que essas conclusões (substituição, reordenação, coalizão, depuração) seriam afinal válidas para a grande política e não para a política miúda, ou que o movimento da segunda, feitas todas as contas, estaria, ao final, subsumido pelos desígnios da primeira. Os dois níveis (federal, estadual) estão ligados, evidentemente, sem que o “caso de São Paulo” esteja simplesmente contido na lógica do remodelamento do Estado nacional, ou seja, pior ainda, como nas explicações dos marxistas, uma derivação das transformações do capitalismo nacional.

Em momentos de transição política e econômica, como aqui, a esfera política possui uma coerência diversa da esfera econômica e um ritmo (um *timing*) de conversão e de transformação próprios. Tanto é assim que

“a política paulista”, esse mundo social à parte, guiava-se pelos *interesses específicos* dos seus agentes – isto é, pelas possibilidades ou pelas impossibilidades conjunturais de estabelecer alianças no plano nacional com os novos mandachuvas e pelas oportunidades que esses acordos poderiam trazer a cada grupo ou partido no plano interno. É precisamente assim, em função dessas ideias fixas, que o mundo dos paulistas deve ser percebido e analisado. Mesmo no interior da esfera política, as modificações da forma de Estado/forma de regime podem antecipar-se às permutas nas posições de elite, visto que o *timing* de fortalecimento do poder do Estado (em resumo, o autoritarismo e a burocratização, que são a senha para entender o incremento da capacidade estatal) avança paralelamente, *mas mais rápido*, do que o *timing* da pretensa substituição de velhos agentes por novos agentes na cena política¹⁶.

Na realidade, minha hipótese é que o primeiro processo não condiciona o segundo, mas sim que ele viabiliza e distingue o segundo ao impor, em função de suas exigências “objetivas” (o desenvolvimento capitalista) e em função dos valores e das exigências específicas (“subjetivas”) dos próprios agentes (o destino estadual, a superioridade paulista, o direito ao autogoverno, etc.), uma *forma* e um *conteúdo* diferentes do segundo. Dito isso, não custa lembrar que a incorporação das elites e dos interesses das elites – políticas e/ou econômicas – não se dá apenas, no caso das segundas, pela via “moderna” do *corporativismo*¹⁷, nem apenas, no caso das primeiras, pela via “tradicional” do *clientelismo*, mas sim pela via burocrática do *transformismo*.

Quando se tem presente o papel mais amplo que a imensa aparelhagem institucional do Estado Novo representou (Comissão de Estudos dos Negócios dos Estados, Interventorias Federais, Departamentos Administrativos, Departamentos das Municipalidades, Prefeituras Municipais, etc.), a equação torna-se um pouco mais complexa, e a explicação desse ponto

¹⁶ Sigo, para essa ideia, a sugestão de Reis no debate que se seguiu à apresentação dos trabalhos de Aspásia Camargo e Joseph Love na sessão “Elites políticas e regionalismo” durante o seminário em comemoração aos 50 anos da Revolução de 1930 realizado na Universidade de Brasília em set. de 1980.

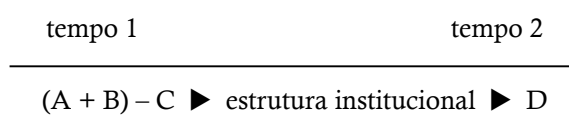
¹⁷ Sobre este tópico, ver o estudo clássico de Diniz, 1978.

um pouco mais completa. Nesse sentido, sustento que é preciso levar em conta as *instituições políticas* do Estado Novo, ainda que elas façam toda figura de repartições “administrativas”; é preciso igualmente levar em conta as funções políticas e burocráticas dos seus controladores, ainda que se reconheçam a centralidade e a importância do personalismo “varguista” e do seu papel na construção e na estabilização do regime autoritário. “Autoritarismo” não é aqui igual a personalismo. O personalismo é a *forma* de resolução dos conflitos nesse regime. As instituições autoritárias são, no caso, os *meios*.

Minha explicação alternativa poderia ser resumida assim:

Figura 2:
Modelo alternativo para a análise
da transformação do universo da elite

Explicação 4: RENOVAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO



Nesse desenho, *A*, *B* e *C* representam as várias facções da classe dirigente, que são politicamente diferentes entre si, não têm o mesmo peso (“poder”) ou o mesmo perfil social, nem a mesma relação com o regime de 1937 ou com a Revolução de 1930, e que, no fim de tudo, formam *outro* grupo de elite (*D*), não pela mera adição de suas partes ou pela cooptação de seus membros, mas pela transformação exemplar que sua ausência na cena política e sua *presença nas estruturas do Estado autoritário* induzem.

O que está em jogo aqui, em termos simbólicos, é uma nova identidade política dos antigos membros das máquinas partidárias oligárquicas. Essa identidade será construída a partir das propriedades específicas que caracterizam os indivíduos convocados para servir no governo de Vargas (suas biografias) e redefinida graças aos princípios de operação dos aparelhos onde foram inseridos (as “burocracias”). Mais do que um *grupo novo* (de recém-chegados ao mundo político), trata-se de um *modo novo* de existência

pública da maioria desses mesmos “homens públicos” que já atuavam na política regional. Eles comparecem como conselheiros do Departamento Administrativo, por exemplo, não na qualidade de políticos para exercer uma função de representação política, mas como especialistas em ciências jurídicas e sociais, suas carreiras originais.

No ambiente de transformações produzidas, planejadas ou simplesmente inspiradas pelo Estado Novo, tende a surgir, inclusive em meio à ideologia da racionalização das práticas administrativas, uma figura política entre o antigo notável (ou o “oligarca”) e o especialista (o “político profissional”). Panebianco (2005) definiu esse tipo como o político “semiprofissional”. Ele “dispõe de independência econômica, em razão dos proventos profissionais extrapolíticos”, como o notável; e conta com “grande disponibilidade de tempo livre” para dedicar-se à atividade política, como o profissional. Os *políticos semiprofissionais* são educados, treinados e exibem competências específicas como os peritos (em geral são advogados, professores, jornalistas, médicos), sem deter ainda uma extensa capacidade técnica ou experiência em assuntos superespecializados (PANEBIANCO, 2005, p. 460-461).

Essa figura de transição – tal como o ensaísta, entre o beletrista e o cientista, também bastante popular no contexto intelectual dos anos 1930 – resulta, penso eu, de alguns fatos básicos: *i*) do processo concreto de redimensionamento do universo político através, por exemplo, da redução numérica da classe política; *ii*) da redefinição dos direitos de entrada nesse universo e a conseqüente depuração político-ideológica da elite que ele permitiu (graças aos novos sistemas de controle autoritário das nomeações políticas); e *iii*) da burocratização dos papéis políticos, o que implicou, *ipso facto*, o remodelamento das funções sociais dos representantes das “classes agrárias”. O pré-requisito histórico que tornou todos esses acontecimentos possíveis – “purificação” da elite, limitação do número bruto de representantes, novos modelos e novos mecanismos da representação política – foi o “*fortalecimento*” do Estado federal, isto é, o aumento da capacidade estatal (SKOCPOL, 1985) e, conseqüentemente, o aumento da autonomia política da elite que o controla e comanda.

Esse novo Estado – autônomo, forte, burocratizado, autoritário – pôde então reconfigurar o universo político, institucionalizar, com base na mag-

nitude do seu poder, uma forma nova de fazer política e, ao mesmo tempo em que circunscreveu e orientou o poder “encimado por personalidades ilustres à frente dos altos postos estaduais” (FREYRE, 1943, p. 105), gerou uma classe política com as virtudes e os predicados exigidos pelo regime ditatorial, justificando-o inclusive com a desculpa da burocratização da administração, a complexidade das suas rotinas, etc. O Departamento Administrativo – uma das instâncias do poder federal empenhada em administrar o sistema de relações com os poderes estaduais – é um dos endereços, entre outros, que torna isso viável. Esses aparelhos todos estão no princípio da fabricação de uma espécie muito própria de “contraelite” através do processo de reciclagem dos recursos humanos da própria elite.

Assim, conforme a nova mitologia estatal que o Estado Novo se incumbiu de produzir e difundir¹⁸, as características mais valorizadas dos agentes políticos – *competência* (no lugar de notabilidade), *capacidade* (no lugar de propriedade), *neutralidade* (no lugar de partidarismo), *objetividade* (no lugar do bacharelismo), etc. – “correspondem a uma personificação das exigências inscritas no modo específico de integração da elite [...] que compreende uma agregação de pessoas ‘de qualidade’” (COLLOVALD, 1988, p. 34). Essa *identidade estratégica* forjada graças ao trabalho de estilização das próprias trajetórias políticas pode inclusive ser apresentada como situada no início do processo de “cooptação” e não no final do programa de transformação.

Aprender as invenções identitárias, que são um efeito da transformação desse campo político e burocrático e uma exigência tanto do seu funcionamento eficiente como de sua legitimidade, é, presume-se, uma maneira de compreender também as modificações históricas do próprio campo do poder no Brasil na primeira metade do século XX. Daí o sentido estratégico da biografia coletiva desses grupos de políticos tradicionais convidados para servir no Estado Novo¹⁹. A prosopografia, como se recorda, é

¹⁸ Para um resumo e uma discussão dos elementos que integram a ideologia autoritária produzida pelos ideólogos convencionais do regime e difundida por seus aparelhos políticos e culturais, ver Codato e Guandalini, 2003.

¹⁹ Biografia coletiva ou “prosopografia” é um método historiográfico cujo princípio é bastante simples e cujo alcance, em termos analíticos, é bastante considerável. De acordo com Christo-

bem mais do que uma técnica de coleta de dados ou uma colagem de várias “histórias de vida”. É um recurso para organizar, a partir de um *problema sociológico*, os dados coletados de um grupo determinado e para pensar as regularidades, coincidências e especificidades que há entre os “atores” conforme os contextos históricos.

Referências bibliográficas

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1998.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: CPDOC/FGV. *A Revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 7-46.

_____. La federación sometida: nacionalismo desarrollista e inestabilidad democrática. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.), *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 300-362.

_____. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.), *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-54.

COARACY, Vivaldo. *O caso de São Paulo*. São Paulo: Graphica Irmãos Ferraz, 1931.

CODATO, Adriano; GUANDALINI Jr., Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 145-164, 2003.

phe Charle, trata-se de “definir uma população a partir de um ou de vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política” (CHARLE, 2006, p. 41).

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 30, p. 89-105, 2008.

COLLOVALD, Annie. Identités stratégiques. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 73, p. 29-40, juin 1988.

COLUSSI, Eliane L. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1996.

DEL PICCHIA, Menotti. *A Revolução paulista através de um testemunho do gabinete do governador*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III: O Brasil Republicano, 3º v.: Sociedade e Política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente. In: [ANDRADE, Almir de]. *O pensamento político do Presidente*: separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 números da revista "Cultura Política" comemorativa do 60º. aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luís Werneck da (org.). *O feixe e o prisma*: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 111-131.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: v. 5: *O Risorgimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. Historiografia, uma questão regional? In: SILVA, Marcos (org.). *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990. 91-101.

JARDIM, Renato. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

LEITE, Aureliano. *Páginas de uma longa vida*. São Paulo: Martins, 1966.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 77-97.

MARSON, Izabel; JANOTTI, Maria de Lourdes M.; BORGES, Vavy Pacheco. A esfera da História Política na produção acadêmica sobre S. Paulo (1985-1994). In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a História*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 141-170.

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: CPDOC/ FGV. *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 669-689.

_____. *Pouvoir et développement économique : formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 7-23, nov. 1997.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRZEWORSKY, Adam; TEUNE, Henry. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. Malabar: Robert E. Krieger Publishing, 1970.

PUTNAM, Robert D. *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1976.

REIS, Elisa Maria Pereira. Elites agrárias, *state-building* e autoritarismo. *Dados*, v. 25, n. 3, p. 331-348, 1982.



SCHWARTZMAN, Simon. A Revolução de 30 e o problema regional. In: UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul, *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 367-376.

_____, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, Peter E.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-37.

VARGAS, Getúlio. A volta do País ao regime constitucional. In: _____. *A nova política do Brasil: v. II: O ano de 1932: A Revolução e o Norte (1933)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

WOODARD, James P. "All for São Paulo, All for Brazil": Vargas, the *Paulistas*, and the Historiography of Twentieth-Century Brazil. In: HENTSCHKE, Jens R. (ed.), *Vargas and Brazil: New Perspectives*. London: Palgrave Macmillan, 2006. p. 86-87.



Promotores em uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias dos membros do Ministério Público do RS atuantes no Estado Novo

Marcelo Vianna

O Ministério Público do RS (MPRS) experimentou grandes mudanças a partir dos anos 1930, quando o cargo de promotor público começou a deixar de ser mero estágio político/jurídico para se tornar uma profissão reconhecida como essencial para a defesa jurídica da sociedade. O momento decisivo dessa mudança ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945), quando agentes interessados na autonomia da instituição, acompanhando as transformações que ocorriam na administração pública e no campo jurídico, conseguiram implantar medidas que organizaram a carreira de promotor público e fizeram surgir instâncias de consagração. Com isso, fortaleceu-se a construção de um *ethos* profissional que unia e orientava seus agentes, os promotores públicos, frente aos concorrentes do campo jurídico e político.

Nesse contexto, os primeiros concursos públicos para promotor foram emblemáticos, acompanhados de um processo de depuração de antigos promotores ligados à antiga ordem ou tidos como incapazes. Enquanto isso, uma nova geração concursada desfrutaria de carreiras estáveis, com alguns de seus membros se destacando no controle da instituição nos anos 1950 e 1960. Assim, nossa intenção é bem precisa: marcar as distinções entre aqueles que deixaram e permaneceram na instituição através da prosopografia, constituindo seu perfil e identificando os capitais e recursos necessários para uma boa carreira de promotor público e participação na cúpula do MPRS.

Considerações sobre o processo de institucionalização do MPRS

A discussão sobre o processo de institucionalização do MPRS e profissionalização do promotor público deve levar em conta que esses movimentos de configuração de um campo ou espaço social podem ser realizados em oposição e, ao mesmo tempo, com apoio do Estado (BOURDIEU, 2006). Isso pode ser percebido no movimento de especialização do campo jurídico rio-grandense a partir de fins dos anos 1920, ligado às transformações nacionais, como o crescimento da burocracia estatal a partir da Revolução de 1930 (DINIZ, 1999) e a crescente oferta de bacharéis (MICELI, 2001) que instigava o processo de distinção.

Esse processo de “reconversão de segmentos da elite social portadores do título de bacharel para o mundo jurídico” (ENGELMANN, 2001) ficou claro através de um movimento de duplo sentido: de um lado, o surgimento de associações profissionais, como o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (1926) e a seção regional da Ordem dos Advogados do Brasil/RS (1931); do outro, a edição de normas legais que progressivamente definiam o campo jurídico como um espaço de saber especializado. Nesse movimento se davam as ações dos agentes do campo jurídico interessados na mudança, como as celebrações sociais, as medidas de restrição aos rúbulas, os contatos políticos, a entrega de prêmios (“comendas”) à elite jurídica/política e a edição de obras especializadas (jurídicas) como um meio de distinguir o campo jurídico do político (ENGELMANN, 2001).

Os agentes interessados do MPRS, como integrantes de um subcampo desse campo em formação, aderiram a esse processo, embora em flagrante desvantagem, no início dos anos 1930, o que pode ser explicado pelas próprias características de organização do MP brasileiro, essencialmente tributário do MP português e francês. Esses, por sua vez, frutos do processo de formação do Estado Nacional e sua imposição (*direct rule*) sobre a sociedade (TILLY, 1996), eram instâncias burocráticas submetidas aos interesses dos governantes. Deste modo, os estudos de Jean-Pierre Royer (2000), Benjamin Martin (1982), Christophe Charle (1993) e Alain Bancaud (1996) sobre os membros do MP ou o próprio campo jurídico francês demonstram a constante fragilidade do cargo de promotor público ao longo

do século XIX até 1945, já que eram nomeados e demitidos por arbítrio do governo.

No caso brasileiro e rio-grandense, no qual os limites entre o campo jurídico e o político eram muito tênues, a posição do promotor público era tão ou mais instável e estava sob influência/controlado pelo Poder Executivo. Até os anos 1930, havia uma indistinção desses campos, o que transformava o cargo de promotor público em um estágio político ou moeda de barganha política – que correspondem às especificidades da constituição do Estado nacional brasileiro e suas instituições. Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Alberto de Britto e outros políticos, com diferentes graus de sucesso, iniciaram suas trajetórias políticas deste modo.

Embora o MPRS durante o governo Flores da Cunha (1930-1937) tenha vivenciado o início da transição, foi a partir do Estado Novo que as medidas começariam a transpor o plano das ideias – a gestão de Abdon de Mello¹ e seu trânsito entre o campo político e jurídico, emprestando seu saber jurídico em pareceres favoráveis ao governo (e certa omissão nos casos de violência policial), conseguiu a implantação de propostas (como o novo Regulamento do MPRS – decreto n.º 564 de 24.06.1942, que instituiu a carreira de promotor público²) e a autonomia para criar novas instâncias: a Associação do MP e Revista do MP. Essas instâncias, criadas em fins de 1941, serviram para mobilizar os membros do MPRS para o fortalecimento das ideias de autonomia institucional dos promotores públicos através do aprimoramento de seu *ethos* profissional³ e fazer-se presentes aos demais

¹ Abdon de Mello foi procurador-geral do Estado entre os anos de 1941 e 1947; promotor nomeado em 1920, ele foi o primeiro membro do MPRS a ser escolhido para o cargo de chefe da instituição, além de ter atuado como procurador-geral substituto entre os anos de 1938 e 1939. Por fim, foi autor de diversas obras referentes ao MPRS, incluindo aí um livro sobre a formação histórica do MPRS em 1942.

² Embora as prerrogativas de acusador criminal do promotor já existissem desde a formação do Estado ocidental, formando assim uma espécie “monopólio” das funções (ainda que pudesse rivalizar com formas alheias ao processo de coerção do Estado, como *vendetas* e duelos), a profissionalização do promotor público exigiu que seus agentes buscassem converter o domínio de certos conhecimentos e habilidades em “recompensas sociais e econômicas” (LARSON, 1977), instituindo aí o controle da seleção e produção de seus pares, ofertando seus serviços (tidos como essenciais) à sociedade e reforçando sua posição diante dos grupos rivais (como a magistratura) do campo jurídico e político.

agentes do campo jurídico e político, de maneira a ressaltar a importância social dos agentes do MPRS perante os poderes constituídos e obter vantagens para a instituição nesse contato.

Por sua vez, os concursos públicos seriam a novidade imposta pelo Estado Novo. Em especial o primeiro, realizado entre 05 e 07 de março de 1941, que se tornou uma referência na memória coletiva dos membros do MPRS – no dizer de um participante, foi “esse concurso, em 1941, que criou a instituição do Ministério Público” (FÉLIX, 2001, p. 286). Os concursos representavam um dos conceitos de modernização da burocracia estatal, um movimento que acompanhava a expansão do Estado nos países ocidentais a partir do século XIX. Havia um investimento do Estado Novo, através do Departamento Administrativo do Serviço Público, em implantar esse modelo, de maneira a submeter as elites regionais à centralização política, quebrando a lógica clientelista local e criando uma burocracia recrutada sob critérios meritocráticos, através do diploma superior e domínio da técnica.

A gestão de Cordeiro de Farias tratou de implantar as devidas reformas no funcionalismo público, com graus variados de sucesso (ABREU, 2007). Com referência ao campo jurídico, em 1940 foi outorgado o novo Código de Organização Judiciária (COJE)⁴, que decretou, em seu artigo 111, que os cargos para juiz de Direito e promotor deveriam ser regularizados através de concurso público de modo garantir estabilidade a esses cargos.

Tal expediente, em tese, atendia a demanda dos agentes do MPRS interessados na profissionalização do promotor público. Mas pela permea-

³ *Ethos*, aqui entendido como um “sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados” (BOURDIEU, 2007, p. 42), que vingaria pela leitura dos agentes do MPRS sobre as possibilidades diante do campo jurídico em formação. Ele seria reforçado por publicações, como “Teoria e prática da Promotoria Pública”, de Roberto Lyra, editado em 1937, destacando o promotor público como um indivíduo abnegado, independente, dotado da capacidade técnica jurídica e da oratória, atuando como um operoso (e em muito desconsiderado) defensor da sociedade. Um contraponto à figura negativa que autores como Lima Barreto e Monteiro Lobato pregavam, do promotor público de cunho bacharelesco, de erudição superficial e pouco brilho intelectual, submisso ao poder político e sem escrúpulos para obter benefícios próprios com o cargo.

⁴ Decreto-lei n.º 9 de 26.02.1940.

bilidade do campo jurídico em formação, o concurso necessitou acomodar interesses, manter determinadas nomeações e beneficiar aqueles que tinham algum capital ou recurso para além do critério técnico. Era a modernização conservadora, a implantação de um modelo híbrido na burocracia estatal (DINIZ, 1999) e que teria efeito sobre o perfil dos promotores públicos e suas trajetórias.

Perfis e trajetórias de promotores atuantes no Estado Novo

Com base nessas considerações, passamos para uma prosopografia do grupo de promotores que atuaram durante o Estado Novo. Esse método tem seus limites e benefícios: embora não expliquem por si os movimentos no campo, as biografias coletivas “são muito eficientes em dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar” (HEINZ, 2006, p. 11). Para um grupo em que boa parte de suas histórias são fragmentárias, mas em que é possível acumular traços comuns e cruzá-los, a prosopografia parece uma boa proposta para identificar quais os capitais e recursos exigidos para o recrutamento dos membros da instituição e, dentre eles, aqueles que se destacariam como uma elite da instituição.⁵

Foram identificados 126 promotores atuantes no MPRS durante o Estado Novo. Essa opção permitiu mapear aqueles que entravam, saíam ou se mantinham na instituição no período, frente a um cenário de transformações e que iria demarcar os perfis desejáveis (ou não) de promotores públicos. Com base nos concursos públicos instituídos a partir de 1941, dividimo-los em dois grandes grupos: os que não realizaram as provas (49 indivíduos) e os que se submeteram aos concursos públicos (77 indivíduos).

⁵ Foram utilizadas informações constantes nas fichas funcionais de promotores, correspondência, relatórios e atas do acervo do MPRS, sob guarda da Divisão de Documentação/Unidade de Arquivo do MPRS. Também foram utilizados inventários e obituários, listas de formandos disponíveis em publicações escolares (Anchieta) e acadêmicas (Faculdade de Direito), dicionários biográficos, artigos e livros memorialísticos, e até depoimentos de antigos promotores/colegas que conviveram com o grupo analisado pela biografia coletiva.

a) Os promotores que deixaram a instituição – o grupo dos não-concursados

O grupo dos não-concursados remete àqueles promotores que não realizaram os concursos públicos instituídos a partir de março de 1941. Eles podem ser sintetizados no quadro abaixo:

Tabela A – Quadro-síntese dos promotores não-concursados atuantes durante o Estado Novo (1937-1945)

Características gerais							
Promotores	49	Média de idade	38 anos	Tempo de carreira	5,9 anos		
Carreira							
Não permaneceram	42	Motivos					
		Exoneração	24	Magistratura	6		
		Aposentadoria	4	Falecimento	1		
		Outros	7				
Permaneceram	7	4ª entrância (POA)	5	Procurador	2		
		Chefia Institucional	2	Participação CSMP (1948-64)	2		
Formação							
Faculdade de Direito POA	25 (51%)	Faculdade de Direito Pelotas	4 (8,2%)	Outros/n.i.	11 (22,4%)	Rábulas	9 (18,4%)
Vínculos partidários (quando identificados)⁶							
PRL	10	FUG	6	PRL-D	2		
AIB	1	PSD	2				
Atividades concomitantes à promotoria encontradas – bacharelismo (exemplos)							
Historiador, literatura, jornalista [...] (Dante de Laytano) Jornalista, poeta, intelectual católico (Dámaso Rocha) Militar, orador, jornalista, poeta (Pedro Sales de Mesquita) Poeta, jogador de futebol profissional (Mirandolino Comaru) Poeta, jornalista, inspetor escolar (Átila Kasses) Político PRL (Xenofonte Lopes)							
Ethos profissional ou sua ausência							
“Escolhido para quebrantar refulgente prestígio de chefe partidário [...] a vivacidade de neopromotor se expandiu, porém, de logo, através da íntima amizade com o banqueiro do jogo do bicho, explorado sob o rótulo de Sorteios (Sul Brasil) e noutros quadrantes, onde a cornucópia das graças e intimidações lhe derramasse ouro no escritório advocatício... Longe de exercer o ofício de representante do MP, com zelo e probidade, passou, durante cerca de um lustro, a entorpecer, com os mais esdrúxulos pareceres, o andamento de inventários, arrolamentos, concordatas, falências, etc.” (Juiz de Direito Sólon Macedônia sobre Brandílio Cidade, promotor público entre 1930 a 1939 (WEINMANN, 2006).							

⁶ PRL – Partido Republicano Liberal; PRL-D – Dissidência do PRL; FUG – Frente Única Gaúcha (reuniu o PL – Partido Libertador e o PRR – Partido Republicano Rio Grandense); AIB (Ação Integralista Brasileira); PSD – Partido Social Democrático.

Esse grupo foi em grande parte excluído da instituição até o final do Estado Novo. Dos 49 promotores, 42 deixaram a instituição por diferentes motivos, sendo que 24 foram exonerados – boa parte nos primeiros três anos de Estado Novo. De maneira análoga aos primeiros anos do governo Flores da Cunha, onde houver demissões de promotores ligados à FUG (acusados de apoiar a Revolução de 1932), agora promotores identificados com o PRL foram excluídos da instituição. Nesse sentido, o caso mais emblemático foi Brandílio Cidade, promotor desde 1930, ligado ao governo e incumbido de atuar no caso Voltaire Pires, inimigo político de Flores da Cunha, envolvido em um homicídio em 1936. Com a mudança do regime, passou a ser perseguido: chegou a ser processado criminalmente e acabou desligado da instituição em 1939.

Nesse quadro de saídas, há necessidade de se mencionar também aqueles que conseguiram, com diferentes graus de sucesso, articular sua saída do MPRS com novas carreiras. Como seis promotores se tornariam juízes de Direito – dois deles, Gérson Caminha e José Faria Rosa da Silva, eram filhos de desembargadores (Osvaldo Caminha, ex-procurador-geral em 1934 e Samuel Figueiredo da Rosa, presidente do TJRS e interventor do RS pós-Estado Novo), depreende-se desse caso a passagem pela promotoria como um estágio/treino para a carreira na magistratura. Outra acomodação envolveu Dante de Laytano, sem diploma de Direito (formou-se apenas em 1941), promotor desde 1931 em retribuição a serviços prestados durante a Revolução de 1930. O próprio reconhecia sua falta de vocação jurídica nas comarcas por que passou, onde acabou por exercer seu ofício de historiador ao pesquisar antigas documentações dos foros e prefeituras (LAYTANO, 1986). Preservado das perseguições graças a seu vínculo com a dissidência do PRL, foi desligado do MPRS apenas em 1939, quando se formalizou sua assessoria a Coelho de Souza na Secretaria da Educação.

Embora os dados para esse grupo sejam muito inconsistentes, já que os registros funcionais do MP passaram a ser organizados apenas em 1939 (o que significou a obscuridade de boa parte do passado desses agentes), é possível notar um perfil um tanto diletante, pouco especializado do promotor público. Não por acaso aparecem assumindo diferentes funções além

da promotoria e tinham desempenhos considerados ruins. Os rábulas em especial, por não deterem diplomas, foram alvos constantes de críticas. Tidos como limitados na capacidade jurídica, eles acabaram, se não aposentados por tempo de serviço, alocados em outros cargos burocráticos, incluindo aí interventorias municipais.

Os remanescentes desse grupo que chegariam ao final do Estado Novo foram sete. Todos se encontravam protegidos por decretos estaduais do governo Flores da Cunha ou enquadrados no artigo 113 do novo COJE, que previa a estabilidade no cargo de promotor para aqueles com mais de 10 anos de atuação no serviço público, desde que diplomados, isentando-os do concurso público. Cinco destes promotores formariam um núcleo importante nos primeiros tempos de institucionalização do MPRS, com destaque para Abdon de Mello, que, ao ocupar o cargo de procurador-geral do Estado, pôde obter benefícios à classe. Dámaso Rocha, intelectual católico e membro da dissidência do PRL, José Corrêa da Silva, que retornara após expurgo do governo Flores da Cunha, Octávio Pitrez e Álvaro de Moura e Silva compõem o grupo. Mas se gozaram de maior expressão durante esse período – em especial Dámaso Rocha, através de seus artigos na Revista do MP, e Abdon de Mello –, suas influências declinaram consideravelmente no pós-Estado Novo.

a) A afirmação do promotor “desejável” – os concursados

Os demais 77 promotores foram aqueles que passaram por concursos públicos para assegurar o cargo por exigência do novo COJE, tornando-se, assim, estáveis. Ou seja, deveriam prestar o concurso apresentando o diploma de bacharel em Direito e submetendo-se às provas escritas e orais (tribuna). A tabela abaixo traz um quadro geral desse grupo:

Tabela B – Quadro síntese dos promotores concursados atuantes durante o Estado Novo (1937-1945)

Características gerais						
Promotores	77	Média de idade	25 anos	Tempo de carreira	23,22 anos	
Já integrantes do MPRS	72 (93,5%)	Tempo médio sem concurso público	2,5 anos	Novatos (sem ingresso MPRS)	7 (6,5%)	
Concursos						
Confirmados 1941	43	Já integrantes do MPRS	40	Novatos	3	
Confirmados 1941/II	4	Já integrantes do MPRS	4	Novatos	0	
Confirmados 1943	16	Já integrantes do MPRS	12	Novatos	3 (1 não assumiu)	Total = 77
Confirmados 1947	27	Já integrantes do MPRS	13	Novatos	14	
Confirmados 1949/50	19	Já integrantes do MPRS	2	Novatos	17	
Carreira						
Não permaneceram	9	Motivos				
		Exoneração	2	Magistratura	4	
		Aposentadoria	1			
		Outros (avulsão)	2			
Permaneceram	68	4ª entrância (POA)	55 (81%)	Procurador	31 (45%)	
		Chefia Institucional	4 (+2 interinos)	Participação CSMP(1948-64)	26 (38%) (5 + freq.) (7%)	
Origens familiares (atividades principais do pai quando identificadas)						
Político	7	Fazendeiro/Comerciante	11	Prof. liberal	4	
Campo jurídico	7	Militar/Burocracia	3	Origens humildes	3	
Formação						
Faculdade de Direito POA	60 (78%)	Faculdade de Direito Pelotas	15 (20%)	Outras faculdades	2 (2%)	
Vínculos partidários (quando identificados)⁷						
PRL	0	FUG	3	PRL-D	6	
AIB	4	PTB	10	Anti-PTB (PSD, PL, UDN)	11	
PRP	1	PCB e outros	1			
Atividades anteriores ao MPRS (podem se repetir entre os integrantes)						
Funcionalismo público/cargos políticos menores	33	Juiz municipal/distrital	26	Polícia	8	
Militar (inclui CPOR)	9	Jornalismo e poesia	7	Docência escolar	5	
Atividades (além da promotoria) encontradas - bacharelismo (exemplos)						
Advocacia, jornalismo, docência e carreira política (Henrique Fonseca de Araújo) Carreira política (Hélio Carlomagno, Hermes de Souza Pereira) Docência (Luiz Lopes Palmeiro, Paulo Pinto de Carvalho)						
Ethos profissional						
"Em primeiro lugar, Henrique Fonseca de Araújo. Foi meu primeiro Procurador-Geral, e um homem que, até por ser político, e político conservador, porque ele era do Partido Libertador, ele sofria, dentro da classe, muitas contestações. Tinha um grupo forte que era contrário a ele. Mas foi um homem cujos conselhos eu nunca esqueci. Até, no dia em que nós tomamos posse, eu me lembro que ele nos disse o seguinte: Vocês vão exercer uma atividade que tem muito de social, e vocês nunca deixem de atender o cidadão pobre que vai bater às portas do MP. Tenham o máximo de interesse pela sua causa. Se não é caso de o MP atender diretamente, promovam pedido de assistência judiciária, etc. Quer dizer, um pobre nunca deve ficar em abandono diante de um Promotor. E nunca esqueci essa recomendação do Henrique." (Sérgio da Costa Franco sobre o promotor e ex-procurador-geral Henrique Fonseca de Araújo – FÉLIX, 2001b, p. 317)						
"Floriano [Maia D'Ávila] tinha o MP nas veias. Por onde andou, como Promotor, deixou nome cercado de respeito, admiração, por sua capacidade intelectual, independência de caráter, desassombro funcional, bravura pessoal." (ex-Procurador-Geral Lauro Pereira Guimarães sobre o promotor e ex-procurador-geral Florianio Maia D'Ávila – FÉLIX, 2001b, p. 191).						

⁷ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; PRP – Partido de Representação Popular; PCB – Partido Comunista Brasileiro; UDN – União Democrática Nacional.

Deve-se observar o caráter de regularização dos concursos⁸: 72 membros (93,5%) eram promotores que já haviam sido nomeados interinamente e tinham um tempo na instituição, de em média de 2,5 anos, até a formalização através de um concurso público. Destes, 39 (51%) entraram entre os anos de 1938 e 1942, ocupando, assim, as vagas deixadas pela expansão de promotorias e a depuração entre 1938 e 1940. Destaque-se que 23 (30%) já atuavam no MP antes do Estado Novo, alguns com longo tempo de serviço, caso de Cândido Flores Pinto, 16 anos de promotoria e que se submeteu às provas em março de 1941. De certo modo, o concurso público – em que pese queixas de alguns promotores sobre a necessidade de prestar provas (ou encontrar o diploma) – exigiu o conhecimento técnico avalizado pelo título de bacharel e pela própria prática na promotoria.

No entanto, foi notório que certos recursos, como origens sociais e capitais de relação, eram definidores para a colocação na instituição. Junto aos concursos públicos, manteve-se o expediente da nomeação interna, o que equivaleria à manutenção do apadrinhamento e clientelismo através do funcionário extranumerário no pós-Estado Novo (GRAHAM, 1968; CORTÉS, 2007). Este fato já gerava controvérsia e levou Moltke Germany, aprovado em sétimo lugar no concurso de 1943 e sem passagem pelo MPRS, a invadir a sala do procurador-geral para exigir explicações após constatar que não era chamado em favor de outros apadrinhados nomeados interinamente (FÉLIX e GRIJÓ, 1999). Apenas com a Constituição Estadual de 1947 tal expediente seria proibido e os quadros regularizados até 1949.

Vale assim observar o perfil social desse grupo, que poderia ser situado no que Adriano Codato chamou de “estrato médio da elite” (CODATO, 2009, p. 12). Trata-se de indivíduos que não possuíam – na média – origens humildes, mas tampouco chegaram a ser oligarcas *stricto sensu*, mas acabaram se posicionando nas camadas médias da burocracia estatal. Obter a nomeação antes do concurso exigia certa capacidade de acúmulo de capitais sociais e técnicas jurídicas e investi-los em uma carreira nas promotorias.

⁸ Durante o Estado Novo foram realizados dois concursos públicos – em março de 1941 e dezembro de 1943. Problemas ocorridos com o não comparecimento de promotores para as provas de março de 1941 levaram o MPRS a fazer um concurso interino em julho de 1941. Os concursos seguintes seriam em novembro de 1947, agosto de 1949 e dezembro de 1950.

Nesse sentido, havia uma distinção entre uma origem social mais notável e a mais humilde (nesse último apenas três casos foram identificados), levando-se em conta os pais que desfrutavam de algum prestígio em suas localidades. Esses pais combinavam desde a atuação em uma profissão liberal até a administração dos negócios familiares no campo, sem descuidar ainda das incursões no meio político.

Um exemplo foi o promotor público Hélio Mariante da Fonseca. Seu pai era Gabino Prates da Fonseca, formado em Medicina no Rio de Janeiro, com sólida formação e atuação no campo médico, incluindo cursos de aperfeiçoamento na Europa e participação na Sociedade de Medicina de Porto Alegre. O pai também foi um dos fundadores do Partido Libertador e integrou o corpo médico dos revolucionários de 1930. Por sua vez, os pais de Garibaldi Wedy (ingresso em 1941), João Lyra de Farias (ingresso em 1941) e Favorino Bastos Mércio (ingresso em 1939) – eram, respectivamente, os fazendeiros Alfeu Wedy (membro do Partido Libertador, influente em Soledade), Joca Farias (membro do Partido Republicano Riograndense, influente em Pinheiro Machado) e o político Camilo Teixeira Mércio (à época membro do Departamento Administrativo Estadual).

A formação escolar e acadêmica era uma garantia para além da obtenção do capital cultural exigido para a atuação no campo jurídico. Nesse sentido, é perceptível o investimento das famílias para fazer seus filhos ingressar no espaço que aglutinava os filhos da elite rio-grandense, o Colégio Anchieta em Porto Alegre (28 casos identificados), aproveitando o vácuo deixado pela deficiente oferta e qualidade do sistema público de ensino (ENGELMANN, 2004). Já a formação acadêmica aglutinou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre e, em menor parte, na Faculdade de Direito de Pelotas. Comparações com períodos anteriores são difíceis pela falta de dados completos, mas é possível notar que o concurso público consagrou um aumento de formados da Faculdade de Direito de Porto Alegre (de 51% para 78%) e Pelotas (de 8,2% para 20%), graças à eliminação de rúbulas e ao aumento do número de promotorias. De maneira geral, os futuros promotores foram figuras discretas nesses meios; embora alguns fossem suscetíveis à pregação da geração católica, em especial os que passaram pelo Colégio Anchieta, não se destacaram como representantes dessa geração (TRINDADE, 1982). Por outro lado, alguns concursados ocu-

param postos de comando no Centro Acadêmico do Direito, como Hélio Carlomagno, em 1939, e Pedro Soares Muñoz, em 1941.

Se as origens familiares referentes à experiência partidária contrária a Flores da Cunha fossem recursos que podiam ser negociados para a entrada no MP, experiências próprias também eram valorizadas. Neste sentido tem-se o exemplo de Caio Brandão de Mello, que se tornou militante do Partido Libertador nos tempos de estudante (pela influência católica), atuou na defesa de Voltaire Pires e, graças à sua boa relação com Miguel Tostes e Coelho de Souza (cuja origem política foi no Partido Libertador), foi nomeado interventor municipal de Santa Cruz do Sul por volta de 1938 e chegaria à promotoria pública em janeiro de 1941.

No entanto, boa parte dos promotores era noviça e havia se bacharelado durante o Estado Novo, quando os partidos estavam proibidos; por isso, não é comum encontrar experiências político-partidárias mais “autônomas” anteriores ao Estado Novo. Os mais perceptíveis nesse processo foram os membros da AIB que ingressaram no MPRS identificados com o procurador-geral do Estado Anor Butler Maciel, ex-chefe do movimento integralista rio-grandense. Deles, destacou-se Ney Câmara, antigo chefe municipal da AIB em São Leopoldo, que foi alçado a secretário da Procuradoria logo que foi nomeado promotor por Anor Butler Maciel.

A característica mais comum entre os concursados foi ter algum tipo de experiência no serviço público anterior ao MPRS. Não há uma explicação única para a forma de obtenção desses cargos, mas certamente contatos políticos das famílias tinham seu peso – assim, temos como secretários municipais os promotores João Lyra de Farias (Palmeira das Missões), Ruy Chaise Vilasboas (Carazinho), Artêmio Camargo (Osório) e Olavo de Carvalho Freitas (Santo Antônio da Patrulha) em localidades em que suas famílias tinham poder. Observe-se que a ausência de cargos públicos em 29 concursados tampouco pode significar desprestígio – atividades privadas, como comércio ou advocacia, ou famílias que, ao investir na formação do filho, desobrigam-no de desempenhar algum trabalho até sua formatura, como no caso de Paulo Pinto de Carvalho, nomeado promotor em 1940.

Uma ocupação arrolada à parte merece atenção: o cargo de juiz municipal ou distrital. O alto número de nomeações para esse cargo (26 casos)

dava um caráter de estágio no campo jurídico para os candidatos à promotoria e à magistratura. Era um cargo de livre nomeação do chefe do Poder Executivo, que tinha um mandato específico de quatro anos, dentre cidadãos que já tivessem exercido uma promotoria ou advocacia durante um ano. Isso se manteve no Estado Novo, ouvindo-se a Comissão Disciplinar Judiciária para decidir sobre as renovações, e o COJE de 1940 ofereceu um concurso e uma carreira até a 4.^a entrância para os juízes. Era uma magistratura de atribuições mais limitadas se comparada à do juiz de Direito; no campo penal, por exemplo, atuavam em processos de crimes em que a pena poderia chegar ao máximo de um ano de prisão. Assim, Augusto Ribeiro (juiz municipal em Santiago), Peri Condessa (juiz municipal em Tupanciretã) e Alceu da Silva (juiz municipal em Arroio Grande) foram exemplos dessa passagem. Por sua vez, um mau desempenho no juizado era o bastante para minar o ingresso no MPRS.

Apenas nove deixaram a carreira de promotor público até o final do Estado Novo, sendo que quatro ingressaram na magistratura. O mais polêmico caso envolveu a primeira promotora pública do RS, Sophia Galanternick: filha de um comerciante judeu radicado em Pelotas, ela acabou destacando-se na Faculdade de Direito de Pelotas, impressionando o professor e juiz de Direito Sólon Macedônia. Ele acabou a apadrinhando e conseguiu para Sophia uma nomeação para a promotoria de Carazinho no ano de 1938. Sophia Galanternick submeteu-se ao concurso público de março de 1941 e obteve o oitavo lugar. Porém, mesmo aprovada, uma série de fatores a pressionaram a deixar o cargo – o fato de ser mulher “casada” (motivo oficial do desligamento às vésperas do concurso), certa impopularidade na promotoria e sua atuação incisiva, considerada indesejada, contra um militar ligado ao governo (caso Crespo), a postura antissemita do procurador-geral Anor Butler Maciel e a violenta disputa deste com Sólon Macedônia pela chefia institucional do MPRS.

c) Trajetórias

A tabela C permite visualizar claramente que a implantação dos concursos aponta a grande mudança que distingue aqueles que se submeteram ao exame meritocrático e aqueles que não o fizeram: a média do grupo que

se sujeitou às provas foi de 23,22 anos de carreira, um tempo apreciável, que foi acompanhado pelas transformações legais e materiais da instituição (como o próprio regulamento, criação de critérios de promoção para promotores públicos e aumentos na remuneração). Isso significava que ser promotor era, **para uma maioria, a profissão a seguir**, seja por mera sobrevivência, seja por real identificação com os ideais que eram construídos sobre ser promotor/integrar o Ministério Público, em vez de ser um mero estágio para a magistratura, advocacia ou política.

A restrição do campo político no Estado Novo, de certo modo, levou os bacharéis mais novos a optarem pelo concurso, até como um meio de subsistência com estabilidade, ou seja, que libertava (em tese) de determinados compromissos clientelísticos, por exemplo. Isso se dava em um quadro de crescente oferta de bacharéis de Direito – a Faculdade de Direito de Porto Alegre formava em média 12 bacharéis entre os anos de 1920 e 1929 e passou para 62 formados entre os anos de 1930 e 1939, chegando ao pico de 141 nesse último ano (SANTOS, 2000b).

Isso provocou um aumento da concorrência por postos no campo jurídico e político, em um ambiente mais acirrado com as restrições estadonovistas. Se o fenômeno da desvalorização do diploma superior provocou a busca de muitos bacharéis pelas soluções integralistas, comunistas ou católicas (MICELI, 2001), usar os recursos disponíveis para a manutenção do cargo era uma opção lógica, em um quadro de expansão da burocracia estatal e esforços de autonomizar a função do promotor público (o que valorizava a profissão, que se organizava).

Os promotores concursados (e não-concursados remanescentes) passaram a ser submetidos aos critérios formais de promoção que permitiriam avançar às promotorias – por tempo de serviço (antiguidade) ou por merecimento⁹ –, essas classificadas por ordem de importância (movimento processual), de maneira análoga às comarcas. Divididas em entrâncias, 55 promotores concursados conseguiram alcançar a 4.^a entrância, ou seja, as promotorias de Porto Alegre. Para isso, esse grupo levou em média 16,3 anos para uma promoção formal até a capital, enquanto chegar ao cargo de procurador de Estado, último grau da carreira do MPRS e apenas acessível por merecimento até 1962, foi oportunizado para 31 membros concursados (40%) numa média de 22,23 anos.

No entanto embora aparentemente parecesse haver uma razoável possibilidade de ascensão com base apenas a meritocracia, havia uma grande heterogeneidade nas promoções – dois membros do primeiro concurso de 1941, Henrique Fonseca de Araújo (ingresso em 1936) e João Lyra de Faria (ingresso em 1940), levaram respectivamente 4,5 e 18,1 anos para atuar na 4.^a entrância (promotoria da capital) em definitivo. O mesmo se aplica aos cargos de procurador do Estado, mais concorridos, escassos e acessíveis apenas por critério de merecimento (até 1962) – Ladislau Rohneit, concursado de 1947, levou 19 anos para alcançar o cargo, enquanto Paulo de Bem Veiga, no MPRS desde 1934 e participante do primeiro concurso de 1941, levou 28,2 anos para alcançar o último posto, que culminou na sua aposentadoria em seguida.

⁹ Eram decididas pelo procurador-geral do Estado até 1947 e, depois de 1948, pelo Conselho Superior do MPRS. Elaborava-se uma lista tríplice através de votação entre os conselheiros e, depois de pronta, era encaminhada ao governador do Estado para sua decisão.

As desigualdades mostram que a ascensão na carreira estava mediada por uma série de capitais e recursos que combinavam a incorporação do *ethos* profissional do promotor público (capacidade jurídica, oratória, “combatividade”, “independência”, “preocupação social”), contatos políticos e militância ou simpatia político-partidária (pós-Estado Novo) e capitais/recursos agregados (notoriedade e erudição, relações sociais, origens familiares notáveis, diploma na Faculdade de Direito de Porto Alegre). Assim, a rápida promoção de Henrique Fonseca de Araújo para Porto Alegre reuniu o *ethos* desejável, comprovado pelo 1.º lugar no concurso e constantes elogios sobre suas atuações como promotor público (incluindo certa submissão às ordens do procurador-geral), mas também um grande capital de relações abertos por seu pai, Eleutério de Araújo – importante comerciante, antigo membro do PRR, conselheiro municipal de Porto Alegre e presidente da Junta Comercial do RS entre 1939 e 1941. Por sua vez, João Lyra de Faria, de família com prestígio local e atuação mais discreta, progrediu lentamente na carreira.

Essas desigualdades são mais facilmente percebidas na formação de um grupo de promotores concursados (15 integrantes) e não-concursados (cinco remanescentes) que controlariam a maioria das posições institucionais durante o Estado Novo¹⁰. Esse grupo, sob a liderança de Abdon de Mello – similar ao MP paulista e que foi intitulado por um de seus representantes como *foundling fathers* (ARANTES, 2002) –, participava da Associação do MPRS e publicava na *Revista do MP*, onde exercitava seu prestígio e capacidade jurídica, além de reforçar o *ethos* em construção do promotor. Não por acaso, eles se investiam de recursos e capitais mais destacados do que os demais, e as posições que ocupavam reforçavam essa distinção.

Por exemplo, apenas quatro promotores desse grupo não chegaram a Porto Alegre até o final do Estado Novo. Os demais gozaram, além das vantagens inerentes à vida social da capital, da proximidade dos espaços de poder político e jurídico. O local de atuação, como o foro, era mais do que a atuação técnica; era também a oportunidade de estabelecer contatos com

¹⁰ Eram, em 1945, oito promotorias de Porto Alegre, duas vagas de subprocurador e o cargo de secretário da Procuradoria. Também podem ser arroladas aí a presidência da AMPRGS e seus cargos menores, e os cargos de direção e editor da *Revista do MPRS*.

agentes do campo jurídico, como juízes, advogados e escrivães, de maneira a reforçar o capital de relações e notoriedade de um promotor. Nessa posição, por exemplo, João Clímaco de Mello Filho – filho de um alto funcionário da Alfândega que alcançou a chefia da mesma em Porto Alegre (1930) e a Superintendência dos Serviços de Repressão ao Contrabando (1931) – atuava exclusivamente na defesa judicial do Estado desde junho de 1941. Um colega o via como extremamente competente por organizar esse setor, promovendo “incalculáveis benefícios” para a Fazenda Pública e impressionando colegas e magistrados por conta de sua “cultura, operosidade e dedicação”. Em janeiro de 1944, acabou promovido para o cargo de 2º subprocurador-geral do Estado e, em setembro de 1945, foi o primeiro membro do MPRS sem ser procurador-geral escolhido para ser desembargador do Tribunal de Apelação.

A dimensão política (e partidária) tornar-se-ia forte com os *founding fathers* a partir do final do Estado Novo.¹¹ Favorino Bastos Mércio e Dámaso Rocha foram chamados, em 1944, para integrar o gabinete de Cylon Rosa na Secretaria do Interior. Nos cargos legislativos, Dámaso Rocha (PSD), Hélio Carlomagno (PSD) e Henrique Fonseca de Araújo (PL) partiriam para uma carreira política bem-sucedida, sendo que Ney Câmara também assumiria como suplente de deputado estadual pelo PRP. Júlio Marino de Carvalho e Floriano Maia D’Ávila teriam envolvimento no PTB, sendo o primeiro secretário de Educação em 1951 e o outro, suplente de deputado federal em 1964.¹²

¹¹ “A ocupação profissional oferece uma oportunidade para o destaque individual. A disponibilidade ou flexibilidade do tempo permitidas em certas profissões liberais, o preparo cultural e o próprio afazer profissional predispõe o indivíduo para uma carreira política e o eleitor, para reconhecê-lo como alguém preparado” (SANTOS, 2000a). Esses promotores, então, entendiam ser capazes de converter esse *ethos* em uma carreira política, resguardada a possibilidade de volta à carreira institucional quando desejassem. No entanto, mais do que uma operação de reconversão, essas incursões também permitiam trazer novos benefícios legais à instituição através de uma atuação direta na produção de normas (através do Legislativo) (VIANNA, 2010). Sem essas incursões, certamente o MPRS não teria logrado obter os avanços conhecidos.

¹² Deve-se observar que eles não seriam os únicos membros do MPRS a ingressar na carreira político-partidária. Entre os 68 concursados e cinco não-concursados foram identificados 25 indivíduos que se mantiveram na carreira pós-Estado Novo – destes, 10 eram identificados com o PTB (40%), 11 com partidos anti-PTB (PSD, PL e UDN) (44%) e um cada com PCB,

Parte desse grupo, com aposentadoria ou afastamento dos mais antigos, integraria a elite institucional do MPRS a partir de 1948. Isso porque a Constituição de 1947 concebeu, por meio de parlamentares ligados ao MPRS, o Conselho Superior do MPRS (CSMP), órgão que definiria o controle sobre os demais membros do MPRS. De maneira exclusiva, sem interferência do Poder Executivo, ela definia quem eram os promotores que seriam promovidos e quais as sanções aos que transgredissem as regras da instituição ou apresentassem um comportamento não compatível com o *ethos* profissional.

Dos concursados, 26 membros participaram do CSMP entre 1948 a 1964, mas cinco deles (sem contar Abdon de Mello, titular até 1955) foram os que concentraram o maior número de participações – eram indivíduos que concentravam grande capital político (participavam ou nutriam simpatia por partidos políticos – exceto Floriano Maia D’Ávila, os demais eram do polo anti-PTB) e incorporação do *ethos*. Da mesma forma, a chefia institucional, de livre escolha do governador do Estado, recaiu sobre quatro deles – Henrique Fonseca de Araújo (1955-1958), Floriano Maia D’Ávila (1959-1962), José Barros de Vasconcellos (1963-1967) e Peri Rodrigues Condessa (1967-1970) – sem contar ainda dois interinos, escolhidos por serem os mais antigos da carreira, Ivânio Pacheco (1958) e Luiz Lopes Palmeiro (1962).

Conclusão

Embora os concursos tenham depurado um grupo de promotores comprometidos com o regime de Flores da Cunha e/ou que não detinham diplomas e o *ethos* desejado, é possível perceber que o novo grupo manteve as contradições presentes no processo de formação do campo jurídico rio-

PRP e PSP. Havia, assim, um pequeno predomínio “conservador” no MPRS que se manteve até o golpe de 1964 quando os petebistas mais radicais e comunistas seriam aposentados por atos discricionários. O período 1945-64 pode ser entendido, então, como uma época de crescimento institucional, mas pontuado por graves disputas políticas que acirraram as rivalidades internas pelo controle da instituição (VIANNA, 2011).

grandense. Assim, embora se valorizasse o profissionalismo dos meios jurídicos e isso constituísse uma reafirmação da autonomia do promotor público, recursos intrínsecos do bacharelismo e clientelismo permaneceram através da geração concursada. Portanto, os promotores públicos atuantes no Estado Novo seriam indivíduos próprios do modelo híbrido da administração pública brasileira.

Comparados aos não-concursados, os concursados eram jovens, com origens familiares expressivas, não comprometidos com o antigo regime e diplomados, com predomínio da Faculdade de Direito de Porto Alegre, espaço que combinava formação intelectual e consagração social. Em termos gerais, esses capitais e recursos se faziam importantes para obter indicações a cargos públicos – de preferência no campo jurídico, como um juizado municipal. A partir daí, o pretendente adquiria experiência e poderia aspirar a uma nomeação para promotor, para, depois de algum tempo em promotorias do interior (2,5 anos), submeter-se ao exame meritocrático. Após lograr aprovação, a chance de ser desligado da instituição era muito pequena, mas real.

Em resumo, o mérito não estava apenas no domínio dos instrumentos técnico-jurídicos para a função (que certamente eram cada vez mais valorizados), mas na combinação de incorporação do *ethos*, origens familiares, capital cultural e relações (pela passagem na faculdade ou partidos), simpatias políticas e tantos outros recursos que se faziam presentes na manutenção do cargo e na trajetória institucional. Os melhores faziam parte da primeira “elite” do MPRS, os *founding fathers*, e, posteriormente, seus remanescentes comporiam a elite *de facto* da instituição após 1945. Esse grupo saberia fazer as devidas reconversões para obter benefícios à carreira institucional (à própria e à do grupo), o que garantiria sua ascendência e controle sobre os demais membros da instituição. Por fim, capacitaria esse grupo, investido das vestes do *ethos* do promotor público, a incursões no campo político pós-Estado Novo e outras experiências em diferentes espaços sociais na qualidade de um defensor comprometido com a sociedade.

Tabela D – Trajetórias de promotores não-concursados e concursados

Membro	Dante de Layano	Pedro Sales Mesquita	Brandílio Cidade	Abdon de Melo	Motke Germany	Sophia Galaternick	Henrique Fonseca Araújo	João Clímaco de Melo Filho	João Lyra de Faria	Cáio Brandão de Melo
Grupo	Não-concursado	Não-concursado	Não-concursado	Não-concursado	Concursado	Concursado	Concursado	Concursado	Concursado	Concursado
Dados de origem	POA (1909)	Sorocaba (1893)	X	Livramento (1898)	? (1916)	Pedotas (1914)	POA (1913)	Rio Grande (1904)	P. Machado (1916)	Pedotas (1908)
Origem familiar (pai)	Comerciante	X	X	Militar, magom	Origem humilde	Comerciante, família jurídica	Comerciante, presidente Junta Comercial POA	Alto funcionário federal (Chefia Alibudaga), ligado PRR	Coronel, fazendeiro, político PRR	Comerciante
Formação	Rabula à época do MPRS	Rabula	Formado em Direito	Direito Pedotas (1920)	Direito POA (1942)	Direito Pedotas (1936)	Direito POA (1933)	Direito POA (1927)	Direito POA (1939)	Direito POA (1932)
Experiência anterior	Jornalismo	Militar	Juiz distrital	Professor escolar	Brigada Militar/Exército	Advocacia	Advocacia	Juiz distrital	Secretário municipal	Advocacia, prefeito
Ingresso na carreira e recurso	1931 (serviços prestados Rev. 1930)	1928 (pele PRR)	1930 (fidelidade Foros da Cunha)	1920 (pele PRR)	1944 (nomeação concurso)	1938 (indicado Soton Macedônia)	1936 (pai, pelo PL)	1928 (pai)	1940 (pai, contato Miguel Tostes)	1941 (pele PL, contato Coelho de Souza)
Tempo de carreira (aprox.)	8 anos – 1939	12,5 anos – 1941	9,5 anos – 1939	35 anos – 1955	2 anos – 1945	3 anos – 1941	28,5 anos – 1965	17 anos – 1945	37 anos – 1977	22,5 anos – 1964
Concurso público	X	X	X	X	1943 (7º lugar)	1941 (8º lugar)	1941 (1º lugar)	1941 (9º lugar)	1941 (30º lugar)	1941 (22º lugar)
Porto Alegre (4ª entrada)	X	X	X	1938	X	X	1941	1940	1938	1945
Procurador	X	X	X	1938	X	X	1955	1944	1966	1948
Cargos MPMS	X	X	X	PGC, AMPRGS, CSMP Founding Father	X	X	PGC, AMPRGS, CSMP Founding Father	Subprocurador AMPRGS Founding Father	CSMP (só pós-64)	Corregedor, CSMP
Ethos e destaque	"Não tenho vocação para o Direito. Mas linha de viver."	Modesta capacidade jurídica	Incapaz, dificuldades para obter clientes	"Abnegado", "construtor do MPRS"	Preferiu ser juiz, comportamento + reservado	Capacidade jurídica reconhecida	Alta capacidade jurídica reconhecida, oratória	Alta capacidade jurídica reconhecida	Operoso, discreto	Capacidade jurídica reconhecida, combatividade
Atividades de magistério /Produção intelectual	Professor UFRGS História e ficção, livro de memórias	Poesia, Jornalismo	X	Obras sobre o MPMS	X	X	Professor, Direito Pedotas, Santa Maria, Católica POA, Brasília; artigos políticos/jurídicos	Produção jurídica	X	Denúncias políticas
Posição ideológica e partido	PTL	Conservador, Fei aos governantes	PTL, fei a Foros da Cunha	PRR	Ateu, sem vínculos partidários	Simpática FUG	PL, conservador Deputado estadual (1947, 54)	Conservador	Conservador	PL, conservador; católico independente
Cargos durante/após o MPMS	Assessor Secretária de Agricultura e Secretaria de Educação	X	X	Subchefe de Polícia	Desembargador	X	Integrante IARGS, OABRS, ARI Procurador-Geral da República (1974-1979)	Presidente TJRS (1964-1966)	X	IARGS (presidente); Caixa assistência dos advogados (pres.direite)

Referências bibliográficas

- ABREU, Luciano de Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2002.
- BANCAUD, Alain. La haute magistrature sous Vichy. *Vingtième Siècle : Revue d'Histoire*, n. 49, p. 45-62, janvier-mars 1996.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. Gente com História, gente sem História – Diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. *História Unisinos*, São Leopoldo, UNISINOS, v. 10, n. 1, p. 90-98, jan./abr. 2006.
- _____. *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CHARLE, Christophe. Pour une histoire sociale des professions juridiques à l'époque contemporaine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 76, n. 1, p. 117-119, 1989.
- _____. État et magistrats. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 96-97, p. 39-48, mars 1993.
- CHAUVAUD, Frédéric. La magistrature du parquet et la diabolisation du politique. *Revue Droit et Société*, N. 34/1996. Disponível em : <<http://www.reds.msh-paris.fr/publications/revue/html/ds034/ds034-03.htm>>. Acesso em : 11 mar. 2010.
- CODATO, Adriano N. A elite destituída: a classe política paulista nos anos trinta. In: CALDEIRA, J. R. (org.). *História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2009. Disponível em: <<http://adriancodato.blogspot.com/2009/03/elite-destituída-classe-política.html>> Acesso em: 03 ago. 2009.
- CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 21-38.
- ENGELMANN, Fabiano. *A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de mestrado).
- _____. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Tese de doutorado).
- FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Histórias de vida: entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos*. Porto Alegre: Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999. v. 1
- FELIX, Loiva Otero. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Os alicerces da construção*. Porto Alegre: Ministério Público do RS, 2001b.

_____. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Rememorações para o futuro*. Porto Alegre: Ministério Público do RS, 2001a.

GRAHAM, Lawrence S. *Civil Service Reform in Brazil*. Austin: University of Texas Press, 1968.

HEINZ, Flávio M. Elites rurais entre a representação e política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra História das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 123-142.

LARSON, Magali S. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LAYTANO, Dante de. *Mar absoluto das memórias*. Porto Alegre: Martins Livreiro/EST, 1986.

LYRA, Roberto. *Teoria e prática da Promotoria Pública*. Rio de Janeiro: Jacintho, 1937.

MARTIN, Benjamin F. The Courts, the Magistrature, and Promotions in Third Republic France, 1871-1914. *The American Historical Review*, v. 87, n. 6, p. 977-1009, October 1982..

MELLO, Abdon de. *O Ministério Público Riograndense (Subsídios para a sua História)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1943.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ROYER, Jean-Pierre. Le Ministère Publique, enjeu politique au XIX.e Siècle. In: CARBASSE, Jean-Marie (dir.). *Histoire du Parquet*. Paris: PUF, 2000. p. 257-296.

SANTOS, André Marengo dos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente – Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 2000a. (Tese de doutorado).



SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua História*. Porto Alegre: Síntese, 2000b.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TRINDADE, Fernando C. Uma contribuição à História da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano X, p. 39-53, 1982.

VIANNA, Marcelo. *Os Homens do Parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do RS*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. (Dissertação de mestrado)

_____. Participação político-partidária e independência funcional – o caso dos membros do MPRS (1945-1964). In: *Anais do X Encontro Estadual de História – ANPUH/RS, 2010*. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279373367_ARQUIVO_comunicacaoANPUHRSVI.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.



O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul)

Andrius Estevam Noronha

A prosopografia teve um rápido avanço nas últimas décadas. Para Christophe Charle (2006, p. 41), a técnica possui uma convenção metodológica combinada em duas etapas: “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica”.

Ao reunir as fontes, parte mais longa do trabalho, os registros dos dados são realizados com o aporte de várias técnicas que, nos últimos anos, estiveram maciçamente apoiadas na informática. Essa ferramenta ampliou o processo de sistematização das informações através da construção de bancos de dados sobre as trajetórias de um número expressivo de pessoas. Nesse processo, a metodologia ofereceu novas questões de pesquisa de grupos sociais que possuem algum tipo de biografia e cujas biografias possam ser reunidas de maneira coletiva através da aplicação de questionários padronizados. Charle defende que as biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais oferecendo a possibilidade de entender o recrutamento, seleção e reprodução de determinados grupos, categorias ou coletividades históricas.

José Amado Mendes (1992) destaca que, do ponto de vista metodológico e conceitual, a biografia e a prosopografia se associam, pois se a biografia pode prescindir da prosopografia, por focar um único indivíduo, a prosopografia tem, necessariamente, que partir da biografia, de casos individuais, para depois estruturar um painel sobre o grupo em que estão integrados. Não raro vários pesquisadores chamam a prosopografia de “biografia coletiva”. Diante disso, é possível afirmar que tanto a biografia como

a prosopografia podem desempenhar um papel relevante para se obter um conhecimento mais completo da dinâmica das elites.

Os estudos de elites locais se encaixam nessa dinâmica, ampliando a capacidade de visualização de grupos privilegiados de uma comunidade específica inserida num espaço regional/nacional. Várias pesquisas já apontam a complexidade existente na rede relacional de grupos locais em dissertações e teses sobre famílias de elites em cidades pequenas¹.

Nossa proposta é apresentar um modelo metodológico, tendo como fio condutor a prosopografia, que permita compreender o perfil e a dinâmica desse segmento numa pequena cidade do Rio Grande do Sul, com o objetivo de contribuir para a metodologia dos estudos de elites locais. Nosso modelo é centrado na análise de empresários “tradicionais” do município de Santa Cruz do Sul.

Esse trabalho não tem a pretensão de se transformar num guia para o estudo de elites locais, mas expor alguns elementos metodológicos testados com sucesso em pesquisas que lançam mão da prosopografia. Para isso, esboçaremos a delimitação do grupo e o recorte da amplitude temporal com o objetivo de delimitar o *corpus* da pesquisa seguindo uma pergunta básica em estudos desse segmento: “Que pessoas atuaram como elites nesse espaço local?”. Como aporte para esse procedimento, será realizada uma análise do processo de levantamento das fontes biográficas e o modelo de ficha prosopográfica que foi utilizado para a sistematização das informações que foi construída para facilitar os registros no banco de dados.

¹ Para exemplificar podemos destacar a dissertação de MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município: Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 362f., 2010, sobre a elite de São Sebastião do Caí; o trabalho de KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, procurou descrever o cotidiano da elite econômica de Santa Cruz do Sul.

Delimitação do grupo

A definição do grupo constitui uma etapa decisiva no estudo de biografias coletivas, exigindo um corte qualificado na seleção dos indivíduos que serão pesquisados. Para José Amado Mendes (1992), ser elite depende da posição geográfica, do contexto histórico e da rede social em que se insere um determinado grupo social. Estruturar uma lista que identifique nominalmente os integrantes classificados como elite deve levar em conta elementos que sejam comuns ao coletivo e contemplem o quadro teórico-metodológico proposto para responder as problemáticas da pesquisa.

Antes de chegar ao grupo definitivo, analisamos o desenvolvimento econômico e político da comunidade para termos clareza sobre o contexto que poderia delimitar um espaço de atuação homogêneo de famílias reconhecidas localmente como “tradicionalistas”. No estudo de caso envolvendo os empresários de Santa Cruz do Sul, avaliamos que o contexto compreendido entre 1905 e 1966 foi estratégico para a ascensão de uma “burguesia local”, pois foi o período em que a Vila de Santa Cruz foi elevada à categoria de cidade, com a implantação do ramal ferroviário que contribuiu para a formação de uma elite empresarial que atuou localmente até 1966, ano da nova política econômica do governo federal que desregulou o mercado local com a implantação de um complexo industrial mais robusto, moderno e integrado globalmente, fazendo com que parte importante dessa elite local canalizasse seus investimentos profissionais em áreas públicas ou de profissões liberais².

² Na historiografia, encontramos três trabalhos pertinentes sobre a história econômica de Santa Cruz do Sul: o primeiro, desenvolvido por Jean Roche (1969), um trabalho clássico sobre a colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul, dividido em dois tomos, ajuda a compreender uma série de características que permitiu o desenvolvimento das colônias ao abordar aspectos econômicos e culturais que contribuiriam para a formação e consolidação das emergentes comunidades que se formam no interior do estado; o segundo, de Jorge Luiz da Cunha (1991), analisa o processo de desenvolvimento da colônia de Santa Cruz do Sul entre os anos de 1849 e 1881 dando destaque às bases de estruturação econômica voltada para o plantio do fumo; o terceiro é o trabalho de Olgário Paulo Vogt (1997), que abrangeu os anos de 1849 até 1993, um período longo, e reconstruiu uma análise específica do desenvolvimento da economia fumageira em seus aspectos sociais e econômicos. Vogt (1997) aborda a história da econo-

Com frequência os pesquisadores estão confrontados com o desafio de explicar os contornos da elite ou grupo social que constituirá o *corpus* da pesquisa, desafio ainda mais complexo quando tratamos de elites econômicas em âmbito local. Escolhemos uma lista que aponte um *corpus* com relativa segurança. Para isso, investigamos o meio social em que a elite econômica de Santa Cruz do Sul esteve inserida de maneira coesa no contexto de análise. Foram selecionados os espaços de atuação e de representação social reconhecidos pelas pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas envolvendo elites econômicas de cidades pequenas.

Merece destaque, entre tantas obras, a pesquisa clássica de Wright Mills (1965). O autor norte-americano aponta que as elites de cidades pequenas do interior dos EUA atuam em entidades patronais, clubes tradicionais e no meio de comunicação local. Nesse sentido, iniciamos uma análise conjuntural da documentação de instituições em que a elite de Santa Cruz do Sul esteve presente no contexto abordado: as associações/sindicatos empresariais, os clubes e os jornais³.

Reunindo a biografia dos principais empresários da cidade, identificou-se que sua rede de relacionamentos esteve assentada na Associação Comercial e Industrial (ACI), no Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) e na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL); além dessas, buscamos a evolução histórica e social da guarda nacional da Vila de Santa Cruz⁴, dos dois clubes tradicionais (União e Tênis Clube Santa Cruz), dos dois colégios tradicionais (Sinodal e Marista São Luis), das duas comunidades religiosas (evangélica e católica), da maçonaria local (que reúne parte impor-

mia fumageira englobando os atores sociais que participaram diretamente deste contexto, como os fumicultores, os trabalhadores das indústrias e os safristas, explicando o papel de cada um na produção do tabaco, desde o plantio até seu beneficiamento e industrialização. Ainda merecem destaque os trabalhos de Lilian Montali, na área de Sociologia, e Silvana Krause (2002), na área de Ciência Política, sobre a trajetória dessa cidade.

³ É reconhecido que essas instituições são espaços de exclusividade na vida social dos empresários de cidades pequenas. Mas devemos reforçar que a análise está concentrada numa cidade da região sul do Brasil o que leva a supor que instituições ligadas à guarda nacional e entidades religiosas e filantrópicas devam ser levadas em conta na análise.

⁴ No Centro de Documentação da Unisc foi encontrada uma lista de integrantes da guarda nacional de Santa Cruz.

tante da elite) e dos três jornais tradicionais (*Kolonie*, *Gazeta de Santa Cruz* e *Gazeta do Sul*)⁵.

Essas instituições estão identificadas pela sociedade local como espaço de atuação e representação da elite empresarial de Santa Cruz do Sul. Para um estudo prosopográfico seria crível que essas instituições indicassem a base de informações para a elaboração de uma lista delimitadora. Isso poderia ser realizado através da nominata de diretores/sócios ou algum evento de importância local que teria o peso simbólico de representar o segmento de prestígio dessa elite local.

Diante dessas considerações, a pesquisa centrada em elites econômicas induz os pesquisadores a delimitar, por ordem de importância, os seus integrantes que atuaram em entidades empresariais, pois esses espaços representariam os interesses industriais, comerciais e financeiros desse grupo⁶.

Resolvemos pesquisar a trajetória de diretores da ACI, usada como primeira opção, pois carrega um forte reconhecimento da opinião pública local por representar a classe produtora da cidade. Essa entidade foi fundada em 1918 com o claro propósito de representar empresários da indústria e do comércio de Santa Cruz do Sul. Na análise das reportagens do jornal local, os integrantes que compõem a diretoria sempre foram lembrados em sua qualidade de líderes empresariais por ocasião de eventos ou acontecimentos de relevância, como casamentos, investiduras em cargos políticos, formaturas e falecimentos.

⁵ O jornal *Kolonie* foi extinto em 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Depois do conflito foi estruturado o *Gazeta de Santa Cruz*, que circulou até 1954, sendo substituído pelo *Gazeta do Sul*, que circula até hoje.

⁶ No caso de Santa Cruz do Sul, ao longo do século XX, os empresários fundaram e atuaram como elites econômicas em três entidades: Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul, Sindicato da Indústria do Fumo e Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Sul. Dessas citadas, a que melhor poderia representar a elite local seria sem dúvida a primeira, pois a opção pelo Sindifumo, fundado em 1944, excluiria um número importante de comerciantes, banqueiros e industriais de outros setores. Deve-se ressaltar que isso levaria a pesquisa para uma análise em âmbito estadual, uma vez que esse sindicato patronal representa os industriais do fumo no Estado do Rio Grande do Sul, quebrando a escala local proposta por essa pesquisa. A opção pela CDL, fundada em 1966, além de deixar a indústria de fora, não teria o peso simbólico da tradição empresarial que a ACI carrega, sem mencionar que a fundação da entidade marca o ano final dessa pesquisa.

O *corpus* inicial da pesquisa foi delimitado pela lista que indicava a composição de seus dirigentes eleitos entre os anos de 1918 e 1966. Mas constatou-se que eles não representariam o peso real na balança do poder econômico, pois, ao fazermos o levantamento biográfico dos principais empresários da cidade e analisarmos a constituição de sua rede social, foi constatado que muitos não tiveram participação ativa na ACI, o que poderia comprometer um resultado mais seguro sobre o perfil de uma elite local⁷.

A hipótese sobre a baixa participação de algumas famílias ricas que atuaram como elite local nas diretorias das entidades empresariais leva-nos a questionar se essa é uma tendência exclusiva de Santa Cruz do Sul ou uma regra que se aplica à totalidade da elite econômica das cidades pequenas.

Recorremos novamente a Wright Mills (1965), destacando que o poder não reside nessas organizações de nível médio, pois a tomada de decisões é exercida pelos “homens da cúpula”. Estes raramente participam como membros ativos das entidades empresariais, cuja diretoria serve como plataforma pedagógica para jovens dinâmicos que treinam suas qualidades de inserção social ou atuação política, sendo uma forma concreta de recrutar novos membros da cúpula em cidades pequenas. O autor cita uma entrevista que permite reconhecer que o poder das associações não está na diretoria executiva, mas num intrincado sistema de extensão de laços empresariais, familiares e políticos que garante unidade e homogeneidade à rede social de prestígio.

Nós não vamos às “associações”, como são chamadas – ou pelo menos, não vamos logo”, disse um homem poderoso de uma boa cidade do Médio-Sul ao professor Floyd Hunter. “Muitas dessas associações, se entendermos por isso a Câmara de Comércio ou o Conselho Municipal, se reúnem para discutir “objetivos” e “ideais”. Não sei que querem dizer com isso. Vou ser franco, não me agradam essas comissões. Muitos outros na cidade gostam, mas eu não [...]. Charles Hunter é o principal homem de nosso grupo [...]. Quando ele tem uma idéia, os outros acompanham [...]. Recentemente teve a idéia de que nossa cidade deveria ser a sede nacional de um Conselho Internacional de Comércio. Reuniu alguns do grupo (o círculo mais íntimo)

⁷ Vale destacar que essa realidade foi constatada para o caso específico de Santa Cruz do Sul, não significando que essa pesquisa não pudesse seguir um caminho de análise prosopográfica do patronato local, mas a riqueza de informações biográficas de vários empresários que não tiveram atuação na entidade foi um constante elemento desafiador para ampliar o *corpus* da pesquisa.

e expôs rapidamente suas idéias. Não falou muito. Nós não nos ocupamos de discursos balofos sobre “ideais” da situação e todo o resto. Vamos direto ao problema, ou seja, como organizar esse Conselho (MILLS, 1965, p. 52).

Diante dessa questão, essa pesquisa recorreu às listas alternativas em que a chamada “cúpula empresarial” esteve presente, tais como: o oficialato da guarda nacional⁸; os integrantes, diretores e filiados dos clubes tradicionais, como o Clube União e o Tênis Clube Santa Cruz; as entidades filantrópicas, como o Rotary Clube e a Loja Leasing (maçonaria), associações de ex-alunos dos colégios, como o Sinodal e o São Luis; as comunidades religiosas, como a evangélica e a católica.

Essas instituições não garantem precisão na definição do espaço de atuação de uma elite empresarial, pois são espaços porosos em que integrantes reconhecidos localmente estão presentes. A sua composição social é híbrida, pois encontramos profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados e engenheiros; políticos com trajetórias no legislativo municipal e estadual; funcionários públicos ligados à alta burocracia, como juízes, promotores, oficiais das forças armadas, delegados da polícia e oficiais da brigada militar; além de jornalistas, pastores, padres e professores ligados à rede social de prestígio e capazes de transitar ou atuar em espaços da elite econômica local.

A fonte fundamental para a delimitação do grupo acabou sendo a imprensa local. Em estudos de elites, o jornal constitui peça estratégica para uma abordagem da vida social desse segmento. Com base nesse processo, buscou-se no jornal *Gazeta de Santa Cruz* algum evento de reconhecimento sociocultural em nível municipal que identificasse as empresas ou os empresários tradicionais, permitindo localizar, do ponto de vista metodológico, o *corpus* de um estudo prosopográfico envolvendo elites locais do ramo empresarial.

A pesquisa debruçou-se sobre o jornal *Gazeta de Santa Cruz*, que foi identificado como o principal meio de comunicação local dirigido por pessoas reconhecidas como lideranças tanto na política quanto na economia.

⁸ A guarda nacional, apesar de ter sido extinta em 1922, apresenta, em sua lista de integrantes, vários membros da elite que viveram até a década de 1940. Exemplos: coronel Gaspar Bartholomay (falec. 1945), tenente Oscar Gressler (falec. 1942).

Esse jornal, na década de 1940, publicou múltiplas reportagens referentes à comemoração do centenário da cidade. Vale destacar que, nessa época, ele era dirigido por dois integrantes de famílias tradicionais, Arthur Carlos Kliemann⁹ e Rolph Henry Bartholomay¹⁰. Havia também um conselho editorial constituído por integrantes “beneméritos” que eram reconhecidos localmente. Esse grupo foi um dos principais formadores da opinião pública de Santa Cruz do Sul na década de 1940: Alfredo Scherer¹¹, Jorge Frantz¹², Oswaldo Hennig¹³, Bruno Agnes¹⁴ e Arthur Germano Fett¹⁵.

Em abril de 1947, eles constituíram a comissão de organização da Festa do Centenário de Santa Cruz do Sul (1849-1949) que, no mês seguinte, elaboraria uma lista das principais empresas da cidade, um artigo de memória descrevendo a trajetória resumida dos 76 estabelecimentos julgados pela comissão como “firmas tradicionais”. Publicado em 09 de maio de 1947, traria uma ampla recuperação da memória das empresas e das famílias proprietárias listadas pela comissão¹⁶. Vale destacar que Santa Cruz

⁹ Médico pela Faculdade de Medicina da UFRGS. Filho mais velho do empresário de beneficiamento de fumo João Nicolau Kliemann (proprietário da Kliemann & Cia. Ltda., acionista do Banco Mercantil Ltda. e da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.). Na política, foi prefeito e também vereador de Santa Cruz do Sul pelo PSD. Profissionalmente, foi diretor do Hospital Santa Cruz, o principal estabelecimento de saúde da cidade. Na sociedade civil foi diretor do Clube Aliança Católica, o principal clube frequentado pela elite e classe média alta filiada à Igreja Católica.

¹⁰ Advogado pela Faculdade de Direito da UFRGS, neto do engenheiro Frederico Guilherme Bartholomay, um dos homens mais influentes do município.

¹¹ Empresário do setor de alimentos.

¹² Empresário do setor comercial e acionista do Banco Mercantil Ltda.

¹³ Empresário, filho do empresário Augusto Hennig (o homem mais rico de Santa Cruz do Sul entre o final do século XIX e início do XX). Sua família era proprietária da Holding Hennig S/A, composta pela Exportadora Hennig S/A., a maior empresa de beneficiamento de fumo do estado, do Banco Sinimbu Ltda. e da Fábrica de Cigarros Sinimbu S/A. Oswald Hennig foi prefeito de Santa Cruz do Sul e dirigente do Sindicato da Indústria do Fumo.

¹⁴ Comerciante, revendedor da marca de veículos e máquinas Ford Company na região. Foi prefeito e vereador de Santa Cruz do Sul e dirigente da ACI.

¹⁵ Advogado pela UFRGS. Pai da escritora gaúcha Lya Luft. Sua residência acabou sendo sede do Sindicato da Indústria do Fumo. Foi dirigente da União Democrática Nacional. Era reconhecido como liderança anticomunista local. Escrevia diariamente no jornal.

¹⁶ Essa lista foi constituída pelas principais companhias limitadas e sociedades anônimas que fizeram parte dos 100 anos de desenvolvimento industrial e comercial da cidade. Essa lista compreende estabelecimentos das grandes famílias locais cuidadosamente escolhidas pelo

do Sul possuía na época, segundo pesquisa de Jean Roche (1969), 528 estabelecimentos comerciais e industriais. Resolvemos enquadrar na categoria “elite local” os proprietários e acionistas das 76 empresas citadas pela comissão. A partir desta opção, chegamos a um grupo constituído por 189 indivíduos que tinha como atividade principal a gestão dos estabelecimentos empresariais. Assim, entendemos que esse universo social representaria o retrato mais próximo do que queremos chamar de “elite econômica local”¹⁷.

Esse procedimento pode ser alvo de várias críticas. Uma delas é um suposto *lobby* na inclusão desnecessária de algumas empresas ou a exclusão de outras importantes por causa de alguma rivalidade entre as famílias. Mas destacamos que a pesquisa prosopográfica procura construir uma tendência próxima do perfil social do grupo, até mesmo porque seria impossível remir todas as informações coletivas de 189 empresários num amplo espaço de tempo e assentadas numa base de fontes diversificada. Esse grupo é uma amostra de uma elite que poderia também ser reconstituída a partir de outra base de dados¹⁸. Mills (1965) reforça a importância do jornal em cidades pequenas, pois é a principal instituição de formação da opinião pública local e permite identificar os valores socioculturais das famílias tradicionais que atuam como elite.

pesquisador-memorialista e jornalista Alfredo Ludwig. Permite visualizar as principais empresas integradas na evolução da economia local e no incremento das atividades urbanas. O grupo empresarial reconhecido pelos memorialistas, editores e jornalistas do jornal *Gazeta de Santa Cruz* permite estabelecer um corte operacional da pesquisa, pois projeta os elementos simbólicos de tradição pública no desenvolvimento empresarial em um contexto singular: o de preparação da festa do centenário municipal.

¹⁷ A divulgação pública de uma lista das principais empresas, numa pequena comunidade do interior do Rio Grande do Sul em processo de industrialização, engajada num importante evento local, leva a crer que dificilmente os editores cometeriam a indelicadeza de omitir alguma empresa tradicional. Vale destacar que a cidade, ao comemorar seu centenário de formação, no final da década de 1940, tinha pouco mais de 20 mil habitantes.

¹⁸ O exercício de comparação em História deve ser levando em consideração nesse tipo de análise. Assim, recorrer a outras listas e estudar o perfil de segmentos tanto de Santa Cruz do Sul quanto de outras localidades permite fundamentar amostras de estudos prosopográficos. No caso dessa pesquisa, além de dividir os 189 empresários pelo contexto de atuação (Colônia, Vila e Cidade de Santa Cruz), recorreremos a outras amostras, de menor escala, realizadas sobre o perfil do empresariado e da elite política de Santa Cruz do Sul nos trabalhos de Cadoná (2002); Krause (2002); Heinz (2000) e Vogt (1997).

O uso de uma reportagem para definir uma amostra importante da elite de Santa Cruz do Sul se justifica uma vez que os editores provavelmente se encontravam em posição privilegiada para identificar as principais empresas da cidade. Além disso, eram reconhecidos localmente como formadores da opinião pública, possuindo legitimidade e posição social para elaborar e transmitir os valores das empresas que constituíam o corpo da listagem.

Amplitude temporal e fontes de pesquisa

Para permitir o entendimento desta elite no tempo, optamos pela divisão do grupo em três gerações, levando em conta o início da sua atividade mercantil em três momentos da história local: a Colônia de Santa Cruz (1849-1878); a Vila de Santa Cruz (1879-1905); a Cidade de Santa Cruz (1906-1945).

Para cada etapa de formação desse espaço local, redistribuímos os 189 empresários no contexto em que iniciaram no ramo empresarial, cuidando para que avós, pais e filhos não ficassem no mesmo grupo e que primos, irmãos e cunhados não ficassem em contextos distintos. Vale destacar que a própria listagem já indicava, na maioria dos casos, o ano de início das atividades deles. Além dela, recorreremos a peças publicitárias das empresas ou ao próprio necrológio do proprietário. Dos 189 empresários que são objeto de estudo, para 41 não encontramos o ano preciso do início de suas atividades; assim, para enquadrá-los numa geração ou grupo, levamos em conta outras informações: o ano de falecimento, a rede familiar de primos, irmãos ou pais dos quais conhecemos o ano de nascimento e que conviveram com esses indivíduos, além de uma análise da sua trajetória pessoal¹⁹. A distribuição dos empresários nas três etapas da História de Santa Cruz do Sul ficou constituída dessa forma:

a) Os empresários da Colônia de Santa Cruz: 29 integrantes que iniciaram as suas atividades empresariais até 1878;

¹⁹ Apoiada em reportagens que descrevem alguns momentos da vida pessoal naquele recorte, como formatura, casamento, festa, publicidade e página social. Isso para os casos sem data de nascimento ou falecimento.

b) Os empresários da Vila de Santa Cruz: 66 integrantes que iniciaram as suas atividades empresariais entre 1879 e 1905;

c) Os empresários da Cidade de Santa Cruz: 94 integrantes que iniciaram as suas atividades empresariais entre 1906 e 1945;

A maioria teve atuação empresarial no contexto de 1905 até 1966, e vários eram reconhecidos pela opinião pública local como “beneméritos proprietários das firmas tradicionais”, título da reportagem referente à comemoração do centenário de Santa Cruz do Sul. Fundamentado o objeto de estudo, através da qualificação do *corpus* delimitador da pesquisa, o próximo passo seguido pela maioria dos pesquisadores em prosopografia é reunir dados biográficos individualizados e dados de natureza coletiva, que explicitam trajetórias e estratégias de grupo.

Parte importante das biografias foi construída a partir de necrológios e notas biográficas²⁰. Eles retratam, com grande liberdade de estilo, a trajetória dos indivíduos na política, economia, sociedade e cultura da cidade²¹. Assim, o pesquisador deve lançar um olhar crítico sobre essas fontes com a intenção de padronizar as informações contidas em artigos de memória e necrológios. O esforço de registrar todas as informações coletadas em um espectro de fontes diversificado deixou várias lacunas. Embora haja muitas informações sobre cada integrante do grupo, a meta sempre foi construir um quadro que apontasse uma tendência na composição desse segmento, não esgotando o aporte de dados individuais.

Flavio Heinz (1999) analisa a utilidade dos mais variados tipos de fontes no estudo de biografias coletivas, tais como documentos privados, dicionários biográficos²², necrológios e os anuários sociais do tipo *Who's*

²⁰ Aproximadamente meia página de folhas de ofício datilografadas e preservadas localmente nos seguintes arquivos: jornal, Câmara de Vereadores e universidade.

²¹ Por terem suas vidas descritas por algum memorialista ou historiador diletante local, esses indivíduos são dotados de qualidades que os colocam em situação distinta. Além disso, seus nomes estão registrados em ruas, bairros, escolas, postos de saúde e praças da cidade.

²² Os dicionários “históricos” ou “políticos” também têm vantagens. A principal delas é a proximidade do campo historiográfico, mas o autor destaca que o problema desse tipo de fonte é o desequilíbrio entre a descrição da trajetória profissional do indivíduo e de outros momentos de seu percurso. No caso de Santa Cruz, não há produção do gênero.

who. O autor afirma que esses últimos têm vantagens em estudos de elites, pois reúnem informações sistemáticas de caracterização pessoal dos biografados, como ascendência e descendência familiar, participação em clubes, escolaridade, atuação política e empresarial. No caso de Santa Cruz do Sul, existe um fundo de biografias de personalidades locais na Câmara Municipal de Vereadores que possui uma característica semelhante aos *Who's who*.

Uma das fontes citadas por Heinz são os necrológios. Esse recurso tem uma característica de estilo bastante desigual, pois combina o resumo biográfico e a homenagem póstuma do indivíduo. No caso de Santa Cruz, o estudo de elites é bem servido pela riqueza de informações que acompanham os necrológios de empresários e políticos. Quanto mais importante for o indivíduo, mais páginas e edições serão reservadas para dedicatórias e homenagens na semana do falecimento.

As fontes foram recolhidas no Cedoc-Unisc, na Câmara Municipal de Vereadores e no arquivo do principal jornal local, o Grupo de Comunicação Gazeta do Sul. Nesses órgãos encontramos documentos constituídos pelos textos biográficos, necrológios e homenagens póstumas de pessoas ilustres da cidade. Vale destacar que, em menor escala, encontramos alguns dados em colégios, centros genealógicos, órgãos públicos e no cemitério municipal. Recorremos a essas instituições caso as biografias contidas em necrológios ou em memórias individuais estivessem incompletas ou conflitantes (por exemplo: datas discordantes, nomes e sobrenomes incompletos e outras informações específicas de cada indivíduo).

Miguel Chaia (1996) avalia que as trajetórias são constituídas e documentadas por pessoas distintas da sociedade, pois o proprietário, o editor e o jornalista estão ligados, na maioria dos casos, a esse grupo de poder. As pesquisas com enfoque metodológico apoiado na prosopografia utilizam largamente os jornais e periódicos que circulavam no espaço geográfico e histórico que é objeto de estudo. Esses documentos são ricos em informações e fornecem uma base para a compreensão de diferentes temas, ideologias e trajetórias dos grupos humanos que exercem algum tipo de poder. No caso de Santa Cruz do Sul, existe uma tradição centenária de

produção “quase ininterrupta” de cobertura jornalística da vida social de sua elite²³.

Dentro desse processo, construímos um quadro metodológico que tem como modelo os “tutorial works” no artigo *A Short Manual to the Art of Prosopography*²⁴, que permite visualizar como foi realizado o caminho metodológico para o desenvolvimento dessa pesquisa e facilita a adesão de outros pesquisadores que pensam trilhar por esses caminhos:

1º Passo: Definição do jornal *Gazeta de Santa Cruz* como norteador na localização da elite econômica de Santa Cruz do Sul – direção e redação composta por integrantes da elite local que estão envolvidos diretamente na Festa do Centenário de Santa Cruz (1849-1949).

2º Passo: Definição da lista de empresas tradicionais envolvidas na trajetória econômica do município durante o centenário da cidade. Publicada em 09/05/1947. Total de 76 estabelecimentos comerciais, industriais e financeiros.

3º Passo: Localização nominal dos proprietários que trabalharam diretamente nessas empresas entre os anos de 1905 e 1966. Total 189 integrantes.

4º Passo: Reconstrução padronizada da biografia de cada empresário – trajetória pessoal, familiar, empresarial, profissional, política e social com uso das fontes empresarial e biográfica descritas nesse trabalho (ver anexo).

5º Passo: Utilização dos programas Excel, Access e SPSS para registro das informações contidas nas biografias.

6º Passo: Formulação das tabelas e gráficos socioestatísticos dos campos.

A elaboração de uma ficha prosopográfica permite facilitar a padronização das informações extraídas das fontes e facilita o posterior registro no software escolhido para a construção do banco de dados. Em nosso exemplo, focado numa elite empresarial, iniciamos a ficha com campos amplos

²³ Desde a inauguração do primeiro jornal de Santa Cruz do Sul, o *Kolonie*, em 1888, até a formação dos jornais *Gazeta de Santa Cruz* e *Gazeta do Sul*, somente em alguns meses de 1918 e no período de 1942 até 1945 a cidade ficou sem cobertura jornalística.

²⁴ O site britânico contém um ótimo material pedagógico para os iniciantes em estudos que envolvam o método prosopográfico. Ver <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/index.htm>

(vida pessoal, formação escolar, estrutura familiar, trajetória empresarial, atuação política, engajamento social e listagem de fontes). Na medida em que novas informações foram agregadas, os campos foram se tornando mais detalhados, chegando ao formato que pode ser visualizado no anexo desse trabalho.

Mergulhando no universo biográfico de cada integrante foi possível constatar uma complexa estratégia de ascensão social apoiada na dinâmica das redes sociais. Esse ponto é pertinente nos estudos prosopográficos, pois a totalidade dos dados estatísticos precisa ser ilustrada com estudos de caso que abordem a tendência e as exceções dos resultados.

Referências bibliográficas

CADONÁ, Marco André. *Expansão e consolidação do capitalismo e formação da classe industrial em Santa Cruz do Sul (1940 a 1976)*. 120 f. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas – Núcleo de Pesquisa Social. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.

CHAIA, Miguel. *Biografia: método de reescrita da vida*. In: HISGAL, Fani (org.). *Biografias: sintoma de uma cultura*. São Paulo: Hacker/Cespuc, 1996. p. 75-82.

CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1991.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HEINZ, Flavio Madureira. *Do uso do Who's Who e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo*. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 10, p. 49-60, jan./jun. 1999.

_____. *Perfil da elite política regional: estudo do Município de Santa Cruz do Sul*. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2000.

- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- LOVE, Joseph L. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1980. Edição brasileira: *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 78-97.
- MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2010. (Dissertação de Mestrado em História).
- MENDES, José Amado. O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos. *Análise Social: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, v. XVII, n. 116-117, p. 357-365, 1992.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MONTALI, Lília. *Do núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista*. Produção de fumo em Santa Cruz do Sul. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2 v.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, ano 20, n. 36/37, p. 9-15, 2007.
- STONE, Lawrence II. Prosopografia. In: _____. *El pasado y el presente*. Tradução de Lorenzo Aldrete Bernal. México: FCE, 1986. p. 61-94.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALDALISO, Jesus M^a.; SANTIAGO, López. ¿Sirve para algo la Historia empresarial? In: ERRO, Carmen (directora). *Historia empresarial: pasado, presente y retos del futuro*. Barcelona: Ariel, 2003. p. 135-152.
- VOGT, Olgário. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

ANEXO
Modelo de ficha prosopográfica de elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul²⁵

Dados gerais sobre a vida pessoal				F_ elite/ econ.-SCS	
A01	Sobrenome:	A02	Nome:	A03	Localidade de nascimento:
A04	Ano de nascimento:	A05	Data de nascimento: / /	A06	Filiação religiosa:
A07	Nacionalidade:	A09	Falecimento: / /	A10	Cemitério:
A11	Proprietário de linha telefônica segundo o Guia de 1938: () S () N	A12	Entidade empresarial: () ACI () Sindfumo () ACI/Sindfumo		
A13	Observações sobre a vida pessoal:				
Formação escolar					
B01	Possui formação escolar básica: () S () N	B02	Possui formação escolar técnica: () S () N	B03	Área do curso técnico:
B04	Tipo de curso técnico:	B05	Colégio básico:	B06	Colégio técnico:
B07	Integra Assoc. de Ex-Alunos: () S () N	B08	Possui formação universitária: () S () N	B09	Local da formação universitária:
B10	Tipo de curso universitário:				
B11	Observações sobre a formação escolar:				
Estrutura Familiar					
C01	Sobrenome do pai:	C02	Nome do pai:	C03	Religião do pai:
C04	Sobrenome da mãe:	C05	Nome da mãe:	C06	Religião da mãe:
C07	Sobrenome do cônjuge:	C08	Nome do cônjuge:	C09	Religião do conj:
C10	Observações sobre a vida familiar:				
Atividade empresarial da família					
D01	Ramo de atividade do avô paterno: () () ()	D02	Ramo de atividade do avô materno: () () ()	D03	Ramo de atividade principal do pai: () () ()
D04	Outra atividade profissional do pai: () S () N	D05	Atividade profissional secundária do pai 1: () () ()	D06	Atividade profissional secundária do pai 2: () () ()
D07	Tendência dos irmãos em relação às atividades empresariais da família: () concentraram no mesmo ramo () diversificaram em outro () liberal ou pública				
D08	Observações sobre as atividades empresariais da família:				
D01/D02/D03/D05/D06: (1) agrícola familiar; (2) comércio; (3) liberal; (4) pública (5) alimentos (6) metalurgia (7) beneficiamento de fumo (8) indústria de cigarros					

²⁵ Modelo de ficha originalmente desenvolvido para a pesquisa de HEINZ, Flavio M. Perfil da elite política regional: estudo do Município de Santa Cruz do Sul. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas (UNISC). 2000. Adaptado pelo autor.

Trajetória empresarial			
E01	Sector da principal atividade empresarial: ()	E02	Praticou mais de uma atividade profissional em vida: () JS () JN
E03	Atividade profissional secundária 1: ()	E04	Atividade profissional secundária 2: ()
E06	Como iniciou a atividade empresarial: () parceria/herança familiar () em sociedade com terceiros () foi o empreendedor principiante	E05	Atividade profissional secundária 3: ()
E07	Proprietário de Ltda. () JS () JN E08	Situação como proprietário de Ltda. () sócio de Ltda. () proprietário de uma () proprietário em mais de uma	
E09	Acionista de S/A () JS () JN E10	Situação como acionista de S/A () acionista de 1 () majoritário de 1 () majoritário de 1 e acionista de outra	
E11	Empresa principal Ltda. – localização:		
E12	Empresa principal S/A – localização:		
E13	Participação em outras empresas:		
E14	Observações empresariais:		
E01/E03/E04/E05: (1) agrícola familiar; (2) comércio; (3) liberal (4) pública (5) alimentos (6) metalurgia (7) beneficiamento de fumo (8) indústria de cigarros			
Carreira política			
F01	Possui atuação política: () eventual () frequente () nenhuma () permanente	F02	legislativo municipal: () JS () JN
F03	Atuação no legislativo municipal: () apenas candidato () até uma gestão () até duas gestões () três gestões ou mais		
F04	Funções no legislativo estadual:		
F05	Funções no executivo municipal:		
F06	Partido predominante até 1937:	F07	Partido predominante entre 1945-65:
F09	Observações sobre a vida política:	F08	Partido após AI2:
Engajamento social			
G01	Frequência em atividades sociais – necrológicos/peças de biografias: () JS () JN	G02	Dirigente de clube: () JS () JN
G03	Situação associativa em relação aos clubes – necrológico: () sócio em mais de dois clubes () sócio de dois clubes () sócio de um clube		
G04	Situação diretiva em relação aos clubes: () dirigente de um clube () dirigente de dois clubes () dirigente em mais de dois clubes		
G05	Clube principal – homenagens póstumas:		
G06	Clube secundário 1:		
G07	Clube secundário 2:		
G08	Observações sobre a vida associativa/comunitária/religiosa:		
Informações relevantes sobre a construção do patrimônio e da rede social			
Descrição das fontes			

Os agentes do Cinema Novo e os seus “antagonistas”: ensaio prosopográfico

Ricardo De Lorenzo

O objetivo e a população

Este artigo constitui um ensaio prosopográfico a respeito do seletivo grupo de cineastas relacionados com o chamado Cinema Novo, movimento artístico ocorrido no Brasil entre fins da década de 1950 e princípios da década de 1970. Em contraponto, considera os diretores de cinema contemporâneos e desvinculados do Cinema Novo.

Declinarei de analisar o conteúdo do conjunto de filmes, as condições de produção e realização deles, bem como os manifestos que os cineastas lançaram a respeito da atividade cinematográfica brasileira. Concentrar-me-ei, então, nos aspectos mais relevantes da trajetória coletiva dos cineastas. Selecionei para tanto os 19 realizadores do Cinema Novo que filmaram longas-metragens entre 1955 e 1970, identificados como membros do movimento a partir da leitura de bibliografia pertinente (MIRANDA, 1991; RAMOS, 1987; ROCHA, 1981). São eles, em ordem alfabética: Arnaldo Jabor, Carlos Diegues, David Neves, Domingos Oliveira, Eduardo Coutinho, Glauber Rocha, Gustavo Dahl, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Linduarte Noronha, Luiz Paulino dos Santos, Marcos Faria, Miguel Borges, Néelson Pereira dos Santos, Paulo César Saraceni, Roberto Pires, Ruy Guerra, Trigueirinho Neto e Walter Lima Jr. Deixarei também de lado aqueles agentes sociais que, mesmo inseridos no Cinema Novo, participaram de várias funções durante a realização das fitas, mas não realizaram filmes próprios à época. Assim, nomes como Luís Carlos Barreto, Luiz Fernando Goulart, Flávio Migliaccio e Zelito Viana ficaram excluídos da amostra.

Como seus “antagonistas” selecionei os 32 diretores de nacionalidade brasileira mais representativos que assinaram filmes para os estúdios

paulistas, para as principais companhias produtoras da chanchada carioca e para os chamados “produtores independentes” (AUGUSTO, 1989; CATANI, 1987; GALVÃO, 1981; VIEIRA, 1987): Abílio Pereira de Almeida, Agostinho Martins Pereira, Alex Viany, Alfredo Palácios, Amácio Mazzaropi, Anselmo Duarte, Armando Couto, Carlos Alberto de Souza Barros, Carlos Coimbra, Carlos Manga, Carlos Thiré, César Mêmolo Jr., Eurides Ramos, Galileu Garcia, Geraldo Santos Pereira, Glauco Mirko Laurelli, Jorge Iieli, José Carlos Burle, Lima Barreto, Luís Sérgio Person, Luiz de Barros, Milton Amaral, Oswaldo Sampaio, Walter Hugo Khouri, Watson Macedo, Paulo Vanderley, Roberto Farias, Roberto Santos, Rodolfo Nanni, Ruben Biáfora, Victor Lima, Walter George Durst. Essa escolha se deu por serem esses indivíduos, e suas cinematografias, um dos principais alvos das críticas dos cineastas do Cinema Novo em relação à pertinência dos filmes realizados no Brasil. Deixei de lado os cineastas estrangeiros que atuaram no país a partir da segunda metade da década de 1940, tendo em vista que o centro da questão desse ensaio é comparar o perfil dos cineastas do Cinema Novo em relação aos seus “antagonistas”, a partir do campo de possibilidades que ambos os grupos encontraram para a sua formação profissional e para o exercício de seu trabalho em território brasileiro. Ficaram de fora, portanto, nomes como Carlos Hugo Christensen, J. B. Tanko, Adolfo Celi, Luciano Salce, Tom Payne, Flamínio Bollini Cerri, Alberto Pieralise, Ruggero Jacobi, D. A. Hamza, Ferenc Fekete, Fernando de Barros e mesmo o brasileiro Alberto Cavalcanti, que teve toda a sua formação cinematográfica realizada nos estúdios ingleses, franceses e alemães.

O método prosopográfico

Por prosopografia entendo um método de análise histórica ao mesmo tempo quantitativo e qualitativo originado em conjunto de biografias. A população que compõe este coletivo biográfico é arbitrada e questionada pelo investigador de modo a servir às sínteses que descrevem as dinâmicas da sociedade à qual faz referência, seja em seus aspectos públicos ou privados. O método prosopográfico também permite traçar o perfil cultural, ideológico e político do grupo em questão (CHARLE, 2006a, p. 41).

Fazendo uma retrospectiva sobre a essência da historiografia congênera, percebe-se que os pioneiros trabalhos franceses, surgidos em meados da década de 1960, tinham a presença da fonte como delimitadora da pesquisa. Corpos seriais, como as listas eleitorais ou as listagens funcionais, eram tomados em si, sem os cruzamentos com materiais de outras origens, assim como também não contavam com as “análises exaustivas de todos os aspectos sociais de uma população selecionada” (CHARLE, 2006b, p. 24).

Entretanto, a segunda geração destes estudos, surgida a partir da década de 1970, tendeu a um recorte sociológico nas pesquisas, em detrimento da problematização pelo aspecto político. Os estudos sobre a elite burguesa francesa percorreram, então, um caminho que lhes permitiu desvelar hierarquias internas ao grupo social. Além do mais, a própria definição do que seriam as elites e da pertinência de seu recorte social sofreu questionamentos. Surgia a impossibilidade de entendê-las apenas como o topo econômico da sociedade a partir da consideração de sua existência nos corpos profissionais e nas “classes médias”. Diz-nos Christophe Charle:

A abordagem em termos de grandes corpos administrativos ou grandes escolas permite, em um primeiro momento, resolver este problema, mas começa a mostrar seus limites no tocante às elites menos rígidas como o patronato, os intelectuais ou os políticos (CHARLE, 2006b, p. 27-28).

De fato, os estudos sobre certas profissões de forma indefinida de recrutamento e formação, como as de carreira artística, podem auxiliar na compreensão da mobilidade social. Novamente Charle fundamenta:

[...] uma vez que praticam cortes transversais que negligenciam as estratificações clássicas em níveis de fortuna ou em posição geográfica ou, ainda, em *status*. Os recortes são de fato puramente formais (um título acadêmico, uma função no Estado). Estes cortes internos à burguesia mostram como esta se renova ou se reproduz, como se operam as passagens de uma fração à outra entre as gerações; eles derivam, portanto, de problemáticas explicitamente sociológicas (CHARLE, 2006b, p. 29).

Recortando meu interesse sobre um destes “grupos fluidos”, notadamente aquele composto pelos cineastas, especificamente os “cinemanovistas”, iniciarei esboçando o contexto que marca o surgimento do modelo de cinema ao qual se filiaram.

Sobre o Cinema Novo e o seu contexto na produção cinematográfica brasileira

Caracterizar a cinematografia brasileira é uma tarefa complexa, tendo em vista a sua fragmentação produtiva. Para principiar, difere do cinema produzido por Hollywood, vinculado estreitamente, desde seus primórdios, ao capital financeiro. Por outro lado, a produção do cinema nacional brasileiro esteve associada à iniciativa privada, através de realizações de ocasião ou de forma projetada, ou sob o fomento estatal, isso quando estes interesses não se coadunavam mutuamente.

Nas décadas de 1910 e 20, o cinema brasileiro passara pelo que a “historiografia clássica do cinema brasileiro” (BERNARDET, 2008) definiu como os “ciclos regionalistas”, nos quais o mecenato de senhores rurais e comerciantes locais de cidades fora do eixo Rio-São Paulo, como Pelotas (RS) e Cataguazes (MG), permitia o exercício do ato de filmar.

A partir da década de 1930, com a ascensão dos setores urbanos e do governo de pretensões centralizadoras de Getúlio Vargas, marcou-se o “início da intervenção do Estado na atividade cinematográfica desenvolvida no país” (VIEIRA, 1987, p. 131). A organização da economia e da administração pública tendo por objetivo a modernização do país teve reflexo na atividade cinematográfica privada. Surgiam no Rio de Janeiro os primeiros estúdios de cinema que, espelhados mesmo que precariamente no modelo estadunidense, envergavam o projeto de um cinema condizente com a propagação da ideia de desenvolvimento do país (LUCAS, 2005). Um trecho de uma crítica publicada na revista *Cinearte* sintetiza a essência do momento:

Fazer um bom cinema no Brasil deve ser um ato de purificação de nossa realidade, através da seleção daquilo que merece ser projetado na tela: o nosso progresso, as obras de engenharia moderna, nossos brancos bonitos, nossa natureza. Nada de documentários, pois não há controle total sobre o que se mostra e os elementos indesejáveis podem infiltrar-se; é preciso um cinema de estúdio, como o norte-americano, com interiores bem decorados e habitados por gente simpática (VIEIRA, 1987, p. 133).

Para completar o panorama, o cinema assumia um papel pedagógico formal. Com o Estado Novo e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do setor de filmes educativos do Instituto Nacional do

Cinema (INC), muitos artistas e intelectuais eram incorporados em torno da política cultural do regime. Talvez o caso mais emblemático em relação ao cinema seja o de Humberto Mauro, um dos poucos, destacados e considerados “autores” de então, que dirigiu por anos o INC.

Na outra ponta desse cinema bafejado pelo “nacional-desenvolvimentismo”, temos as chamadas chanchadas. Denominados desta forma pela crítica que os tomava de forma depreciativa, os filmes dessa vertente, ainda que fossem produzidos de forma a controlar ao máximo possível os seus custos a fim de se obter a rentabilidade desejada nas bilheterias, seguiam uma “política de estrelismo” de inspiração hollywoodiana. No formato, prevalecia o apelo popular: trama policiaisca, comédia burlesca, romance açucarado e diversos números musicais, sucessos do rádio e das gravadoras nos períodos junino e, especialmente, carnavalesco.

A chanchada carioca propagandeava o estágio de desenvolvimento nacional, refletindo a crescente importância da indústria e da migração aos centros urbanos, servindo de referência à massa proletária que lotava as salas de exibição:

Jogando habilmente com o processo de identificação entre o mundo da tela e o universo do espectador, a comédia carioca, em sua recriação do real, consagrou tipos populares como o herói espertalhão e desocupado, os mulherengos e preguiçosos, as empregadas domésticas e as donas de pensão, os nordestinos migrantes, além de outros tipos que viviam os dramas e a experiência do desenvolvimento urbano (VIEIRA, 1987, p. 174).

No contraponto, desenrolou-se em São Paulo a associação direta da ideologia da burguesia industrial com a produção cultural. Sem a intervenção direta do governo, os controladores do capital industrial financiaram o seu modelo de cinema e de conseqüente visão de mundo através da formação de várias companhias cinematográficas, sendo pelo menos três grandes estúdios: a Cia. Cinematográfica Vera Cruz (1949, tendo por principais acionistas os industriais Franco Zampari e Francisco “Ciccilo” Matarazzo), Cia. Cinematográfica Maristela (1950, comandada pela família industrial Audrá) e Multifilmes (1952, do empresário Anthony Assunção). Sua produção mesclava o *star system* de Hollywood com o cinema europeu. Muitos diretores e técnicos vinham daquele continente a fim de qualificar a produção e os profissionais brasileiros. Essa influência se dirigia muito fortemente às temáticas e à linguagem de seus filmes, alvos de críticas pelo seu “es-

trangeirismo”, ainda que elogiados em seu pretenso distanciamento artístico em relação à desprezada chanchada.

A formação desses estúdios se dava sob a bênção do mecenato burguês, que proliferava em São Paulo ao final da década de 1940, atraindo nomes da elite cultural:

A chamada “indústria cinematográfica” paulista surge num momento de intensa atividade cultural em São Paulo. Num curto espaço de tempo (cinco ou seis anos), a cidade assiste ao nascimento de dois museus de arte [MASP Museu de Arte de São Paulo e MAM Museu de Arte Moderna], à formação de uma companhia teatral de alto nível [TBC Teatro Brasileiro de Comédia], à multiplicação de concertos, escolas de arte, conferências, seminários, exposições, revistas de divulgação artística e cultural [ANHEMBI], à construção de uma grande e moderna casa de espetáculos, à criação de uma filмотeca, à criação de uma bienal internacional de artes plásticas (CATA-NI, 1987, p. 197).

Todo esse movimento pode ser explicado pela intenção da burguesia paulista de ampliar redes de relação e louvar uma posição de liderança político-econômica liberal pretendida com a redemocratização pós-Vargas.

Entretanto, esta liderança não dispunha de fôlego suficiente para fazer frente às transformações tecnológicas e à forte demanda por capitais acumulados, características do período posterior à 2^a. Guerra Mundial. O cinema que emergia em São Paulo, assim, aparecia como vitrine de uma elite econômica que encobria a sua progressiva perda de espaço frente à entrada no país de vultoso capital estrangeiro¹.

¹ A Cia. Cinematográfica Vera Cruz, por exemplo, estava vinculada a um dos ramos do império industrial da família Matarazzo. Este, até os anos 1930, era considerado o maior conglomerado privado da América Latina. A partir da década de 1950, foi perdendo uma a uma as suas posições no mercado frente à concorrência estrangeira. A Vera Cruz sofreu com o elevadíssimo custo de suas produções, o baixo retorno de bilheteria (não de público, mas de numerário), graças ao congelamento do preço dos ingressos durante o governo eleito de Getúlio Vargas) e os leoninos acordos de distribuição de seus filmes com as empresas estrangeiras Universal e, depois, Columbia, que resultavam em baixo ou nulo retorno das rendas obtidas no mercado exterior. Seguiram o socorro junto às instituições de crédito, o crescente endividamento, a insolvência e o encampamento pelo governo paulista em 1953, o que marcou o limite da capacidade de seus promotores privados frente ao contexto de retração do mercado nacional diante de avanço das grandes distribuidoras internacionais de filmes. Para uma análise mais detalhada do período: GALVÃO, 1981 e AUDRÁ Jr., 1997.

Tanto o modelo da “chanchada” carioca como o do “classicismo” paulista encontraram os seus limites estruturais. As chanchadas, com seu baixo custo de produção, ainda resistiriam até princípios dos anos 60, quando a sua linguagem e a maioria de seus atuantes foram encampadas pelas emergentes transmissões televisas².

O fato é que, já um pouco antes da década de 1960, a crise econômica brasileira, decorrente do alto grau de endividamento do país e exemplificada pelos surtos inflacionários, apresentava os custos do projeto desenvolvimentista nacional. Neste contexto, a evocação das mazelas do país já não soaria estranha nas telas dos cinemas.

Mas quando nos propomos caracterizar o surgimento do Cinema Novo, corre-se o risco de seguir o senso comum, apontando um rompimento completo com os momentos anteriores da cinematografia brasileira. E isso me parece incorreto. Muitas evocações de temática nacional, ainda que com ênfase no folclore, foram apontadas antes do Cinema Novo. O cinema “burguês” paulistano já flertara em certos momentos com o neorealismo italiano. A qualificação dos profissionais cinematográficos seria herança importante para o Cinema Novo. E, o que talvez seja o mais importante, a gestação das questões que seriam discutidas pela filmografia cinemanovista ocorreria concomitantemente às tentativas de implantação de um cinema de cunho industrial no país. Nestes foros, fossem eles os congressos de cinema ou as páginas da imprensa, apareciam os nomes que a seguir marcariam suas concepções artísticas e políticas na feitura de seus primeiros filmes.

Ainda que categórico quanto às inovações introduzidas, Fernão Ramos sublinha a necessidade de se estar atento aos limites da ruptura proposta pelo Cinema Novo, tendo em vista a base anterior sobre a qual se assentou:

Sob pena de trazermos confusão ao que parece ser uma questão bem clara, é necessário frisar que o Cinema Novo se constitui como grupo enquanto oposição ao esquema industrial da produção cinematográfica desenvolvido em São Paulo nos primeiros anos da década de 1950. O que deve ser nuançado é o alcance da ruptura existente nos primeiros textos e declarações bombásticas dos jovens cineastas (em 1959-1960) e o quadro ideológico que se respi-

² Para uma longa análise sobre a chanchada: AUGUSTO, 1989.

rava na efervescente São Paulo cinematográfica do início da década de 1950 (RAMOS, 1987, p. 302).

Não obstante, a bandeira que o Cinema Novo empunharia representava a chamada a um esquema de produção alternativo, longe do circuito industrial estabelecido.

Como embrião do movimento, ainda que geralmente não evocado como um “cineasta do Cinema Novo”, pode-se citar a produção de Nelson Pereira dos Santos, que com o seu *Rio, 40 graus* (1955) inaugurava uma abordagem cinematográfica voltada às mazelas cotidianas das camadas mais pobres da sociedade. O filme em muito se vinculava à tese que o cineasta havia apresentado no I Congresso Paulista do Cinema Brasileiro de 1952, através da qual propunha uma forma de produção que rompesse a dependência em relação ao capital externo e se aprofundasse em temáticas nacionais. Para Fernão Ramos, a tese denota uma vinculação com a ortodoxia marxista, mas de pouca elaboração, pois

transfere mecanicamente para o cinema esquemas elaborados em função da abordagem do processo industrial na produção social como um todo. Vendo-se obrigado a defender a indústria nacional das garras do imperialismo, encontra-se o autor na incômoda posição de se situar ao lado dos grandes estúdios, que inclusive não apoiavam a realização dos congressos (RAMOS, 1987, p. 303).

É importante deixar evidente o tipo de narrativa já existente em *Rio, 40 graus* e que seria retomada pelos cinemanovistas. Mais uma vez cito Fernão Ramos, que identifica a

contraposição brusca povo-burguesia, cercada de elementos ficcionais armados para detonar a compaixão do espectador, [e que] vai se repetir de forma marcante em filmes de toda a primeira fase do Cinema Novo [...] O filme é a exaltação e o deslumbramento de uma imagem ainda desconhecida e que fascinará de forma intensa mais de uma geração de cineastas brasileiros. É neste sentido (e também quanto à disposição narrativa não-linear) que esse filme pode ser visto como precursor e inspirador do que mais tarde viria a ser o Cinema Novo (RAMOS, 1987, p. 306).

Mas se uma figura despontaria como referência quase que absoluta em relação ao Cinema Novo, esta se encontra no baiano Glauber Rocha. Em seu livro *Revolução do Cinema Novo*, o cineasta informa, para além de suas preocupações temáticas e estéticas, a rede de relações que tramara e que se transformaria no núcleo do grupo de realizadores. Primeiro, num encontro ocorrido no Rio de Janeiro com Nelson Pereira dos Santos:

Nelson estava filmando uma seqüência de Rio Zona Norte na Rádio Mayrink Veiga e me aproximei mais ou menos às nove da manhã [...] e ele me disse muito prazer, viva a Bahia, se quiser trabalhar tá legal vá pegando aqueles cabos ali pra dar uma mão pro eletricista e depois eu estava figurando atrás de Ângela Maria e Grande Otelo (ROCHA, 1981, p. 244).

Depois, os contatos com aqueles que constituiriam o grupo de fato:

Em 1957-1958, eu, Miguel Borges, Cacá Diegues, David Neves, Mário Carneiro, Paulo Saraceni, Leon Hirszman, Marcos Farias e Joaquim Pedro (todos mal saídos da casa dos vinte) nos reuníamos em bairros de Copacabana e do Catete para discutir os problemas do cinema brasileiro (ROCHA, 1981, p. 396).

As vinculações estéticas e temáticas dos citados balizam os pertencentes ao grupo e demarcam o distanciamento em relação aos críticos em atividade:

[...] eu era eisensteiniano, como todos os outros, menos Saraceni e Joaquim Pedro que defendiam Bergman, Fellini, Rossellini e me lembro do ódio que o resto da turma devotava a estes cineastas. Detestávamos Rubem Biáfora, achávamos Alex Viany sectário e Paulo Emílio Salles Gomes alienado. Xingávamos Jean-Claude Bernardet e a crítica mineira era colocada na categoria dos reacionários e traidores (ROCHA, 1981, p. 15).

Numa digressão que demonstra a ampliação da rede, Néelson Pereira dos Santos produziria em São Paulo *O grande momento* (1958), o primeiro filme de Roberto Santos, cineasta que não se vincularia ao Cinema Novo, mas que indiretamente advogaria muitas de suas causas:

A preocupação com a temática nacional se mantém, mas agora adquire tonalidades mais próximas do que mais tarde seria o “popular” do Cinema Novo. A influência do neo-realismo está mais presente nesse filme [...] Isso se expressa pela forma de abordagem da pequena-burguesia sem recursos, pela proximidade com o cotidiano banal, e também pela presença de elementos temáticos paralelos (como, por exemplo, o sentimentalismo desenvolvido em torno da perda da bicicleta pelo personagem central). Igualmente, a direção dos atores e o esquema de produção aparecem vinculados à tradição neo-relista (RAMOS, 1987, p. 310).

A principal fonte e as variáveis para a análise

Identificados os precursores do movimento e as características básicas do Cinema Novo, acorri-me do *Dicionário de cineastas brasileiros*, de Luiz Miranda. A partir desse compêndio, seguindo a leitura dos verbetes que contêm o perfil biográfico dos cineastas escolhidos, compilei as informações que dessem conta das variáveis que foram sendo percebidas como pertinentes à análise ensaística³. São elas: origem geográfica, formação profissional, vinculação com a imprensa e relações com outros cineastas. Infelizmente, as fontes que utilizo para a formação do perfil de meus personagens históricos não permitem conhecer uma das variáveis mais pertinentes à prosopografia, aquela que define a origem familiar dos indivíduos, em especial a profissão paterna. Por outro lado, algumas informações foram colhidas de entrevistas concedidas por alguns dos cineastas em documentários e programas televisivos.

A origem geográfica

Pode-se afirmar que o Cinema Novo foi um movimento eminentemente carioca. Quase três quartos dos cinemanovistas arrolados viviam na cidade do Rio de Janeiro. Destes, oito eram naturais e seis radicados, vindos de Alagoas (Carlos Diegues, aos 6 anos), Piauí (Miguel Borges), São Paulo (Nelson Pereira dos Santos), Bahia (Glauber Rocha), Argentina (Gustavo Dahl) e Moçambique (Ruy Guerra). Mesmo Glauber Rocha, que ao longo dos anos seria forte referência em relação à cultura cinematográfica baiana, viera ao Rio travar contatos com Nelson Pereira dos Santos, conforme já vimos. Em sua terra, havia participado do grupo que, a partir do teatro e da inserção na crítica jornalística, se constituía em vanguarda cinematográfica e que tinha, entre outros, Luiz Paulino dos Santos, Roberto Pires, Rex Schindler, Oscar Santana (MIRANDA, 1991, p. 278). Mas foi no Rio que, entre 1962 e 1969, Glauber ancoraria o Cinema Novo com as suas manifestações pela imprensa.

³ Reconheço aqui que o caráter limitado das fontes utilizadas para a prosopografia pode influir para uma quantidade de variáveis aquém do que poderia ser arrolado em uma pesquisa mais ampla.

Já os 32 cineastas que se situavam em posição diferente da do Cinema Novo podem ser agrupados em dois grupos distintos: aqueles naturais ou radicados no Rio de Janeiro, especialmente os vinculados às comédias populares denominadas chanchadas, e, representando mais de 60% desse universo, os cineastas naturais de São Paulo ou lá radicados, indivíduos agregados ao modelo de produção dos grandes estúdios paulistas (Vera Cruz, Maristela e Multifilmes). O único cineasta nascido em São Paulo que se estabeleceu no Rio de Janeiro foi o “chanchadeiro” Eurides Ramos. E, na contramão, o carioca Armando Couto se fixou em São Paulo.

É importante observar que, exceto Roberto Farias (que, afinal, se associaria ao Cinema Novo como sócio de uma distribuidora de filmes) e Alex Viany, os cineastas cariocas não vinculados ao Cinema Novo e aqui arrolados tiveram a sua atuação profissional exercida até o início da década de 1960. Isso implicou uma crescente dicotomia entre os cineastas cariocas do Cinema Novo e os seus “antagonistas”, representados pela produção paulista.

A formação profissional

A questão da formação dos cineastas é de ressaltada importância. Durante o período que vai das primeiras filmagens realizadas no Brasil até a fundação da Cia. Cinematográfica Vera Cruz em fins de 1949, a formação dos cineastas brasileiros era marcada pela empiria. Poucos equipamentos eram importados, e sobre eles várias levas de técnicos e realizadores tinham a sua instrução. Exemplo deste modelo formativo é Anselmo Duarte. Agregado a Watson Macedo, estagiou como argumentista e assistente de montagem daquele diretor. Com a Vera Cruz sofisticou-se a influência dos profissionais. Vários diretores e técnicos foram “importados” junto à Europa combalida do pós-guerra. Informa-nos Afrânio Catani:

Em 9 de novembro de 1949, [o cineasta e diretor da Vera Cruz, Alberto] Cavalcanti foi à Europa escolher e convidar técnicos especializados para trabalhar na Vera Cruz. [...] Aos poucos chegaram os convidados de Cavalcanti: H. Chick Fowle, fotógrafo e chefe de iluminação; Erik Ramussen, engenheiro de som; Oswald Haffenrichter, montador e editor; Bob Huke, iluminador; John Waterhouse, diretor e editor; Jacques Deheinzelin, operador e iluminador; Jerry Fletcher, caracterizador; Rex Endsleigh, montador;

Michael Stoll, operador de microfone; Tom Payne, diretor e coordenador de produção (CATANI, 1987, p. 205).

Estes técnicos acabaram sendo responsáveis pela formação de inúmeros outros profissionais. Carlos Coimbra e Oswaldo Sampaio foram aprendizes de montagem junto a Oswald Haffenrichter. O próprio Nelson Pereira do Santos, que teria influência seminal para os primórdios do Cinema Novo, e Roberto Santos tiveram sua formação contemporânea ao processo industrial cinematográfico paulista. E com eles: Agostinho Martins Pereira, Bráulio Pedroso, Galileu Garcia, Carlos Alberto de Souza Matos.

A formação prévia dentro de estúdios de cinema entre os não-cinemanovistas é presente em 28% do grupo. Para exemplificar, o carioca Carlos Manga trabalhou no almoxarifado, na contrarregra e na chefia de produção da Atlântida. O paulista Carlos Thiré foi cenógrafo na Vera Cruz. E o também paulista Walter Hugo Khoury participou da pré-produção do clássico *O cangaceiro* (1953, de Lima Barreto), antes de se lançar à realização.

Chama a atenção o fato de que muitos cineastas tiveram formação no universo teatral. Dos paulistas, Abílio Pereira de Almeida era dramaturgo e foi ator na Escola de Arte Dramática (EAD) de Alfredo Mesquita e no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Agostinho Martins Pereira participou de teatro universitário. Carlos Thiré foi cenógrafo na Companhia de Fernando de Barros e no TBC. E Oswaldo Sampaio foi cenógrafo, contrarregra e diretor de cena. Amacio Mazzaropi foi ator circense. Já entre os cariocas, Luiz de Barros foi diretor de companhias de teatro e shows e Paulo Vanderley foi ator teatral.

O núcleo cinemanovista possui característica enfática: a formação em escolas de cinema. Mais da metade dos cineastas do movimento incorporou alguma experiência pedagógica formal relacionada ao cinema. Não estou incluindo aqui a formação em outros cursos superiores. Alguns, inclusive, passaram pela dupla experiência do cinema e de outra profissão: Arnaldo Jabor, Carlos Diegues, David Neves, Joaquim Pedro de Andrade.

Arnaldo Jabor e Domingos Oliveira passaram pelo famoso curso de cinema oferecido pelo Itamaraty e a Unesco, em 1964, sob a orientação de Arne Sucksdorff. Na prática, o documentarista sueco não deixava de repetir uma formação já existente nos estúdios paulistas, pois transmitia uma experiência europeia e oferecia a possibilidade de contato com os equipa-

mentos aos jovens interessados em filmar. Já os cursos de cinema eram raríssimos no Brasil. Não ligado ao Cinema Novo, Roberto Santos frequentou um Seminário de Cinema entre 1950 e 52. Já entre os cinemanovistas, Walter Lima Jr. fez curso no MAM do Rio, Eduardo Coutinho no MAM em São Paulo, Gustavo Dahl teve como professores o crítico Paulo Emílio Salles Gomes na Cinemateca Brasileira de São Paulo, e Rudá de Araújo e Carlos Vieira fizeram o Curso de Cinema oferecido pelo Centro Dom Vital.

Contudo, foi no exterior que muitos profissionais do Cinema Novo fizeram a sua formação. Carlos Diegues passou uma temporada de 40 dias na Cinemateca Francesa, “assistindo tudo que desejava: cinema japonês, clássicos de John Ford e Jean Renoir” (MIRANDA, 1991, p. 119). Também por lá passara, com bolsa de estudos, Joaquim Pedro de Andrade. No *Institut des Hautes Etudes Cinématographiques* (IDHEC) parisiense estudaram Ruy Guerra, no início dos anos 50, antes de se radicar no Brasil, e Eduardo Coutinho, na década seguinte. No Centro Experimental de Cinema de Roma estiveram, nos anos 50, Trigueirinho Neto e, nos anos 60, Gustavo Dahl e Paulo César Saraceni; colegas dos paulistas e não cinemanovistas Luís Sérgio Person e Glauco Mirko Laurelli, e dos italianos Bernardo Bertolucci, Marco Bellocchio e Guido Cosulich. Com bolsa da Fundação Rockefeller, Joaquim Pedro de Andrade estudou ainda na Slade School of Arts de Londres.

Na outra ponta, a da docência, encontramos o não cinemanovista Roberto Santos dando aulas na Escola Superior de Cinema São Luís (1966-1967) e na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP a partir de 1969. Já Nelson Pereira dos Santos lecionou na Universidade de Brasília (UnB) e, a partir da década de 1970, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Note-se que, ainda que a ênfase na formação dos não cinemanovistas fosse pautada pela empiria, também ocorreram registros de formação escolar vinculada à realização cinematográfica. Alex Viany frequentou cursos de cinema em Hollywood, tendo sido aluno do cineasta Edward Dmytryk. Victor Lima fez o curso de cinema e fotografia na North Western University de Chicago e estagiou nos estúdios da MGM e da Disney em Hollywood. Os paulistas Milton Amaral e Galileu Garcia assistiram aos Seminários de Cinema na primeira fase do Museu de Arte de São Paulo.

São Paulo e Rio de Janeiro tiveram pelo menos um representante no prestigiado Centro Experimental de Cinema de Roma: Carlos Alberto de Souza Barros e César Mêmolo Jr. E o IDHEC de Paris foi frequentado por três cineastas paulistas: Geraldo Santos Pereira, Rodolfo Nanni e Anselmo Duarte. Esse afirmaria em diversas entrevistas que o curso oferecido pelo IDHEC era demasiadamente técnico e que esse aprendizado já fora realizado por ele através do convívio com o cineasta Watson Macedo nos estúdios da Atlântida no Rio de Janeiro. Nanni também fez um aprendizado em técnica de roteiro em Roma com Cezare Zavattini e, no Brasil, tornou-se professor da FAAP, cargo também ocupado por Alfredo Palácios.

A vinculação com a imprensa

A imprensa foi instrumento preponderante para a afirmação do movimento cinemanovista. Conforme já indiquei, não analisarei aqui os manifestos publicados, mas é importante constatar que mais da metade dos cineastas do Cinema Novo referidos tiveram inserção jornalística. Alguns tiveram passagem por jornais acadêmicos ou periódicos de circulação limitada como *O Metropolitano*, da PUC-RJ (Arnaldo Jabor, Carlos Diegues, David Neves), *Diário do Povo de Niterói* (Walter Lima Jr.), revista *Movimento* (Jabor), revista *Sul* (Miguel Faria), revista *Anhembi* de São Paulo (Trigueirinho Neto). Mas um bom número manteve espaço na chamada grande imprensa: David Neves (*Tribuna da Imprensa*, RJ, começo dos anos 1960), Eduardo Coutinho (revista *Visão*, 1966-1967), Gustavo Dahl (*Revista Civilização Brasileira*, 1965-1966, e mesmo no *Les Cahiers du Cinéma* na França, em 1964 e 1969), Miguel Borges (*Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Comércio*), Nelson Pereira dos Santos (*Jornal do Brasil* e *Diário Carioca*), Paulo César Saraceni (que, além do mais, manteve contatos com os críticos paulistas, como Almeida Salles e Paulo Emílio Salles Gomes), Trigueirinho Neto (*Folha da Noite*, SP), Walter Lima Jr. (*Correio da Manhã*).

Não obstante, o grande nome associado à imprensa foi mesmo Glauber Rocha, que, a partir de uma experiência inicial escrevendo para as páginas policiais dos jornais baianos, acabou realizando crítica cinematográfica para o Suplemento Literário do *Jornal da Bahia* e para o *Diário de Notícias* e, já no Rio de Janeiro, para o *Jornal do Brasil*. À sua escrita jornalística

pode-se agregar a publicação, em 1963, do livro *Revisão crítica do cinema brasileiro*, que se tornaria um balizador da perspectiva do movimento em relação aos seus “antagonistas”.

E esse antagonismo a partir da instrumentalização da imprensa também era reconhecido pelos diretores não vinculados ao movimento. Anselmo Duarte, cineasta oriundo da experiência com as chanchadas e o cinema da Cia. Vera Cruz, ganhara em 1962 a Palma de Ouro em Cannes com *O pagador de promessas*. Fora criticado por Glauber Rocha por, juntamente com Carlos Coimbra, Rubem Biáfora, Lima Barreto e Roberto Farias, ser mais preocupado em realizar um cinema que resultasse em dinheiro e prêmios do que em retratar as transformações da sociedade (RAMOS, 1987, p. 335). Em inúmeras ocasiões, inclusive em seu livro de memórias, Anselmo afirmou que o diferencial entre um e outro grupo de cineastas estava na ausência de espaço na imprensa para os “não cinemanovistas” (DUARTE, 2005).

Uma análise mais objetiva permite afirmar que um terço dos cineastas não vinculados ao Cinema Novo também possuiu vínculos com a imprensa. No Rio de Janeiro, Alex Viany teve destacada participação. Escreveu para a revista *Carioca*, foi correspondente da revista *O Cruzeiro* em Hollywood nos anos 40, co-editor com Vinícius de Moraes na revista *Filme* (1948), e manteve-se como crítico de cinema até a década de 1970, passando pelo periódicos *Cena Muda*, *Leitura*, *Senhor*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. Além disso, tornou-se um renomado pesquisador da história do cinema brasileiro, tendo vários livros publicados.

Em São Paulo, a figura de maior peso foi a de Ruben Biáfora, que foi crítico de cinema com quatro décadas de atuação nos jornais paulistas, especialmente em *O Estado de S. Paulo*, onde manteve coluna de 1953 a 1982, atuação essa inúmeras vezes tachada de conservadora pelos realizadores do Cinema Novo, mas que, dada a posição ocupada, acumulava um alto grau de prestígio e consagração.

Talvez o diferencial entre o grupo do Cinema Novo e o restante dos cineastas em relação às suas participações no cinema esteja justamente no prestígio acumulado por aqueles que escreviam para os jornais, e no próprio prestígio dos veículos em que escreviam. Fora os citados Viany e Biáfora, na chamada “grande imprensa” apenas Geraldo Santos Pereira foi crítico do *Diário Carioca* nos anos 60 e escreveu um livro sobre o cinema

brasileiro. Os demais cineastas não cinemanovistas tiveram passagem pela imprensa em períodos anteriores ao que permitiria um contraponto entre os cinemanovistas e seus antagonistas, ou então publicaram seus textos em periódicos de menor expressão.

Relações com outros cineastas

Um fator de agregação de grupo, especialmente em relação àqueles de formação realizada eminentemente no Rio de Janeiro, foi a atividade exercida nos Clubes de Cinema. As sessões de filmes seguidas de discussão são referidas no perfil biográfico de quase metade do universo cinemanovista. As reuniões na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), organizadas pela Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), transformaram-se em espaço de encontro para Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Saulo Pereira de Melo, o grupo oriundo da PUC-RJ (Carlos Diegues, David Neves, Marco Faria, Miguel Borges), o futuro fotógrafo Afonso Beato e o crítico Paulo Perdigão. Entre os não cinemanovistas, o cineclubismo não está ausente, contudo, é uma característica presente em apenas 12% daqueles cineastas, sendo que todos figuravam entre os radicados em São Paulo.

Entretanto, creio que o que mais significativamente possa referenciar a unidade do grupo consiste nas redes de cooperação que os cineastas estabeleciam na realização de seus filmes. À exceção de Linduarte Noronha e Miguel Borges, todos os diretores do Cinema Novo aparecem exercendo alguma atividade em filmes de colegas.

As relações intragrupo entre os cinemanovistas eram bastante fortes. Porém não podem ser consideradas estanques. Carlos Diegues fora roteirista de J. B. Tanko, oriundo das chanchadas e que permaneceria associado ao cinema popular, dirigindo vários filmes do grupo de comediantes Os Trapalhões entre as décadas de 1960 e 80. Não apenas Nelson Pereira dos Santos teve formação prévia nos estúdios paulistas. Trigueirinho Neto e Walter Lima Jr. foram assistentes do italiano Adolfo Celi, alçado dos palcos do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) para a direção de filmes nos estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

Por outro lado, Carlos Diegues, em entrevista à televisão, afirmou que muitos pesquisadores do Cinema Novo incorreram em erro ao atribuírem aos cineastas do movimento um pretense desprezo pela veiculação e repercussão popular de seus filmes, pois teriam se reunido em torno da Difilm, empresa constituída para a distribuição dos filmes no mercado cinematográfico (DIEGUES, 24/2/2003).

De fato, a formação de empresas também pode ser apontada como um fator de agregação dos cineastas do Cinema Novo. Da Difilm, fundada em 1966, participavam Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Luiz Carlos Barreto e o próprio Carlos Diegues. Já Leon Hirszman, Marcos Farias e Eduardo Coutinho criariam, no mesmo ano de 1966, a Saga Filmes. Antes, em 1965, Glauber Rocha formara a Mapa Filmes, a partir da qual foi produtor para Walter Lima Jr. e Carlos Diegues.

Já entre os não cinemanovistas, a coesão parece ser ainda mais forte. Exceto o veterano Luiz de Barros, que atuou entre os anos de 1920 e o final da década de 1970, todos os cineastas exerceram atividades em obras de colegas. Paulistas em filmes de paulistas e cariocas em filmes de cariocas. Anselmo Duarte fugiu a essa regra, pois, alçado à categoria de astro das bilheterias durante os anos 50, foi contratado a peso de ouro dos estúdios cariocas da Atlântida para a Companhia Cinematográfica Vera Cruz em São Bernardo do Campo (SP). De fato, Anselmo Duarte era paulista. Quando do fim do projeto da primeira fase da Cia. Vera Cruz, voltaria ao Rio de Janeiro, aprofundaria sua formação como auxiliar de Watson Macedo e colocaria essa experiência a seu serviço ao iniciar como cineasta no ano de 1957, filmando São Bernardo do Campo, em produção que arrendava os estúdios da Vera Cruz.

Por outro lado, também pode ser considerada de exceção a trajetória do carioca Roberto Farias. Levado para a Atlântida por Watson Macedo, foi naquele estúdio assistente de direção de José Carlos Burle e do próprio Macedo, além de dois estrangeiros radicados no Brasil: J. B. Tanko e Carlos Hugo Christensen. Contudo, juntamente com seus irmãos Riva e Reginaldo Farias, foi também um dos fundadores da citada Difilm, atrelada ao Cinema Novo.

Considerações finais

Em síntese, é possível afirmar que o grupo de cineastas identificado com o Cinema Novo gravitava em torno da cidade do Rio de Janeiro, enquanto seus antagonistas se dividiam em dois grupos – os naturais ou radicados no Rio de Janeiro e essencialmente vinculados às comédias populares denominadas chanchadas e aqueles que, de algum modo, eram vinculados com os estúdios paulistas ou a chamada produção independente realizada naquele estado.

Enquanto a formação dos cinemanovistas passava em boa parte pelas escolas de cinema e pela frequência nos cineclubes, os “chanchadeiros” tiveram formação eminentemente prática, o mesmo podendo ser observado no grupo paulista. Entretanto, o acesso à formação em escolas de cinema não era completamente ausente para os não cinemanovistas.

Os vínculos com a imprensa foram muito mais marcantes em relação ao grupo do Cinema Novo. Contudo, alguns dos seus “antagonistas” tiveram acesso aos meios de comunicação, especialmente Alex Viany, no Rio de Janeiro, e Ruben Biáfora, em São Paulo.

As redes de sociabilidade intragrupo foram encontradas tanto em relação aos cinemanovistas como em relação aos dois subgrupos de seus “antagonistas”, sendo que raramente foi identificada a permeabilidade entre essas redes.

O início da década de 1970 marca o final do Cinema Novo como “grupo”. Após a decretação do AI-5, a censura atingiu de forma recrudescida muito dos seus realizadores, especialmente Glauber Rocha, que partiu para o exílio entre a Europa, os Estados Unidos e a África. A maioria dos cineastas continuaria filmando, ainda que com temáticas diluídas em relação às propostas cinemanovistas. Alguns, como Eduardo Coutinho e Walter Lima Jr., se voltariam para o documentário televisivo numa época em que ocorriam a ampliação e o fortalecimento deste difusor cultural, com todas as implicações sociopolíticas adjuntas.

Por outro lado, muitos daqueles cineastas caíram nos braços da estatal Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), aderindo aos enredos históricos incentivados pelo governo ou diluindo as propostas do movimento em alegorias a fim de fugir da censura, como fez Joaquim Pedro de Andra-

de com *Os inconfidentes* (1972). No meio desse caminho, havia o financiamento privado, largamente distribuído ao apelo fácil e imediatamente lucrativo das pornochanchadas, ficando o terreno da “marginalidade” como alternativa aos desgostosos. E, como ocorre nestes casos: sucesso entre os iniciados e desconhecimento pelo grande público.

Em entrevista concedida ao cineasta Orlando Senna em julho de 1979, Glauber Rocha apontava a corrupção da classe cinematográfica pelo regime militar pós-1968 (ROCHA, 1999). O próprio Glauber Rocha, sem recursos, logo depois, além de voltar-se para a televisão com o programa Abertura (TV Tupi – 1979/1980), filmaria em parceria com a empresa do governo federal.

Os não cinemanovistas tiveram estratégias de sobrevivência diferenciadas. Menos beneficiados pelas verbas estatais, aqueles que conseguiram se manter em atividade tornaram-se produtores independentes, dirigiram sob contrato, passaram para a produção de peças publicitárias ou se agregaram à televisão.

Entrevistas

BERNARDET, Jean-Claude. Entrevista. *Person*. Documentário em longa-metragem dirigido por Marina Person, 2007.

DIEGUES, Carlos. Entrevista. *Roda Viva*. TV Cultura de São Paulo, 24/2/2003.

PERSON, Luís Sérgio. Entrevista. *Luzes, Câmera*. TV Cultura de São Paulo, 1975.

ROCHA, Glauber. Entrevista. *Cinema Novo*. Documentário de curta-metragem dirigido por Orlando Senna, 1999.

Referências bibliográficas

AUDRÁ Jr., Mário Boeris. *Cinematográfica Maristela: memórias de um produtor*. São Paulo: Silver Hawk, 1997.

AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a Juscelino*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BERNARDET, Jean-Claude. *Historiografia clássica do cinema brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2008.

- CATANI, Afrânio Mendes. A aventura industrial e o cinema paulista (1930-1955). In: RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Art Editora, 1987. p. 189-297.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006a. p. 41-53.
- _____. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006b. p. 19-39.
- DUARTE, Anselmo. *Anselmo Duarte*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.
- GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema: o caso Vera Cruz*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- LUCAS, Taís Campelo. *Cinearte: o cinema brasileiro em revista (1926-1942)*. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MIRANDA, Luiz F. A. *Dicionário de cineastas brasileiros*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Art Editora, 1991.
- RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Art Editora, 1987.
- RAMOS, Fernão. Os novos rumos do cinema brasileiro (1955-1970). In: RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Art Editora, 1987. p. 299-397.
- ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. Rio de Janeiro: Alhambra / Embrafilme, 1981.
- VIEIRA, João Luiz. A chanchada e o cinema carioca (1930-1955). In: RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Art Editora, 1987. p. 129-189.

Viver da Música no Brasil: trajetória e estratégias do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)

Julia da Rosa Simões

Muito ligada ao lazer e à arte, a música parece principalmente uma ocupação prazerosa, desvinculada de questões pragmáticas. É comum não pensar na dimensão profissional da atividade ao considerar a atuação dos músicos no contexto histórico brasileiro do início do século XX. Visto não ser muito conhecida a labuta diária dos instrumentistas pela subsistência, dentro ou fora de seus ambientes performáticos (palcos, salas de aulas, etc.), procurei analisar, o mais perto possível das fontes, muitas vezes inéditas, e com frequência da maneira mais concreta possível, os contornos de uma “profissão difícil” – para citar estudos recentes sobre história das profissões artísticas (GOETSCHEL e YON, 2008, p. 8). Os músicos brasileiros procuravam sim se definir e colocar profissionalmente no mundo do trabalho, tentando afastar-se das práticas do século anterior, em que a música esteve ligada sobretudo ao amadorismo e ao diletantismo doméstico. Tratarei, aqui, de música urbana e secular, e analisarei a ação do músico comum, o instrumentista, e não o solista ou o compositor e o arranjador, seguindo pesquisas anteriores (SIMÕES, 2008 e 2011).

A ampliação do conceito de profissionalização para categorias afastadas das definições ideal-típicas, como é o caso das ocupações artísticas, possibilita, como se verá, o estudo das formas de auto-organização que tais categorias colocam em prática, bem como sua capacidade de erigir e fazer respeitar barreiras para a entrada em seu campo de atividade, ou suas estratégias no que concerne ao mercado, à concorrência e à liberdade profissional – estudo que, aliás, vem sendo feito por pesquisadores de áreas variadas (ver, a título de exemplo, COULANGEON, 1999 e CHARLE, 2008).

O trabalho remunerado para os instrumentistas brasileiros do início do século XX esteve ligado sobretudo ao entretenimento, que acontecia principalmente em ambientes fechados. A exceção mais significativa foi o professorado, que podia acontecer tanto em escolas como em residências particulares. No quadro das chances de ocupação profissional para os músicos (remuneradas, estáveis ou não, exclusivas ou não), naquele momento desenhavam-se oportunidades de emprego ou em orquestras, bandas e conjuntos variados, ou individualmente, sobretudo em locais como teatros, casas de música, cafés, cinemas, salões de baile e casas gravadoras.

Em seus empregos como instrumentistas, os músicos obtinham colocações sazonais, por exemplo, nas orquestras dos teatros e companhias de operetas, ou colocações mais estáveis nas orquestras das salas de cinema silencioso. Devido ao caráter impermanente das contratações, precisavam construir uma carreira como um verdadeiro *patchwork* de ocupações, combinando diversos tipos de emprego para conseguirem prover sua subsistência.¹ Muitos podiam inclusive expandir suas atividades para além das puramente musicais (a *performance* e o professorado, ou mesmo a composição), tornando-se editores ou vendedores de partituras e instrumentos.

Para os instrumentistas do início do século XX não havia garantias de emprego regular de fato, como certamente também terá acontecido com outros setores de atividade nesse período; além disso, inexistia um campo configurado de atividades, embora o mercado estivesse em expansão (veja-se por exemplo os impulsos para a carreira musical com o advento do cinema, da gravação e reprodução de sons, e, mais adiante, do rádio²). Nesse contexto, as principais fontes de insegurança empregatícia eram de variada ordem: a competição de outros instrumentistas, os problemas financeiros dos teatros ou instituições contratantes, e mesmo a doença. Daí a necessi-

¹ Debora Rohr (2001, p. 120) é quem fala em carreiras *patchwork* de músicos ingleses. Aproprie-me da imagem.

² Em Porto Alegre, os músicos passariam a tocar nas salas de cinema mudo a partir de 1908, com a sedentarização das exhibições. Pelo menos a partir de 1913 há registros de gravações para discos nessa cidade. O rádio, por sua vez, veria suas primeiras transmissões em Porto Alegre no ano de 1924, e na década seguinte, em 1934 e 1935, com a inauguração das emissoras Difusora e Farroupilha, organizaria orquestras e conjuntos musicais remunerados e estáveis.

dade, sentida pelos próprios agentes, de auto-organização, com a criação de associações geridas por eles mesmos.

Fundado em 31 de janeiro de 1920, o Centro Musical Porto-Alegrense é um exemplo desse tipo de preocupação. De maneira alguma pode ser considerado uma manifestação isolada: assumia o mesmo nome de pelo menos duas outras sociedades musicais brasileiras, o Centro Musical do Rio de Janeiro, criado em 1907, e o Centro Musical de São Paulo, criado em 1913. O Centro Musical Porto-Alegrense tampouco seria uma agremiação musical pioneira na cidade. O século XIX já vira o florescimento de associações musicais em Porto Alegre, sendo a mais duradoura a Sociedade Filarmônica Porto-Alegrense, atuante entre os anos de 1877 e 1896. No século XX, em 1910, no exato meio caminho entre as fundações dos centros carioca (1907) e paulista (1913), Porto Alegre presenciaria a fundação de uma Sociedade Musical Porto-Alegrense, de caráter mutualista, que teria vida curta.

A primeira providência tomada pelos sócios fundadores do Centro Musical, após a eleição da diretoria, foi a elaboração dos estatutos que ditariam o funcionamento e a organização da agremiação. Consignados no Livro de Atas, estes prescrevem que os sócios efetivos são aqueles que se comprometem a comparecer e prestar “seus serviços profissionais a todos os ensaios, concertos e festas organizadas pelo Centro, uma vez que não sejam prejudicados nos seus interesses”. Além disso, são também efetivos aqueles que, em dia com suas mensalidades, podem usufruir do médico e da farmácia conveniados com a associação e receber, em caso de se encontrarem sem trabalho, uma quantia diária à guisa de subsídio. Os sócios contribuintes, por sua vez, são os que, estando em dia com suas mensalidades, podem assistir “às festas e concertos promovidos pelo Centro, não tendo, porém, o direito de votar e ser votado, nem gozar de benefícios referentes aos sócios efetivos”. Aos primeiros cabe participar dos concertos enquanto instrumentistas (podendo inclusive ser punidos, pelo não comparecimento, com advertência por escrito, suspensão de direitos e, no limite, eliminação), enquanto aos outros cabe assistir-lhes. As vantagens mutualistas, note-se, só cabem aos primeiros, os sócios efetivos.

Essa ajuda aos associados que caracteriza o mutualismo não consta nos estatutos como um dos objetivos do art. 1º (intitulado “Do Centro e

seus Fins”), parecendo que a entidade se guia por objetivos por assim dizer externos, de divulgação musical. No entanto, as práticas mutualistas de assistência à saúde e socorros pecuniários, e também de intermediação e assistência em caso de desemprego, além de prestação de assistência por morte e viagem, são bem discriminadas em artigos subsequentes. Além delas, o art. 68º determina que “[l]ogo que os fundos permanentes permitirem, poderá ser construído um edifício em local apropriado para ser nele instalado um asilo onde serão recolhidos os sócios que por velhice ou invalidez não proverem sua subsistência”. A esses sócios, idosos ou inválidos, seria “garantido um benefício enquanto existirem”. Pode-se ver que se está pensando a longo prazo, com a projeção de uma espécie de plano de assistência ou previdência, como aliás é comum acontecer em sociedades de socorros mútuos.³

Sociedades desse tipo, é bom lembrar, se caracterizam pela reunião de uma população economicamente ativa, isto é, inserida num mercado de trabalho e remunerada em dinheiro, que precisa poder poupar e estar, pelo menos no primeiro momento da fundação, fisicamente reunida, sendo necessário que novos membros se agreguem a ela (SILVA Jr., 2004, p. 95). Os músicos envolvidos na criação do Centro Musical Porto-Alegrense eram profissionais e ofereciam seus serviços através de aulas particulares, escolas de música, venda de composições e partituras, concertos e apresentações variadas, entre outros. Muitos atuavam lado a lado, e não é exagero dizer que todos frequentavam os mesmos ambientes para apresentações musicais na cidade (teatros, clubes, cinemas, cafés, etc.), seja para tocar ou ver tocar. É fácil perceber, por exemplo, que muitos dos nomes de músicos são recorrentes em vários agrupamentos, que quase sempre os mesmos se destacam nos jornais, que os locais onde tocam também se repetem. Mas esse mercado pequeno, configurado, apresenta possibilidades de expansão, conforme apontado. Diante dessa realidade, o Centro Musical se mostra preocupado em intervir, apresentando-se como agenciador e ativador desse mercado através da criação da demanda pelos serviços de seus associados.

³ Note-se que a previdência *estatal* no Brasil é iniciada em janeiro de 1923, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários (SILVA Jr., 2004, p. 302). Segundo esse pesquisador, não é exagerado considerar as sociedades de socorros mútuos como uma forma de previdência ou assistência privada. (*Ibid.*, p. 28-29).

Por outro lado, o projeto a longo prazo do Centro Musical, de futuro incerto, precisava contar, para garanti-lo, com o aumento constante do quadro de membros, característica importante das sociedades de socorros mútuos, visto que “as mutuais supõem que manterão por muitos anos alguém como associado, e aquilo que [esse associado] pagará por essa associação permitirá pelo menos custear os gastos com os socorros oferecidos” (SILVA Jr., 2004, p. 123-124). Até o mês de julho de 1920, pelo menos 677 nomes serão inscritos no Centro Musical, nas duas categorias de sócios. Devido à grande procura, os membros do Centro são levados a tomar uma providência em relação aos sócios que querem se inscrever na categoria dos efetivos:

Toda a pessoa que faça da música uma profissão fica sujeita a ser admitida no Centro só na qualidade de sócio efetivo, ficando, portanto, obrigada a sujeitar-se a todas as disposições inerentes à categoria dos sócios efetivos. Essa disposição acima prevalece também para os profissionais que já eram sócios do Centro na qualidade de contribuintes. (Ata de 24/05/1920)

Os músicos, portanto, precisam ser sócios efetivos, precisam pagar a joia de admissão e diferenciar-se dos não-músicos, que só podem se associar na categoria dos contribuintes. A grande maioria de inscritos, como não poderia deixar de ser em tão grande conjunto, é de contribuintes. Há cerca de oitenta sócios efetivos registrados no Livro de Atas (é preciso mencionar que o registro é confuso e não-definitivo, visto alguns serem expulsos sem antes constarem como registrados, o que torna esse número provavelmente inferior ao real). O certo é que a obrigatoriedade da admissão na qualidade de efetivo para os músicos profissionais demonstra uma tentativa de organizar essa categoria profissional. As regras vão mudando porque não nasceram prontas; os membros do Centro Musical estão descobrindo como fazê-las à medida que avançam e se veem diante da necessidade de aplicá-las.

Fica evidente, aliás, a falta de preparo e a inexperiência dos envolvidos, em várias questões, sobretudo financeiras e estatutárias. Mas não apenas a tesouraria e os estatutos estão em fase de experiência: o Centro Musical inteiro está descobrindo como proceder associativamente. Tanto que é possível perceber conflitos de interesses entre os sócios. Alguns parecem mais preocupados com a imagem externa do Centro Musical, enquanto promotor de concertos altruístas, e outros parecem mais preocupados em defender seus próprios interesses e os da categoria. As duas posições po-

dem ser complementares, mas também antagônicas, e são o pano de fundo dos conflitos que surgem já nos primeiros meses de vida do Centro.

Nem todos os sócios parecem entender que se trata de um projeto de longo prazo, para o qual são necessários sacrifícios. Talvez nem todos possam se permitir tocar sem remuneração, por exemplo – uma das características desinteressadas do Centro louvadas pela imprensa:

A organização de um concerto como o que amanhã se realiza exige esforços, empenhos e muita tenacidade. A orquestra, das mais completas que aqui teremos ouvido, compõe-se de mais de oitenta executantes; os ensaios tiveram de ser naturalmente repetidos e demorados. No entanto, nenhum dos professores que tomam parte no concerto receberá qualquer remuneração. (FESTA da Música. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02 mai. 1920)

Toda essa dedicação demandada aos músicos pode ser considerada uma iniciativa ousada por parte do Centro Musical. Num tempo em que provavelmente se dependia quase que exclusivamente de bilheterias para as remunerações dos instrumentistas, exigir a presença de todos os convocados em todos os ensaios e apresentações, sem algum tipo de retorno financeiro, pode parecer um pouco descabido para uma agremiação que se pretende representativa de um grupo profissional. No entanto, tocar gratuitamente devia ser uma prática difundida entre os músicos locais: podia ser uma excelente maneira de auto-apresentação para conseguirem alunos para o magistério particular, por exemplo, ou patronos e protetores. No que tange ao Centro Musical, a principal forma de atuação no mercado profissional da cidade de Porto Alegre se dá através do agenciamento de concertos sinfônicos executados e regidos por seus associados, que acontecem em locais públicos ou em conhecidos teatros da capital gaúcha. Através desses concertos, o Centro busca, ao que tudo indica, tornar sua orquestra conhecida, fazê-la ser vista, funcionando como uma espécie de vitrine do trabalho, que posteriormente poderia ser contratado. Quase se pode considerar tradicional, aliás, essa prática de tocar gratuitamente visando desenvolver contatos e ligações profissionais.⁴ É de fato aceitando muitas vezes trabalhar por remunerações modestas ou inexistentes, e sem direitos garantidos

⁴ Para ver como a prática é evidente ao longo da história, ver exemplos no capítulo dedicado ao patronato no livro de Deborah Rohr (2001, p. 40-61).

por contratos⁵, que os músicos constroem gradativamente um capital de relações próprio a assegurar, posteriormente, sua plena integração na profissão (COULANGEON, p. 57, num contexto bem diferente, fala sobre isso a respeito dos músicos franceses de *jazz*).

As insubordinações não tardam a aparecer, provavelmente pela falta de convicção, por parte de alguns dos interessados, no caráter transitório dos sacrifícios exigidos, consentidos pela maioria. Alguns sócios são eliminados, outros são advertidos – seja por “mau comportamento”, seja por “constantes faltas aos ensaios”. A direção do Centro Musical aborda o problema, mas apenas denunciando “sócios pouco escrupulosos que pretendem da sociedade uma indenização pelo seu trabalho, e promovem em prol da mesma não só uma propaganda subversiva e oculta, como discórdia entre os sócios efetivos”. Esses sócios poderiam estar querendo ser remunerados por seus trabalhos e horas gastas em ensaios, e poderiam estar tentando aliciar mais membros para sua causa, quem sabe na tentativa de mudar as regras vigentes. Ainda não é possível saber. O certo é que a assembleia geral dos sócios repele qualquer ideia de alterar o andamento da sociedade, e ainda registra em ata a “grata impressão de altruísmo e desinteresse da classe orquestral porto-alegrense”. Existe um descompasso entre o caráter filantrópico da associação e a defesa dos interesses da categoria.

Altruísmo e desinteresse combinam com a preocupação educativa do Centro Musical, que se sente em missão de desenvolver o gosto artístico da população de Porto Alegre, conforme apontado em seus estatutos. Assim, o repertório dos concertos sinfônicos é criteriosamente escolhido para que figurem diferentes tradições musicais: francesa, alemã, brasileira e italiana. Além desses concertos oficiais, a orquestra do Centro Musical também se configura como uma orquestra *freelance*, cedida, por exemplo, para concertos de alunas recém-formadas no Conservatório de Música, que já existia na cidade desde 1909. Por ser cedida, é provável que não fosse remunerada, mas não houve como verificar esse dado.

⁵ Somente em 1928, em todo caso, é que a legislação brasileira, através do decreto 5.492, de 16 de julho (que ficou conhecido como Lei Getúlio Vargas, porque proposto pelo então deputado federal rio-grandense), tornaria os contratos obrigatórios.

O Centro parece preocupado, em seus primeiros tempos de atuação, em divulgar seu trabalho e fixar-se como “a” orquestra de referência da cidade, mais completa e refinada que as orquestras que tocavam em clubes, cinemas e bares. É importante observar, aqui, que parece haver uma diferença de *status* entre as orquestras de teatros e centros de diversões, por um lado, e as orquestras de concertos e festivais sinfônicos, por outro. O Centro Musical trabalha no sentido de desenvolver o gosto da população pelo segundo tipo de formação orquestral, supostamente mais valorosa e qualificada, com seu repertório erudito e sinfônico, mas não há uma clara linha divisória entre os dois tipos de emprego: os mesmos músicos tocam nos dois tipos de orquestras. A maioria dos sócios do Centro Musical também trabalha nas orquestras das chamadas “casas de diversões” da capital gaúcha, isto é, em cinemas, teatros, cafés e restaurantes, entre outras, com seus repertórios mais palatáveis e ligeiros. Alguns exemplos desse tipo de estabelecimento são o Centro dos Caçadores, o Teatro Coliseu, o Club Monte Carlo, o High Life Club, o cinema Colombo e o Chalé da Praça XV. Clubes como o conhecido Caixeiral também contratavam orquestras para suas festas. Apesar da diferença de *status* apontada acima, entre orquestras de centros de diversões e orquestras de concertos e festivais sinfônicos, e apesar de o Centro Musical se apresentar ao público porto-alegrense sobretudo como formador de um gosto musical tido como elevado, seus sócios precisavam recorrer a diversos expedientes para sobreviver da música, e a grande maioria devia tirar seu sustento do emprego em centros de diversões, que ao que tudo indica se constituíam como os mais regulares contratantes, com funções diárias ou semanais, bem ao contrário das apresentações esporádicas de orquestras sinfônicas extraordinariamente formadas na capital, ou das apresentações por temporada (e portanto com prazo para acabar) das companhias líricas itinerantes que passavam pelo Estado e requeriam a participação de instrumentistas locais para suas apresentações.

A providência mais significativa tomada pelo Centro Musical em seu primeiro ano de vida, no entanto, não é o agenciamento de concertos, mas a criação de uma Tabela de Preços e Horários para reger as atividades musicais dos associados. Com isso não estava criando algo absolutamente novo, apenas seguindo uma tendência de outros centros musicais do Brasil. O Centro Musical do Rio de Janeiro, por exemplo, já no ano de sua fundação,

1907, tivera como um de seus objetivos básicos a criação de uma tabela que estabelecesse os honorários dos músicos. Suas primeiras discussões, segundo Eulícia Esteves, “giravam em torno das tabelas de preços e da extinção dos sextetos que trabalhavam nas companhias dramáticas (o código da associação defendia a criação de pequenas orquestras de dez componentes para o trabalho em tais companhias)”. A agremiação do Rio de Janeiro também se preocupava em conseguir trabalhos para seus associados – vê-se esse empenho agenciador na hora da aprovação de várias tabelas, que regulariam funções sacras (missas, casamentos, batizados, novenas, etc.), espetáculos dramáticos (em teatros ou clubes), concertos públicos e particulares, companhias de variedades e líricas (locais ou forasteiras), bem como “trabalhos avulsos em restaurantes, bailes, banquetes ou almoços, e atos de colação de grau” (ESTEVES, 1996, p. 18-20).

A Tabela elaborada pelo Centro Musical Porto-Alegrense passaria a vigorar em 1º de janeiro de 1921, e logo no primeiro mês de exercício causaria polêmica. Ela determinava, por exemplo, a proibição da redução do quadro de músicos, a diminuição do número de ensaios, a substituição de músicos a critério do Centro Musical e a remuneração segundo a categoria dos estabelecimentos, distinção esta criada pelo próprio Centro. Os proprietários de cinemas, teatros, cafés e restaurantes que não se submetessem às condições da Tabela e contratassem músicos não pertencentes ao Centro Musical seriam multados. Claramente trata-se de uma tentativa de organização do exercício da profissão e de controle da entrada no mercado de trabalho. Através da Tabela, o Centro Musical passava a funcionar como uma espécie de agente, e além disso como que detinha o passe de seus associados. Ficou aprovado que se cobraria 1% dos músicos que recebessem pela Tabela, mas nada daqueles que ainda não recebessem por ela. Os sócios do Centro Musical não podiam mais, sob vigência da Tabela, tocar com elementos estranhos ao Centro. Além disso, “toda função deve ser participada à Diretoria”, a única a quem competia “dar determinações de serviços”. Como medida de controle e fiscalização, os encarregados das orquestras são nomeados “delegados do Centro nos estabelecimentos aonde atualmente trabalham, sendo que estes só poderão ser substituídos depois de queixas formuladas por escrito pelas respectivas orquestras e verificadas pela Comissão Fiscal como justas”. Também fica resolvido apresentar-se à

apreciação de uma assembleia geral “a criação de uma nova categoria de bailes, denominada de 3ª classe, para as Sociedades dos subúrbios, cujo critério na classificação ficaria a cargo da Comissão Fiscal de acordo com a Diretoria”. Note-se que todo esse controle sobre os associados ainda era feito de maneira bastante informal, isto é, com advertências verbais ou por escrito, e com a nomeação de fiscais e supervisores.

Mesmo assim, a medida repercute, sobretudo junto aos donos de salas de cinema da capital, grandes empregadores das orquestras que acompanhavam as fitas silenciosas. No dia 24 de janeiro de 1921, os cinemas resolvem de comum acordo dispensar todas as orquestras e continuar seu funcionamento unicamente com piano, a fim de evitar o aumento dos preços dos ingressos. Assinam um aviso publicado na imprensa nada menos que onze conhecidas salas: Guarany, Apollo, Colombo, Vênus, Garibaldi, Rio Branco, Central, Coliseu, Thalia, Palais e Orion.

Os músicos despedidos, que acreditavam ter estabelecido remunerações justas e equitativas para seus serviços, se apressam em esclarecer, através de anúncio na imprensa, que não houve nenhum tipo de imposição de sua parte, e que, mais importante, “não houve nenhuma tentativa, nem ameaça de greve”, como talvez começasse a se espalhar à boca pequena. A explicação parece uma tentativa de tranquilizar o público, e de se apartar e diferenciar dos demais tipos de trabalhadores, que por sua vez conhecidamente faziam greves, e muitas, na época. Acaso os músicos, trabalhadores altamente especializados, se identificavam mais socialmente com seus próprios empregadores do que com os demais trabalhadores? Quiçá se consideravam mais artistas do que trabalhadores, menos artesãos e operários do que dotados de uma vocação. Vale lembrar que quatro anos antes, em 1917, Porto Alegre vira uma Greve Geral de cinco dias que envolvera milhares de trabalhadores. Em 1919 e 1920, sob o impacto da revolução russa, novas ondas grevistas às vezes chegavam a paralisar a cidade. É possível que os músicos estivessem preocupados em serenar os ânimos da audiência. O certo é que os músicos porto-alegrenses não tinham tanta força e tradição de reivindicação, e foram acusados de bolchevistas pelos donos de cinemas, que lamentavam homens honrados estarem envolvidos na questão, pais de família que outrora “trabalhavam como verdadeiros devotos nos interesses das casas em que atuavam”.

As discussões e problemas decorrentes de questões levantadas no conflito com os donos de cinema continuarão até o final do ano de 1921, e parecem seguir ao longo de 1922. Não foi possível apurar se houve uma negociação definitiva com os cinemas, nem como de fato se resolveu a questão, mas de alguma maneira ela foi contornada, a favor ou contra as deliberações do Centro Musical. Os músicos do Centro continuaram realizando sessões de reunião em salas de cinema, e continuaram tocando nelas. No calor dos acontecimentos, por exemplo, foi aberta uma nova sala de cinema em Porto Alegre, na Rua dos Andradas, esquina com a Praça Senador Florêncio, o Cinema Central – cuja orquestra parece ser composta, no entanto, em sua totalidade, por ex-membros do Centro Musical, recentemente eliminados ou demitidos a pedidos.

Pode ser que a estratégia do Centro Musical não estivesse dando certo, afinal. Pode ser que nem todos os músicos estivessem prontos e dispostos a se manter firmes e fieis ao Centro. A atuação deste, nessa época, gira em torno de dois eixos, que dizem respeito à necessidade de reserva de mercado e união entre os músicos: 1) os sócios do Centro Musical somente deveriam tomar parte em orquestras compostas exclusivamente por elementos do Centro, e 2) as quantias obtidas em todos os serviços orquestrais, após a crise com os cinemas, seriam divididas com os sócios desocupados.

Em relação ao rateio entre os sócios desocupados, este seria suspenso a partir de 26 de julho de 1921, devido “às grandes dificuldades que surgiam a todo momento”. Quanto à liberdade de atuação dos sócios, essa seria mais difícil de solucionar, visto que diretamente relacionada à própria essência do Centro. Este, para se viabilizar e afirmar como referência na contratação e organização de orquestras, precisava que cada vez mais músicos na cidade se sentissem compelidos a se associar a ele. Ao exigir que seus sócios só tocassem ao lado de outros sócios, e monopolizando ele os assentos nas orquestras das casas de diversões, os demais músicos da cidade seriam levados a também se associar ao Centro se quisessem tocar nesses locais. Os associados, além de terem garantido o direito de tocar nessas orquestras, contariam com auxílios em caso de desemprego e doença. Os que tocassem ao lado de não-sócios seriam eliminados, inclusive os que tivessem sido fundadores do Centro. Em 18 de setembro de 1921, por exemplo, uma

leva de músicos é eliminada pelo fato de estes tomarem parte em orquestras compostas também de elementos estranhos ao Centro.

Ao fim e ao cabo, o mercado da música em Porto Alegre estava se movimentando. Instrumentistas que tocam em duas orquestras são obrigados pelo Centro a abrir mão de um dos empregos, para que os músicos desempregados consigam uma colocação. Conforme as atas que regulam a questão, “não é permitido pelos nossos regulamentos de serviços o acúmulo de lugares, existindo professores desocupados”. Nos tempos de crise com os cinemas, fica determinado que “todos os serviços avulsos que viessem a aparecer deviam de preferência ser dados aos sócios desocupados”.

Por outro lado, o Centro Musical provavelmente não contava com a resistência de seus contratantes. Apesar de determinar que só deviam ser contratados elementos do Centro para diversos tipos de funções musicais, e que estas deveriam seguir uma tabela de preços, não havia uma legislação reguladora, ou entidade certificadora, que obrigasse os empregadores a seguir as ordenações do Centro. Assim, muitos sócios preferiram um caminho alternativo, independente, e acabaram pedindo demissão. A diretoria do Centro Musical, em agosto de 1921, reconheceu que a questão toda da crise pareceu girar em torno da necessidade de conceder liberdade aos sócios, porém avaliou que esta mesma diretoria não poderia fazê-lo em vista de tudo o que fora feito sob sua gestão, estando “incompatibilizada para dar semelhante autorização”. Propôs-se a reforma dos estatutos.

Além disso, projeta-se a ampliação do leque de ação do Centro para além da realização de concertos sinfônicos. Note-se, no entanto, que as opções não parecem muito inovadoras, pois a alternativa é organizar “festivais de todo o gênero sempre compatíveis com o caráter e os sócios do Centro Musical” – sendo um exemplo, segundo a imprensa, a “formação de uma massa coral de ambos os sexos, com o objetivo de fazer ouvir obras corais, como [concertos] e oratórios, de autores de reconhecido mérito”. Uma possibilidade de ampliação do alcance da proposta do Centro e do número de seus sócios poderia ser, de fato, através da inclusão dos cantores nos quadros do Centro. Estes, sobretudo amadores, pareciam não estar incluídos na categoria dos “professores de música” (membros do Centro Musical como sócios efetivos), pois não eram instrumentistas de orquestra, nem de pequenos conjuntos camerísticos.

Somente em 1923, com a aprovação de novos estatutos, é que se configura mais a fundo o perfil dos sócios efetivos do Centro Musical: além de pagar a joia de admissão e a mensalidade, e de ser morador de Porto Alegre, o efetivo precisa “ser executante de qualquer instrumento útil na orquestra”, “provar ter tomado parte em orquestras de Companhias Líricas, de operetas ou outras” e “ser de bom comportamento”. Fica bem determinado que “não poderão ser admitidos como sócios efetivos pianistas que não forem executantes de instrumento útil na orquestra”. O músico a ser admitido no Centro Musical, portanto, necessariamente precisa tocar um instrumento que faça parte da orquestra, que nesse contexto consiste em: cordas (violino, viola, violoncelo e contrabaixo), madeiras (flauta, oboé, clarinete e fagote), metais (trompa, trompete, trombone e tuba) ou percussão. Os demais instrumentistas (pianistas, saxofonistas, etc.), bem como os cantores, não poderiam constar como efetivos. A organização de concertos sinfônicos volta a ser o primeiro objetivo do Centro, acima do de “manter a união entre os músicos” da cidade, de “propugnar seus direitos e legítimas aspirações” e de “organizar uma caixa beneficente”. Os deveres dos sócios efetivos, que tomam parte nos concertos, são bastante detalhados, todos girando em torno da participação dos mesmos nos ensaios e concertos promovidos pelo Centro.

Art. 12º – Os sócios efetivos devem:

a) prestar seu concurso a todos os ensaios, concertos e festivais que o Centro organizar;

§ 1º – Quando o sócio não puder, por motivo de ordem superior e a critério da Comissão de Sindicância, comparecer a estes atos, deverá por sua conta enviar um substituto capaz ou – no caso de não o encontrar – entrar para os cofres do Centro com a quantia que despenderia para pagar o substituto. Esta quantia será fixada pela Comissão de Sindicância.

§ 2º – O sócio só não fica sujeito ao disposto no parágrafo precedente quando o motivo que o impede de comparecer for doença comprovada pela Comissão de Sindicância.

b) efetuar imediatamente o pagamento da multa de cinco mil réis (Rs. 5\$000) quando, sem motivo justificado, faltar a um ensaio e de vinte mil réis (Rs. 20\$000) quando faltar a um concerto ou festival;

c) substituir outros sócios nos lugares por estes ocupados em casas de diversões, quando os serviços deste se tornarem indispensáveis às festas organizadas pelo Centro;

§ único. O sócio substituto nada perceberá, cabendo, como de ordinário, ao substituído a importância do trabalho.

d) auxiliar a fiscalização de bilheterias e entradas nos festivais quando não fizer parte da orquestra.

Os efetivos se veem submetidos ao Centro, portanto mostrando como a questão de conceder liberdade aos sócios fora resolvida nesse momento, em 1923.

Em 1926, no entanto, em nova aprovação de estatutos, consta a não-obrigatoriedade de participação dos sócios do Centro Musical nos concertos organizados, sendo facultativa também a contratação de elementos estranhos ao Centro – não mais existindo uma discriminação como a acima referida, sobre a participação nos concertos. Em 1926, constam apenas dois itens nos deveres dos sócios: “a) submeter-se às disposições dos presentes Estatutos; b) acatar as deliberações da Assembleia”. Além disso, é criado um novo capítulo, intitulado “Da organização e contrato de orquestras”. Cria-se uma Sociedade de Concertos Sinfônicos, anexa ao Centro, com estatutos próprios, organizadora de concertos – 20% da receita líquida angariada por ela reverteria para os cofres do Centro, e o restante seria dividido entre os elementos que compusessem a orquestra. O Centro Musical também continuaria a tomar “o encargo de organização de orquestras”, nas quais daria preferência “aos associados que se acharem sem colocação, uma vez que sua competência profissional esteja na altura correspondente ao serviço contratado”. Além do Centro, os próprios sócios poderiam angariar serviços para os demais sócios, e, da mesma forma que o Centro Musical, pelo agenciamento teriam direito a uma comissão de 2% para “serviços efetivos” e 5% para “serviços extraordinários”.

O grande diferencial dos estatutos de 1926 seria, portanto, a liberdade concedida aos sócios em relação ao exercício profissional. Não mais se exigia a participação nas orquestras organizadas pelo Centro, não mais se proibia a participação em orquestras com elementos estranhos ao Centro. A tentativa de reserva de mercado e de regulamentação das contratações fracassara. Os sócios passam a ter “ampla liberdade em seus contratos orquestrais”, para o bem e para o mal. Um exemplo eloquente revela como o Centro aparentemente operava mais por tentativa e erro do que pela firmeza de convicções. Em 16 de dezembro de 1926, já sob o domínio dos novos estatutos, portanto, um ofício assinado pelos “professores de contrabaixo e bateria” é apresentado em sessão de diretoria. Neste, os sócios pedem que o Centro torne a regulamentar, nos cachês, a quantia relativa ao frete e ao transporte dos instrumentos, no caso reconhecidamente grandes e pesados.

Depois de discutir o assunto a diretoria acaba negando o pedido, pelo simples motivo de que como concedera liberdade aos sócios não poderia “alterar os princípios da nossa sociedade”. O Centro Musical mais uma vez se engessava em suas regras e não conseguia encontrar a maneira de incorporar à regulamentação do exercício profissional a liberdade profissional. Esta, tão almejada alguns anos antes, talvez não fosse a solução. Em 1927, por exemplo, consta em ata a insatisfação com o critério seguido pelos encarregados e chefes de orquestras, que dão “serviços a elementos estranhos ao Centro, tendo muitas vezes elementos sócios sem ocupação alguma”. A diretoria, no entanto, mais uma vez expõe que “não pode se envolver nas orquestras organizadas particularmente pelos seus sócios”.

Em 1929, uma manifestação do Centro Musical revela que ainda se continuava na mesma, pois o presidente comunica a todos “ter tido um entendimento com a empresa Sirângelo Irmãos, no qual tinha conseguido permissão para os professores das orquestras da empresa tomarem parte em temporadas de companhias de operetas, líricas, etc.”. O mesmo Centro Musical, que em 1921 fora denunciado pelos proprietários de cinema por retirar sub-repticiamente os músicos das orquestras de cinemas para realocá-los em serviços extraordinários junto a companhias líricas em temporada na cidade, agora, depois da concessão de liberdade profissional e contratual a seus associados, se via na condição de pedir permissão para que os mesmos músicos das orquestras dos cinemas fossem emprestados para as temporadas das companhias.

A importante questão da liberdade profissional, no entanto, acaba sendo deixada de lado e se diluindo frente à maior ameaça para os músicos porto-alegrenses nesse momento: a indústria cinematográfica. Com a chegada do cinema sonoro a Porto Alegre, em 1929, a situação se torna aflitiva para os músicos. Um sócio indaga, preocupado, quais providências haviam sido tomadas pela diretoria do Centro Musical “em face da situação precária que estava atravessando a classe com a projeção dos filmes sonoros em diversas casas de diversões desta capital, as quais já haviam dispensado as suas orquestras”. Pouco se consegue fazer. Em 1931, a crise continua, levando outro sócio a propor a organização de uma orquestra que execute concertos sinfônicos nos teatros locais, com remuneração para seus integrantes conforme os resultados obtidos. A proposta é aceita, “com grande satisfação”. Os

sócios do Centro Musical não devem ter se dado conta que pareciam voltar no tempo, quando da organização dos primeiros conjuntos orquestrais pelo Centro Musical, sem cachês fixos e com dependência do êxito das bilheteiras. Nesse quesito, pouco mudara em dez anos de existência.

A partir de 1932 poucos são os registros de atas, aliás extremamente confusas. Em sessões bastante conturbadas, os sócios acabam propondo e aceitando a dissolução do Centro Musical, com o rateio do dinheiro em caixa. Em julho de 1933 chega ao fim o registro das atas da agremiação. Em setembro de 1934, no entanto, ex-sócios do Centro Musical criam o Sindicato Musical de Porto Alegre – que precisa ser dissolvido e refundado em 1935, para seguir a nova legislação à risca. A partir daí, se inicia a trajetória desse Sindicato. Em 1941, este será reconhecido sob a denominação de Sindicato dos Músicos Profissionais de Porto Alegre. Em 1985, receberá autorização para estender seu alcance a todo o estado, passando a chamar-se Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje este sindicato remonta suas origens não a 1934 ou 35, mas sim à histórica sessão de 31 de janeiro de 1920, na fundação do Centro Musical.

Façamos algumas considerações finais para o presente artigo. Uma possibilidade implicada na criação do Centro Musical é que os músicos quisessem tornar suas carreiras socialmente mais aceitáveis, vinculando-as a concertos que gozavam de *status* mais elevado junto à população. Para afirmar isso com mais clareza, porém, faltam estudos históricos sobre gosto musical no Brasil, bem como estudos sobre o repertório executado pelas orquestras brasileiras, tanto sinfônicas quanto (sobretudo) de centros de diversões. Seria significativo sobrepor estudos desse tipo a discussões sobre o *status* dos músicos no Brasil.

O Centro Musical Porto-Alegrense foi fundado pelos principais músicos da cidade na época, que vinham se destacando como professores, membros de associações musicais e instrumentistas ou regentes de orquestras de centros de diversões ou de orquestras sinfônicas eventualmente organizadas. O Centro não procurava excluir os músicos estrangeiros residentes na cidade de Porto Alegre, tanto que muitos destes são sócio-fundadores. A única exigência era a residência na cidade por mais de três meses. Buscava-se algum tipo de controle do mercado local, necessário para se poder usufruir de *status* profissional, mas os músicos estrangeiros não fo-

ram considerados uma ameaça. O assunto é relevante e complexo demais para que se avenge, em breves linhas conclusivas, uma explicação para o fato. Certo é que os músicos italianos se destacam nas diretorias do Centro Musical Porto-Alegrense, bem como alguns músicos alemães, espanhóis e tcheco-eslovacos. Uma investigação mais detalhada se faz necessária, ficando aqui uma sugestão para futuras pesquisas. Seria possível partir de informações sobre nomes, nacionalidades, instrumentos praticados, locais de trabalho e períodos de vida, por exemplo, para análises de tipo comparativo e estatístico como base para conclusões e generalizações, haja vista a não existência de documentos oficiais com dados numéricos ou descritivos.

Note-se que a tradição musical da cidade de Porto Alegre ao longo do século XIX já era uma tradição estrangeira, e que tocar música sinfônica, ou seja, erudita, queria dizer tocar músicas da tradição europeia – música estrangeira, portanto, para cuja execução seriam mais habilitados os músicos de formação escolar. Formação, nesse metiê, ainda era coisa rara no Brasil, mais ainda em música secular. Alie-se a isso, é claro, o fato de que no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre a massiva presença italiana e alemã, por exemplo no ramo comercial e associativo, para citar apenas dois, fazia da capital da cidade uma verdadeira cosmópole em 1920, contando com 205 mil habitantes. Por outro lado, havia falta de músicos na cidade para as tarefas musicais, e os que havia precisavam ser retirados das orquestras de que participavam nos centros de diversões (e substituídos às vezes por amadores ou alunos) para poderem participar das orquestras das companhias de operetas, completando seus elencos. Outro tipo de pesquisa futura a desenvolver seria sobre a aparente predominância de italianos nos instrumentos de sopro, e de alemães nos instrumentos de cordas e piano (o que poderia levar a estudos sobre diferentes graus de distinção dos instrumentos dentro da própria orquestra⁶). Este parece ser o caso, mas ainda é precipitado fazer generalizações antes de uma análise mais detalhada.

Em outro âmbito de abordagem, o Centro Musical se destaca como agente de uma pouco mencionada forma de patronato indireto, o patronato profissional (ROHR, 2001). Este é um arranjo que ocorria quando músi-

⁶ Nesse ponto o artigo de Bernard Lehmann (1995) é um belo exemplo.

cos ofereciam emprego a outros músicos, ou quando músicos apresentavam outros músicos a potenciais patrocinadores e alunos, ampliando seu leque de contatos para futuras oportunidades de contratação. No caso porto-alegrense, os diretores das orquestras das casas de diversões ligadas ao Centro Musical eram responsáveis por seus instrumentistas, e é provável que fossem responsáveis pela contratação deles. O músico precisava ter boas relações profissionais e conexões, portanto, além de fazer parte do Centro. A principal inovação desse patronato profissional era a colaboração entre os músicos para a organização de suas próprias orquestras, e, portanto, para o estabelecimento de relações mais independentes – profissionais e musicais – com o público.

O público, afinal, de fato exercia uma espécie de patronato indireto (ROHR, 2001). Músicos, empresários e editores de música se preocupavam muito com as preferências do público, que eram utilizadas como guias para decisões artísticas e contratações. No caso do Centro Musical, há um episódio exemplar, o fracasso financeiro das comemorações do centenário de morte de Beethoven, em 1927, ocasião em que foi levado um programa com música sinfônica, apenas com orquestra. Um sócio sugeriu a realização de concertos vocais, e não só instrumentais, para atrair mais a atenção do público com programas que seriam mais acessíveis, indo ao encontro de uma recepção mais ampla. O que parece haver, nesse período, é uma maior popularidade da música vocal em relação à música instrumental. Além disso, empresários e donos de teatros que não eram músicos pareciam mais preocupados em conquistar o público do que em educá-lo. Daí talvez a percepção dos músicos do Centro Musical de assumir esse papel educador, ao lado do de agenciador.

Por outro lado, a mediação principal com o público talvez não fosse feita através do concerto, mas da relação de ensino e aprendizado musical. Justamente uma das áreas de atuação do Centro Musical parece ter sido a ampliação desse circuito de ensino privado ou institucional (que levava sobretudo ao desenvolvimento de um mercado amador e diletante), levando seus sócios a não dependerem apenas do professorado para sua subsistência. Mesmo assim, o Centro Musical às vezes levava seus sócios a tocarem gratuitamente, numa prática que se mostrava uma importante forma de auto-apresentação sobretudo para se conseguir alunos para o magistério

particular. O Centro buscava, com essa exigência de trabalho gratuito, tornar sua orquestra conhecida, como numa espécie de vitrine do trabalho que posteriormente poderia ser contratado. Por outro lado, a decisão de tocar sem pagamento demonstra a fraqueza da profissão, que precisava recorrer a expedientes de limitação de gastos e custos para conseguir garantir a sobrevivência de uma série de concertos, por exemplo.

O Centro Musical Porto-Alegrense pode ser considerado, no que teve de mais importante, uma associação privada em busca de reconhecimento público à profissão. Para isso procurou controlar uma fatia do mercado musical da cidade de Porto Alegre através do agenciamento de colocações para seus associados. Quando se torna sindicato, acaba adquirindo reconhecimento oficial, do Estado. Buscou um tipo de reconhecimento para a organização de músicos que já viviam da música. Nada buscou no sentido de organizar um controle sobre o licenciamento dos músicos em formação, provavelmente por acreditar que as instituições de ensino da época eram suficientes nesse sentido, ou simplesmente por se colocar numa tradição de considerar o músico apenas como um técnico que precisa demonstrar perícia performática, independentemente de sua formação. Tampouco buscou obter a autoridade para tomar providências contra músicos não qualificados, apesar de, com o passar dos anos, começar a selecionar seus membros segundo critérios de “competência profissional” (não especificados, no entanto).

Com a fundação do Centro Musical esboça-se uma visão de conjunto da categoria dos músicos, que, note-se, ainda não parecem ter uma noção exata do tamanho do mercado do qual fazem parte, nem de suas prioridades de ação coletiva. A experiência do Centro Musical é eloquente não apenas para lançar luz sobre as possibilidades de se viver da música na cidade de Porto Alegre, mas também quando vista no âmbito amplo da prática musical brasileira.

Referências bibliográficas

CHARLE, Christophe. “Les directeurs de théâtre à Berlin et à Vienne, essai de comparaison avec Paris (vers 1860–vers 1900)”. In: GOETSCHER, Pascale; YON, Jean-Claude. *Directeurs de théâtre – XIXe-XXe siècles. Histoire d’une profession*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2008.

COULANGEON, Philippe. Les musiciens de jazz: les chemins de la professionnalisation. *Genèses*, 36, 1999, p. 54-58.

ESTEVEES, Eulícia. *Acordes e Acordos: a história do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, 1907-1941. Supervisão e apresentação de Sérgio Cabral*. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996.

GOETSCHHEL, Pascale; YON, Jean-Claude. *Directeurs de théâtre – XIXe-XXe siècles. Histoire d'une profession*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2008.

LEHMANN, Bernard. L'envers de l'harmonie. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 110, décembre 1995. Musique et musiciens, p. 3-21.

LIVRO de Atas do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933). (Arquivo do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio Grande do Sul).

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ROHR, Deborah. *The Careers of British Musicians, 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SIMÕES, Julia da Rosa. *A sala Beethoven (1931-32): música e cultura em Porto Alegre*. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SIMÕES, Julia da Rosa. *Ser músico e viver da música no Brasil: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo *who's who* em pesquisa prosopográfica*

Flavio M. Heinz

A proposta deste texto é assinalar a utilidade de uma determinada fonte – um determinado tipo de dicionário biográfico, o anuário “de sociedade” – na pesquisa sobre elites sociais e políticas contemporâneas no Brasil. Nele defendo a pertinência da utilização desta fonte, tradicionalmente ignorada na pesquisa histórica no Brasil, exceção feita a alguns autores dos dicionários histórico-biográficos, que já a utilizaram na elaboração dos perfis históricos de personalidades políticas nacionais. Não me interessa aqui alimentar polêmicas sobre a “legitimidade” de certas fontes históricas, mas tão somente apontar algumas vantagens de sua utilização na constituição de biografias coletivas ou prosopografias das elites brasileiras para o período 1950-1960.¹

O texto possui, portanto, um caráter essencialmente método-lógico. Em sequência a uma exposição específica sobre a utilidade do *Who's Who*,

*Este texto foi originalmente publicado sob o título “Do uso do *Who's Who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo”, na revista *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 10, p. 49-60, 1999. A versão atual foi corrigida e ligeiramente modificada.

¹ As reflexões aqui formuladas originam-se de minha pesquisa de doutoramento sobre as elites patronais rurais brasileiras no período 1945-1967; o texto retoma argumentos apresentados na seção 1 do capítulo 7 de minha tese de doutorado *Les fazendeiras à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967*. Neste trabalho, biografias coletivas de dirigentes de duas organizações das elites rurais brasileiras – a Confederação Rural Brasileira (fundada em 1951) e a Sociedade Rural Brasileira (de 1919) – foram construídas a partir de dados biográficos presentes basicamente – mas não apenas – em três tipos de dicionários biográficos: o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, do CPDoc/FGV, os repertórios biográficos da Câmara dos Deputados e as diferentes edições de *Quem é quem* no Brasil (*Who's Who*) publicadas a partir de 1948; ainda, uma edição em língua inglesa, *Who's Who in Latin America*, publicada desde 1935, apresentava uma seção dedicada ao Brasil e foi igualmente utilizada.

discutirei suas vantagens ou desvantagens comparativas em relação a outros dicionários biográficos a partir do relato de pesquisa. Pretendo mostrar como se deu a seleção de uma amostra de dirigentes sindicais patronais que eram, ao mesmo tempo, representantes políticos ativos no cenário nacional, no período que vai do colapso do Estado Novo à primeira fase do regime militar de 1964. É importante sublinhar que meu objetivo não é a *apresentação de resultados de pesquisa*, e sim a discussão acerca da utilidade e conveniência de determinada fonte a partir da evocação de um caso específico de pesquisa em história social e política contemporânea.

O *Who's Who*

O *Who's Who* é um anuário “de sociedade” publicado no Brasil desde 1948, quando apareceu sob a denominação de *Quem é quem no Brasil*.² A publicação, que retomaria seu título em inglês (*Who's Who in Brazil*) no final dos anos 1960, é um dicionário biográfico similar a seu homólogo norte-americano da época.³ A obra é fundada, como bem assinalou Cyril Grange para o *Who's Who* francês, sobre uma “concepção paretiana das elites, propondo-se a repertoriar os melhores em cada ramo de atividade” (GRANGE, 1996, p. 37); dito de outra forma, sobre a concepção comum que têm as elites de seu próprio meio. Assim, no prefácio de sua 4ª edição, em 1955, o editor atribui à obra o objetivo de “fomentar o conhecimento recíproco das elites disseminadas em todo o território pátrio, biografando

² Embora esta denominação tenha sido utilizada no país até fins da década de 1960, nós preferimos a denominação original em inglês, uma vez que a edição brasileira não é, em seu formato, original, reproduzindo um modelo de anuário biográfico presente em diferentes países: Reino Unido (desde 1848), Estados Unidos (1898) e França (1953), entre outros.

³ Uma vez que o *Who's Who* reproduz, em suas diferentes edições através do mundo, um padrão similar de coleta, montagem e apresentação de dados biográficos, as diferentes análises sobre as elites nacionais presentes no *Who's Who* norte-americano ou francês, por exemplo, bem como de outros anuários “de sociedade”, como o norte-americano “Social Register” ou o francês “Bottin Mondain”, são aqui da maior relevância. A este respeito, ver sobretudo Baltzell (1966, p. 266-275); Lewandowski (1974, p. 43-73); um autor francês, Cyril Grange, construiu uma ampla biografia coletiva das elites de seu país a partir de um anuário “de sociedade” de cunho mais “aristocrático” que o *Who's Who*: trata-se do *Bottin Mondain*. Sobre a análise das biografias do Bottin Mondain, ver Grange, 1990, p. 85-89, e 1996.

seus membros preeminentes de modo a apresentá-los com suas marcantes características”.⁴ Estas biografias são apresentadas agrupadas segundo “afinidades profissionais” e estruturadas em quatro “divisões centrais de qualquer sociedade: as vidas econômica, cultural, religiosa e política”. Contudo, outros capítulos foram concebidos separadamente para dar conta dos representantes do “governo e da administração pública, do corpo diplomático, da imprensa, das forças armadas, dos desportos e da educação física, das profissões liberais e da alta sociedade”.⁵

O *Who's Who* traça, portanto, o perfil de indivíduos reconhecidos pelos seus pares ou por outros como ocupantes de posições de destaque em suas profissões ou em seu meio social, sendo a publicação de sua biografia sugerida seja pelo próprio interessado, seja por um terceiro.⁶ Em certos aspectos – a evolução da carreira profissional, por exemplo – o *Who's Who* apresenta menor detalhamento que outros dicionários. Com efeito, além da preocupação com a uniformização das biografias, o editor parece seguir uma lógica de valorização dos diversos capitais adquiridos – os títulos, a situação profissional, o pertencimento a associações ou a clubes –, mais que uma inscrição destas aquisições no tempo, sendo que as biografias raramente fazem menção da sucessão cronológica de uma carreira. Ainda, os personagens repertoriados apresentam um perfil regional bem definido, uma vez que se encontram representadas sobretudo as elites das grandes cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Com efeito, o dirigente político ou econômico de prestígio aparecerá no *Who's Who* sobretudo porque leva uma vida pública na capital do país (então o Rio de Janeiro) ou em outra metrópole. Se isto não apresenta problemas para a análise de uma certa categoria de pessoas cuja influência profissional e política lhes confere notoriedade nacional, todo um setor das elites regionais, sobretudo rurais, cuja importân-

⁴ *Quem é quem no Brasil*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial. 1955, v. 4.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Com efeito, um cartão anexo a cada exemplar permitia a seu comprador interessado em publicar sua biografia já na edição seguinte de *Quem é quem no Brasil* sugerir-lo à equipe editorial; neste cartão era ainda reservado espaço para sugestões de nomes e endereço de outros personagens suscetíveis, segundo o expedidor, de ter sua biografia publicada no *Who's Who*. Os editores lembravam – em negrito –, nos prefácios às diferentes edições, que a inserção das biografias era gratuita, não podendo existir compensação financeira da parte das pessoas repertoriadas.

cia política e econômica não foi em algum momento reconvertida em uma carreira pública nacional ou em uma profissão liberal tipicamente urbana, na maior parte das vezes, ausente do *Who's Who*.

Esta situação não facilita a tarefa do historiador das elites. Se, por um lado, o *Who's Who* permite localizar com certa facilidade os elementos que constituem o capital social das diferentes elites, ele é, no entanto, muito econômico em informações capazes de revelar suas estratégias de carreira. O *Who's Who* funciona, assim, como uma espécie de fotografia de indivíduos cujo grande mérito parece ser o de conseguir incorporar, ao longo de uma carreira, elementos valorizados em seu meio de elite.

O *Who's Who* não é um dicionário biográfico histórico. Ele leva em conta apenas as informações – mérito, fortuna, acontecimentos – que podem ilustrar de maneira breve e eficaz o prestígio dos personagens escolhidos, ao passo que os dicionários históricos buscam, na maior parte das vezes, situar e contextualizar suas carreiras políticas ou profissionais no âmbito dos processos marcantes da história do país. Ainda, dicionário “de mérito” por excelência, o *Who's Who* valoriza mais certas biografias que outras. Assim, o fato de que o capital – no caso, especificamente econômico ou patrimonial – possuído por determinado indivíduo foi transmitido por herança – os fazendeiros são um excelente exemplo disto – será mencionado apenas de maneira fugaz e poderá permanecer ignorado ao longo da evocação de uma carreira. Neste caso, são quase sempre os estudos universitários, a trajetória em uma profissão liberal ou na função pública, a atividade intelectual, empresarial ou outra que serão assinalados, ainda que uma atividade paralela, como a de fazendeiro, por exemplo, possa se revelar mais determinante no conjunto da estratégia profissional e de reprodução social conduzida pelo interessado.⁷

⁷ Note-se que esta sobrevalorização de alguns aspectos, no exemplo dos fazendeiros, pode operar em sentido inverso. Assim, em pesquisas precedentes, constatamos que certos representantes patronais da grande propriedade fundiária apresentavam um capital econômico de natureza marcadamente “urbana”, que na verdade eles eram “mais” profissionais liberais ou empresários agroindustriais que fazendeiros, no sentido de que essas atividades paralelas lhes garantiam a parte predominante de seus rendimentos. Em sua ação de representação de interesses setoriais, é sua ligação real ou simbólica ao universo da grande propriedade que é supervalorizado. Este fato coloca, é claro, a questão do peso da identidade nas estratégias de carreira.

Concluindo, dicionários “de sociedade” oferecem, em relação a seus congêneres “políticos”, determinadas vantagens ao historiador empenhado em investigar as elites. Eles têm o mérito de reposicionar, através do relato sistemático de características pessoais intransferíveis dos biografados – ascendência e descendência familiares, participação em clubes sociais e associações seletas, formação universitária, excelência profissional, etc. –, o indivíduo na condição de membro de grupo de elite, fornecendo ao historiador um espaço comparativo não apenas das propriedades valorizadas socialmente nos meios de elite em diferentes períodos, mas sobretudo um panorama das trajetórias e tipos de carreiras predominantes realizadas pelos membros da classe dominante.

Os dicionários “históricos” ou “políticos”

Por seu lado, os dicionários biográficos, ainda que respondendo melhor às necessidades da *démarche* historiográfica, também não deixam de apresentar certos problemas. Com efeito, a produção biográfica de historiadores e cientistas políticos responde, com frequência, ao interesse lançado sobre personagens cuja importância e notoriedade na história política do país são desiguais. Aos grandes personagens, então, grandes biografias! O problema se coloca quando uma biografia nos ensina muito sobre certa parte da vida ou da experiência profissional de um representante político ou de um líder sindical, mas muito pouco sobre os outros momentos de seu percurso.

Este tipo de biografia poderá, por exemplo, para desespero do historiador, relatar apenas a vida adulta de determinado personagem, ou apenas a partir do momento em que alcançou certa condição de sucesso profissional. De fato, as informações sobre sua juventude se limitam, na maior parte dos casos, à relação das escolas frequentadas, e – detalhe particularmente desagradável para aqueles que se dedicam à construção de genealogias sociais e biografias coletivas – a profissão dos pais é muito raramente evocada; apenas os dicionários interessados nos fenômenos de herança política, como os repertórios biográficos relativos a senadores e deputados federais, fazem, às vezes, alusão a isto.

É preciso, então, proceder, com frequência, ao cruzamento de certos dados para “recheiar” as biografias ou simplesmente “cobrir” algumas dé-

cadadas ausentes no relato de uma vida política, mesmo que o resultado possa ser decepcionante. Por outro lado, informações-chave relativas à ascensão ou reconversão profissionais parecem, por vezes, demasiadamente sucintas ou mesmo discutíveis no que diz respeito à sua real importância na evolução de uma carreira.⁸

A abundância de informações sobre um personagem não é necessariamente uma vantagem quando o objetivo do pesquisador consiste em realizar uma biografia coletiva ou prosopografia. Nesta, a riqueza e a diversidade dos dados que permitem estabelecer com-parações é um elemento muito desejável, desde que esteja disponível para um número razoavelmente grande de indivíduos. É aquilo que um representante político ou líder sindical tem em comum (ou em que ele difere) com o conjunto dos membros do grupo o elemento que nos ajuda a compreender o sentido de sua trajetória.⁹ Por outro lado, certas trajetórias exemplares, ao destacar o caráter excepcional de alguns indivíduos, apenas ratificam o padrão coletivo das carreiras de certos grupos profissionais ou políticos, padrão que é o da maioria de seus membros.

Na análise das relações entre o patronato, os representantes políticos e a autoridade pública, na definição das políticas para o setor rural no Brasil do período 1945-1967, dois tipos de dicionários biográficos foram utilizados além do *Who's Who*. Trata-se do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* e do *Repertório biográfico dos deputados brasileiros*. O primeiro, publicado em quatro volumes, constitui-se na tentativa mais bem-sucedida de repertoriar as elites políticas brasileiras do pós-1930. Elaborado por pesquisadores de

⁸ Como, por exemplo, no caso do paulista Cardoso de Almeida, deputado federal e fazendeiro, membro das direções da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Rural Brasileira, nas décadas de 1950 e 1960, cuja biografia publicada no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* nos diz que ele começou sua carreira como motorista de caminhão, enriqueceu, comprou fazendas e plantou algodão nos estados de São Paulo e Paraná. Uma reconversão tão radical nos parece bastante improvável. De fato, nascido em 1924, ele já fazia parte, no início dos anos 1960, das delegações brasileiras presentes a reuniões internacionais sobre produção algodoeira. É, portanto, permitido formular a hipótese de que sua carreira teria sido originalmente determinada por uma herança de terras e que ele teria eventualmente dirigido caminhões da família.

⁹ É sobretudo o caso de biografias bastante “políticas”, como a de Batista Luzardo, personagem importante do pós-1930. Minuciosa sobre os fatos militares e as relações políticas que marcaram sua carreira, esta biografia pouco nos diz sobre sua vida privada.

história, sociologia e ciência política da Fundação Getúlio Vargas, ele confere um lugar de destaque às carreiras regionais e nacionais de personagens que marcaram o cenário político brasileiro contemporâneo. Pode-se, então, afirmar tratar-se aqui de um dicionário essencialmente “político”, que fornece apenas de forma esporádica informações sobre a participação dos biografados em associações não políticas. O segundo dicionário é o *Repertório biográfico dos deputados* que cumpriram mandato legislativo federal no período 1946-1967.¹⁰ *Deputados brasileiros* é também um dicionário que fornece apenas um reduzido número de informações sobre a vida social ou associativa dos parlamentares. Diferentemente do primeiro, suas biografias são sucintas e padronizadas, encontrando-se breves informações sobre a vida pessoal, a carreira parlamentar regional e nacional, as principais atividades públicas e – dado sumamente interessante para a análise biográfica – parentesco político. Apesar de seu aspecto lacônico, a apresentação e a uniformização das informações facilitam a tarefa do pesquisador na construção das biografias coletivas. Se é certo que o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* tem a vantagem de ser mais completo, é também verdade que seu acervo de biografias se mostra, com frequência, bastante desigual: algumas são sobredimensionadas, sobretudo aquelas de personagens políticos do pós-1930 e outros membros do *establishment* político surgido dos anos Vargas.¹¹

Uma última fonte de informações biográficas são os necrológios e, no caso específico de nossa pesquisa, os discursos de cunho “hagiográfico” frequentes nas diversas homenagens ou entregas de condecorações a membros de associações sindicais ou políticas. A ocorrência destes discursos é, por definição, ligada a um acontecimento extraordinário e sua disponibilidade, portanto, bastante restrita. Os necrológios são, por sua vez, desiguais e se distribuem- do resumo biográfico preciso à simples evocação elogiosa da vida da personagem. No entanto, mesmo neste último caso, uma leitura acurada possibilita com facilidade o levantamento de informações biográficas úteis.

¹⁰ Repertórios específicos a cada legislatura têm sido regularmente publicados pela Câmara Federal desde o período seguinte ao estudado, ou seja, a partir de 1967-1971.

¹¹ É o caso, por exemplo, de biografias de dirigentes como Edgard Teixeira Leite, Luiz Simões Lopes ou Gileno de Carli, todas muito documentadas, em várias páginas do *Dicionário*, contrastando com outras como a de Elieser Moreira, sobre o qual é dito apenas que ele foi deputado federal entre 1935 e 1937.

As biografias que serviram de base à análise da ação e das relações políticas dos dirigentes patronais rurais fazem também uso deste último tipo de fonte. Publicadas nos órgãos de imprensa das organizações patronais, estas fontes apresentam ainda o interesse de evocar uma escala de valores particular a cada entidade. Assim, uma das organizações estudadas, a Confederação Rural Brasileira, publicava com frequência biografias de pessoas então ativas na entidade – por ocasião da entrega de condecorações como o Mérito Agrícola, por exemplo –, ao passo que a outra, a Sociedade Rural Brasileira, produziu um número elevado de perfis necrológicos de seus antigos membros e dirigentes.

Construindo biografias coletivas dos dirigentes patronais

A distribuição de tipos de biografias não é equitativa entre os grupos de dirigentes tratados na pesquisa; na maior parte das vezes, recorreu-se a mais de um dicionário biográfico e a outras fontes na elaboração das biografias coletivas das direções patronais. Assim, para a realização de 62 biografias de dirigentes da CRB (duas outras foram obtidas a partir de cruzamentos diversos), 89 biografias foram consultadas nos diferentes dicionários “políticos” (33 das quais do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* e 28 do *Repertório deputados brasileiros*), 21 em edições de *Quem é quem no Brasil*, *Who's Who in Brazil* e *Who's Who in Latin America*, e sete outras relativas a necrológicos e outros. No seu conjunto, os dicionários “políticos” representam 68,5% fontes utilizadas contra 23,5% para os anuários “de sociedade”, o que traduz o caráter marcadamente “político” desta amostra. Os números se invertem quando tratamos dos representantes da SRB: as fontes biográficas para a elaboração de 27 biografias detalhadas dos membros da elite paulista originam-se, em 70% dos casos, das diferentes edições dos *Who's Who brasileiro* e latino-americano.¹²

¹² A amostra sobre a qual se desenvolveu parte da pesquisa reúne aproximadamente 1/3 da população total de dirigentes da CRB e SRB para o período estudado: 64 sobre 194 (32,9%) e 27 sobre 76 (35,5%), respectivamente. Esta população é constituída pelo conjunto de dirigentes – diretores, vice-presidentes, presidentes e membros dos conselhos superior ou consultivo – de cada organização, correspondendo ao período 1951-1967 para a CRB e 1949-1966 para a SRB.

Por força da diversidade tipológica desta fontes que são as biografias presentes em dicionários históricos e anuários “de sociedade”, um problema central que se impõe ao historiador é a padronização das informações que constarão das biografias coletivas. Embora o problema seja geral e incida sobre todas as categorias e tipos de dados biográficos com os quais se trabalha, apontaremos aqui o exemplo das profissões. Com efeito, a menção da profissão ou profissões do biografado constitui, com algumas exceções, uma das raras informações comuns a todos os gêneros de biografias com que trabalhei, mesmo que essa categorização profissional não seja sempre muito precisa. Por um lado, as menções da profissão (quase sempre em destaque no início do texto de uma biografia) podem não corresponder inteiramente à carreira do personagem que elas deveriam qualificar, observando-se aqui e ali omissões importantes.¹³ Por outro lado, e isso sobretudo para o *Quem é quem no Brasil (Who's Who)*, é a valorização de certas profissões ou de uma *identidade profissional* mais “urbana”, “liberal” ou “pública” que parece prevalecer. Assim, por exemplo, em sua terceira edição brasileira, a publicação apresenta um conselheiro da CRB, Arnaldo Cerdeira, como comerciante e industrial, sem revelar sua condição de empresário agrícola, ao passo que esta aparece relacionada junto com as precedentes em *Deputados brasileiros*. No entanto, *Quem é quem no Brasil* não parece querer negar o peso do universo rural em sua carreira – sua atividade à frente de várias firmas “comissárias” de café e uma nomeação como secretário de Agricultura de São Paulo o confirmam –, mas antes “atenuar” a origem fundiária de sua riqueza.¹⁴ O caso clássico, sobretudo no que se refere ao *Who's Who*, consiste em se apoiar em uma identidade já afirmada, que é aquela conferida pelo diploma universitário.¹⁵

¹³ É o caso do dirigente da Confederação Rural Brasileira Ormeu Junqueira Botelho, que aparece tanto no *Who's Who* como no *Repertório biográfico dos deputados brasileiros* como engenheiro, industrial e empresário agrícola, não sendo feita nenhuma alusão à sua condição de banqueiro, posição que marcou profundamente sua carreira no seio da elite paulista.

¹⁴ Com efeito, é difícil precisar a parte de responsabilidade que tiveram os entrevistados na elaboração de suas próprias biografias e, portanto, na “escolha” do perfil biográfico publicado. Em outras palavras, algumas omissões podem originar-se não necessariamente dos critérios editoriais dos anuários e dicionários, mas antes do fornecimento voluntário de dados biográficos parciais da parte dos interessados.

¹⁵ O caso do conselheiro da Confederação Nestor Jost, é ilustrativo: ele é apresentado pelo anuário de sociedade apenas como advogado, ao passo que sua biografia no *Repertório* publicado pela Câmara Federal lhe atribui, além desta profissão, aquelas de agricultor e de industrial.

Minha alternativa foi a de estudar dirigentes que tenham suscitado interesse prévio de publicações histórico-políticas ou do tipo *Who's Who* – um procedimento imposto pelo caráter excessivamente esparso e incompleto de outros documentos biográficos –, e é forçoso constatar que as decisões editoriais dos autores dessas publicações podem ter orientado os resultados do meu trabalho. Tudo o que aparece no *Who's Who* ou nos dicionários biográficos – notoriedade pública, laços familiares, riqueza, influência política, excelência profissional – constitui um capital ou capitais que não estão igualmente distribuídos ou disponíveis para o conjunto dos dirigentes. Assim, a terça parte de dirigentes que compõem a amostra – os repertoriados – possuía, provavelmente, capitais em volumes mais importantes que os dois terços restantes que não aparecem em anuários sociais ou dicionários políticos. Uma escolha difícil, mas de efeitos controláveis no plano metodológico, fez-se entre o estudo de um grupo pequeno e único, para o qual era possível estabelecer um perfil, e aquele de uma amostra mais ampla – e que seria talvez mais “representativa” do conjunto dos representantes do patronato rural –, mas de execução muito mais complexa e talvez impossível.

Se aceitei o risco de tratar dos representantes da grande propriedade fundiária tal como eles eram apresentados nestas fontes é porque nos pareceu que esta seleção biográfica não constituía necessariamente uma exceção. Tratava-se apenas de mais um modo de seleção entre outras – profissional, cultural, econômica, etc. – de que são objeto os atores sociais e políticos, em vida ou postumamente. Contudo, é preciso ter em mente a parte de ambiguidade ou de incerteza que esta documentação apresenta. Boas ou ruins, certas fontes são mais “legítimas” que outras para a pesquisa histórica, sendo que o mais “antigo” e o mais “original” carrega seguidamente valor de verdade. De minha parte, as informações de que disponho e que são já trabalhadas, secundárias, reescritas, reinterpretadas, mostram-se úteis não porque me pareçam dignas de crédito, mas porque toda informação, dado ou fonte é produto da ação de homens, de intenções e de representações individuais e coletivas e, portanto, sujeitas, da mesma maneira, à ambiguidade e à precariedade.

É necessário apontar aqui a questão das relações entre a parte do coletivo, do que é semelhante, do que agrupa, e aquela do específico, do

particular e do factual. Assim, a característica principal dos representantes patronais na difusão das demandas da grande propriedade fundiária me pareceu residir não em uma suposta tendência a se identificar o máximo possível com aqueles que representam – este tipo de simbiose entre os que delegam poderes e seus delegados é, com frequência, mais mito que realidade –, mas, ao contrário, na acumulação qualidades extraordinárias (no sentido etimológico do termo) através de trajetórias sindicais e/ou políticas de exceção.

Pode-se afirmar que as biografias em questão dos representantes patronais são, ao mesmo tempo, o produto de um interesse sociológico e de um certo consenso entre seus autores a respeito da notoriedade e da importância política das personagens escolhidas; ainda, refletem uma percepção profana sobre estes indivíduos. Seria um erro negligenciar a controvérsia suscitada por estas diferentes biografias em tomo da “boa” representação. Entre a imagem tranquilizadora que os possuidores de grandes capitais buscam atribuir-se num *Who's Who* socialmente “positivo” e desprovido de conteúdo político conflituoso e aquela dos dicionários históricos de forte teor analítico, para não dizer crítico, cabe ao historiador “pesar as coisas”, relacionando os fatos disponíveis e tomando o cuidado, através de uma crítica sistemática dos textos e do contexto de sua produção, de não ceder às cumplicidades involuntárias.

Referências bibliográficas (e fontes)

BALTZELL E, Digby. *Who's Who in America and The Social Register: Elite and Upper Class Indexes in Metropolitan America*. In: BENDIX R.; LIPSET S. M. (eds.). *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*. New York: The Free Press, 1966. p. 266-275.

DEPUTADOS BRASILEIROS, 1946-1967. Pesquisa e introdução de David V. Fleischer. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1981. 858 p.

DEPUTADOS BRASILEIROS, 1967-1971. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968. 760p.

DEPUTADOS BRASILEIROS, 1971-1975. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1972.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1930-1983. Equipe do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDoc) da Fundação Getúlio Vargas, sob a coordenação de Beloch e Abreu. Rio de Janeiro: Forense Universitária / FGV-CPDoc Finep, 1984. 4 v.

GRANGE, Cyril, *La liste mondaine: Analyse d'histoire sociale et quantitative du Bottin Mondain. Ethnologie Française*, tome XX, p. 85-89, jan./mar 1990.

_____. *Les geras du Bottin Mondain, 1903-1987*. Paris: Fayard, 1996.

LEWANDOWSKI, Olgierd. Différenciation et mécanismes d'intégration de la classe dirigeante: L'image sociale de l'élite d'après le *Who's who in France. Revue Française de Sociologie*, tome XV, p. 43-73, 1974.

QUEM É QUEM NO BRASIL. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 9 tomos (1948-1967).

WHO'S WHO IN BRAZIL. São Paulo: Who's Who in Brazil Editorial, 3 tomes (1968-1971).

WHO'S WHO IN LATIN AMERICA. 3. ed. Edited by Ronald Hilton. Detroit: Blaine Ethridge Books, 1971. v. 2.



Sobre os autores

Ernesto Seidl é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, onde também coordena o Laboratório de Estudos do Poder e da Política. É autor de diversos artigos sobre elites e grupos dirigentes.

Jonas M. Vargas é mestre em História pela UFRGS e atualmente é aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. É autor de *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul, 1850-1889* (UFSM, 2010).

Adriano Codato é doutor em Ciência Política pela Unicamp. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. É editor da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp) e um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. Publicou, entre outros, *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64* (Hucitec, 1997) e *Marxismo como ciência social* (Ed. UFPR, 2011).

Marcelo Vianna é mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Historiador formado pela UFRGS, atuou no Arquivo Histórico do RS e Projeto Memória do Ministério Público do RS. Atualmente participa do Laboratório de História Comparada do Cone Sul/PUCRS. É um dos co-autores de *Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade* (Ed. UFRGS, 2004) e autor de *Os homens do Parquet: Trajetórias e Processo de Institucionalização do Ministério Público do Estado do RS* (dissertação PUCRS, 2011).

Andrius Estevam Noronha é doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciado em Estudos Sociais e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Desenvolve tese sobre elites locais tendo como estudo de caso os empresários de Santa Cruz do Sul. É pesquisador do Laboratório de História Comparada do Cone Sul.

Ricardo De Lorenzo é doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciado, bacharel e mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve tese sobre a formação e a consolidação do campo cinematográfico no Rio Grande do Sul. Integra como pesquisador o Laboratório de História Comparada do Cone Sul.

Julia da Rosa Simões é graduada em Música (UFRGS) e em História (PUCRS). Mestre em História pela PUCRS, com a dissertação *Ser músico e viver da música no Brasil: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)*, é pesquisadora do Laboratório de História Comparada do Cone Sul, na mesma instituição, além de tradutora *freelance*.

Flavio M. Heinz é doutor em História e Sociologia do Mundo Contemporâneo pela Universidade Paris-Ouest, Nanterre. Historiador e professor do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, onde coordena o Laboratório de História Comparada do Cone Sul, é autor de *Les fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967* (Septentrion/ANRT, 1998), e organizador, entre outros, de *Por outra história das elites* (Editora FGV, 2006) e *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina* (Editora Oikos, 2009).